

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO**

MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO – DEHA

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A EMERGÊNCIA DE OUTRAS RACIONALIDADES

As ocupações de vazios urbanos pelos Movimentos de Sem-Teto de
Maceió, Alagoas (1999-2009)

CARLOS EDUARDO NOBRE

MACEIÓ

2010

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO – DEHA

Carlos Eduardo Nobre

DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

A EMERGÊNCIA DE OUTRAS RACIONALIDADES

As ocupações de vazios urbanos pelos Movimentos de Sem-Teto de
Maceió, Alagoas (1999-2009)

Orientadora: Profa. Dra. Regina Dulce Barbosa Lins

Catologação na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico

Bibliotecária Responsável: Helena Cristina Pimentel do Vale

N754c Nobre, Carlos Eduardo.
A emergência de outras racionalidades: as ocupações de vazios urbanos pelos Movimentos de Sem-Teto de Maceió, Alagoas (1999-2009) / Carlos Eduardo Nobre, 2010.
148 f. : il., grafs., tabs.

Orientadora: Regina Dulce Barbosa Lins.
Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Maceió, 2010.

Bibliografia: f. 125-133.
Anexos: f. [134]-148.

1. Urbanização – Maceió (AL). 2. Geografia urbana. 3. Vazios urbanos. 4. Movimento dos Sem-Teto. 5. Direito à moradia. I, Título.

CDU: 711.4(813.5)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

MESTRADO EM DINÂMICAS DO ESPAÇO HABITADO - DEHA

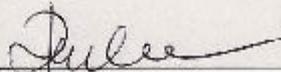
Carlos Eduardo Nobre

A EMERGÊNCIA DE OUTRAS RACIONALIDADES:
As ocupações de vazios urbanos pelos Movimentos de Sem-Teto de
Maceió, Alagoas (1999-2009)

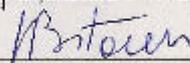
Dissertação de mestrado apresentada à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas,
como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em
Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em

BANCA EXAMINADORA

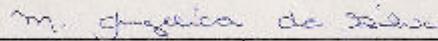


Profa. Dra. REGINA DULCE BARBOSA LINS
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFAL

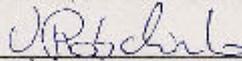


Prof. Dr. JAN BITOUN

Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Departamento de Ciências Geográficas - UFPE



Profa. Dra. MARIA ANGÉLICA DA SILVA
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFAL



Profa. Dra. VERÔNICA ROBALINHO CAVALCANTI
Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - UFAL

AGRADECIMENTOS

O processo de elaboração desta dissertação contou com o apoio direto e indireto de várias pessoas e instituições. Sem querer cometer injustiças, mas assumindo o risco e as sinceras desculpas por possíveis omissões, agradecerei aquelas que contribuíram diretamente com o processo. Assim, agradeço:

À família de modo geral e em especial a tia Duda, minha mãe de coração, por me incentivar e apoiar em meus futuros sonhos.

A tia Titao, por emprestar o seu apartamento para que eu pudesse estudar e desenvolver esta dissertação. Sem este imenso apoio provavelmente as dificuldades teriam sido maiores.

Ao meu pai Norberto e sua esposa Yone pela hospedagem que me prestaram quando participei do XV Encontro Nacional de Geógrafos ocorrido em julho de 2008 na Universidade de São Paulo e pela constante torcida pelo meu sucesso.

Novamente, a tia Duda e a Titao pelo imenso esforço que fizeram para financiar a minha participação e apresentação de trabalhos no encontro já mencionado acima e, também, no Seminário de Política e Planejamento ocorrido em agosto de 2008 em Curitiba e no Encontro Nacional da Anpur ocorrido em maio de 2009 em Florianópolis. Estes encontros foram fundamentais para o amadurecimento das idéias e desenvolvimento desta dissertação.

Aos meus colegas de mestrado, em especial, a Andréia Lopes que me ajudou na elaboração das ilustrações da dissertação. A sua disposição e o seu empenho em colaborar demonstraram para além de um coleguismo, uma verdadeira amizade a qual estimo muito. Agradeço, também, a Tainá pela paciência em ouvir os incontáveis desabafos “existencialistas”, pelo companheirismo nos encontros que participamos juntos e pelas contribuições acadêmicas. De fato, são duas amigas que permanecerão após o mestrado.

Aos amigos Thiago Sampaio, Chico, Márcio e Halisson pelas nossas conversas “informais” sobre “os problemas do mundo” e que muito me ajudou em meu processo de aprendizagem humana e acadêmica.

Aos professores Jan Bitoun, Luciane Marisco e Verônica Robalinho pelas valiosas críticas e sugestões prestadas na qualificação do meu trabalho.

À Secretaria de Infraestrutura do Estado de Alagoas e à Secretaria Municipal de Habitação e Saneamento pelas entrevistas concedidas e material fornecido.

Às valiosas informações concedidas pelos representantes da União de Movimento de Moradia de Alagoas.

Em especial, a representante do Movimento Terra Trabalho e Liberdade pela constante atenção e contribuição com a pesquisa.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Alagoas (FAPEAL), pela bolsa concedida durante os dois primeiros anos do Mestrado.

A Kayo Rodrigues pelo apoio, paciência e constante companheirismo.

Finalmente, gostaria de agradecer a profa. Regina Dulce por ter aceitado me orientar, por ter tido paciência com o meu ritmo lento, por ter contribuído com a minha aprendizagem acadêmica, pela contribuição financeira para que eu participasse do seminário em Curitiba, enfim, por ter feito com que o processo de elaboração da dissertação não fosse tão traumático. Trabalhar com você foi e é um prazer e um privilégio. Muito obrigado!

RESUMO

Durante a década de 2000, dois Movimentos de Sem-Teto ocuparam vazios urbanos em Maceió, Alagoas. As famílias, em condições precárias de habitabilidade, se organizaram e utilizaram um prédio e cinco terrenos desocupados que lhes serviram como tática de luta para conquista do direito ao lugar e à moradia. Objetivamos, neste trabalho, analisar, de modo contextualizado, as formas de organização e manifestação desses dois movimentos reivindicatórios que ao se manifestarem na cena urbana revelaram racionalidades alternativas ao modelo de gestão urbana que se volta aos interesses e projetos de atores hegemônicos. Entendemos que ao valorizarmos tais experiências, no contexto da urbanização hegemônica *versus* a urbanização contra-hegemônica, possibilitamos uma melhor compreensão acerca da disputa político-espacial em torno do uso da cidade para fins habitacionais. Nesse sentido, utilizamos como recurso metodológico a análise do uso do território (SANTOS, 2000, *et al.*) e a cartografia da ação (RIBEIRO *et al.* 2001).

Palavras-chave: Maceió, uso do território, urbanização hegemônica e contra-hegemônica, vazios urbanos, movimentos de sem-teto, conflito territorial, direito à moradia.

ABSTRACT

During the decade of the years 2000 two Homeless Movements occupied empty urban spaces in Maceió, Alagoas. The families, with precarious housing conditions, organised themselves and made use of a building and five unoccupied plots as part of their tactics in their struggle to conquer the right to a place and a home. In this work we have sought to make a contextualised analysis of the forms of organisation and manifestation of these two rights demand movements, which by protesting in the urban setting revealed alternative rationalities to the model of urban management organised around the interests and projects of hegemonic actors. We understand that by valuing experiences of this sort in the context of hegemonic urbanisation *versus* contra-hegemonic urbanisation, we make possible a better understanding of the politico-spatial dispute surrounding the use of the city for housing purposes. To this end we use as methodological methods the analysis of the use of territory (SANTOS, 2000, *et al.*) and the cartography of action (RIBEIRO *et al.* 2001).

Keywords: Maceió, use of territory, hegemonic and contra-hegemonic urbanisation, empty urban spaces, homeless movements, land conflict, housing rights.

LISTA DE TABELAS E FIGURAS

Tabela 1: Conjuntos habitacionais implantados pelo poder público municipal (2000-2009)	111
Figura 1: Unidades da Federação onde atuam os Movimentos Sociais que deram origem ao MTL	118
Figura 2: Unidades da Federação onde atua a UNMP	119
Figura 3: Ocupações do MTL e da UMMAL em Maceió	120
Figura 4: Ações de Protesto da UMMAL entre 2003 e 2008 em Maceió	121
Figura 5: Ações de Protesto da UMMAL entre 2003 e 2008 em Maceió	122
Figura 6: Conjuntos Habitacionais implantados pelas gestões municipal e estadual entre 2000-2009 para baixa renda	123
Figura 7: Reassentamento das ocupações do MTL e da UMMAL para conjuntos habitacionais executados pela Gestão Municipal e Estadual ..	124

LISTA DE SIGLAS

ANAMPOS	Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais
BNH	Banco Nacional de Habitação
CARHP	Companhia Alagoana de Recursos Humanos e Patrimoniais
CISO	Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste
COHAB	Companhia de Habitação Popular do Estado de Alagoas
CPM	Central de Movimentos Populares
CONAM	Confederação Nacional de Luta por Moradia
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CUT	Central Única dos Trabalhadores
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
HIS	Habitação de Interesse Social
INSS	Instituto Nacional de Seguro Social
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
MLS	Movimento de Luta Socialista
MLST	Movimento de Libertação dos Sem-Terra de Luta
MLT	Movimento de Luta pela Terra
MNLM	Movimento Nacional de Luta por Moradia
MP	Ministério Público
MT	Movimento dos Trabalhadores
MTL	Movimento Terra Trabalho Liberdade
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
PSH	Programa de Subsídios à Habitação de Interesse Social
SEINFRA	Secretaria de Infraestrutura do Estado de Alagoas
SINDSPREF	Sindicato dos Servidores Públicos de Maceió e Região Metropolitana
SMHPS	Secretaria Municipal de Habitação Popular e Saneamento
SPU	Secretaria do Patrimônio da União
UMMAL	União de Movimento de Moradia de Alagoas
UNMP	União Nacional por Moradia Popular
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
Objetivos do estudo	13
Referencial teórico-metodológico	14
Procedimentos metodológicos	15
Estrutura da dissertação	17
CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIOESPACIAL DA QUESTÃO DA MORADIA NUMA PERSPECTIVA HEGEMÔNICA E CONTRA-HEGEMÔNICA	19
1.1 Urbanização corporativa e racionalidade hegemônica: da dominação da cidade à negação do direito à moradia e ao lugar	19
1.1.1 Em torno da questão do planejamento e da gestão urbanas	23
1.1.2 Déficit habitacional <i>versus</i> vazios urbanos	25
1.1.3 Direito de Propriedade <i>versus</i> Direito à Moradia	28
1.2 A emergência de racionalidades contra-hegemônicas: dos espaços dominantes aos espaços solidários	33
1.2.1 O Global, o Local e o Lugar	35
1.2.2 Sobre a questão da exclusão sócioespacial.....	38
1.2.3 Do consenso ao dissenso	44
CAPÍTULO 2: AS ALTERNATIVAS SÓCIOESPACIAIS DE LUTA PARA CONQUISTA DA MORADIA	47
2.1 O surgimento de movimentos de sem-teto	47
2.1.1 Definição de movimentos de sem-teto: questões conceituais	49
2.1.2 Os velhos movimentos sociais e os novos ativismos urbanos	52
2.1.3 Movimentos em rede: a articulação dos movimentos de sem-teto brasileiros	56
2.1.4 O recente surgimento de movimentos de sem-teto em Maceió, AL	62

2.2. O uso do território como tática e estratégia de luta: a atuação dos Movimentos de Sem-Teto em Maceió	66
2.2.1 A formação das bases sociais da UMMAL e do MTL	71
2.2.2 O planejamento das ocupações da UMMAL e do MTL	76
2.2.3 As ocupações dos vazios e a busca pelo direito ao lugar	80
CAPÍTULO 3: A DISPUTA E OS CONFLITOS HEGEMÔNICOS E CONTRA-HEGEMÔNICOS PELOS VAZIOS URBANOS (DES)OCUPADOS DE MACEIÓ	85
3.1 Criminalização dos movimentos sociais	85
3.1.1 Conflitos territoriais: questões gerais	89
3.1.2 Os conflitos da UMMAL	91
3.1.3 Os conflitos do MTL	95
3.2 As ações do poder público na resolução dos conflitos em torno dos vazios ocupados pelos sem-teto de Maceió	99
3.2.1 Do dissenso ao consenso: a supressão das alternativas contra-hegemônicas	105
3.2.2 As intervenções hegemônicas e a reprodução de velhas práticas urbanísticas	108
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
FIGURAS	117
BIBLIOGRAFIA	125
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA	132
ANEXOS	134

INTRODUÇÃO

No Brasil, o direito à moradia é reconhecido juridicamente através do artigo 6º da Constituição Federal de 1988. O artigo 2º, inciso I, da lei 10.257/2001, auto-nomeada Estatuto da Cidade, dispõe que “a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante [...] garantia do direito [...] à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações [...]”.

No entanto, constatamos, no dia-a-dia das cidades brasileiras, que esses direitos não tem sido universalmente garantidos, visto que grande parte da população urbana não dispõe desses atributos espaciais e, em um caso extremo, não dispõe de moradia. Nesse sentido há uma contradição entre o que exige a lei e o que existe na realidade no que toca o direito à moradia.

Essa contradição não é de fácil apreensão, mas talvez seja possível fazê-la através do reconhecimento das práticas espaciais, engendradas por distintos agentes sociais, de modo que se possa compreender esse processo contraditório de inclusão/exclusão. Nesse sentido, destacamos, de modo geral, três práticas espaciais que entendemos ser útil a compreensão da exclusão sócioespacial, mais especificamente, da exclusão habitacional.

A primeira diz respeito à política urbana que não incorpora, salvo raras exceções, os princípios sociais contidos na Constituição e no Estatuto da Cidade a fim de promover a função social da cidade e da propriedade. Ao contrário, a gestão pública, através do planejamento urbano, racionaliza o espaço segundo os interesses e direitos individuais, negando, constantemente, os interesses e direitos coletivos.

A segunda prática corresponde à apropriação e manutenção, por agentes públicos e privados, de terrenos e prédios desocupados em áreas centrais da cidade reproduzindo a “escassez” de terra e habitação e favorecendo a especulação imobiliária ao tempo em que nega à população pobre o direito de acesso e uso dos vazios urbanos¹ para fins de habitação de interesse social².

¹ Borde (2003, p. 4 *apud* SANTANA, 2006, p. 32) define vazios urbanos como “terrenos localizados em áreas providas de infra-estrutura que não realizam plenamente a sua função social e econômica”. Clichevsky (2002, p. 8 *apud* SANTANA, 2006, p. 32) define vazios urbanos como “vazios especulativos, vazios latentes ou potenciais”. É preciso considerar, ainda, conforme Santana (2006, p. 14) que “vazios urbanos não são apenas terrenos que se encontram vazios, sem uso, mas também estruturas edificadas vazias, ociosas e/ou subutilizadas”.

² É Partindo das definições supracitadas que trabalharemos a noção de vazio urbano: como área potencialmente útil à ocupação que privilegie finalidades de interesse social sobreposta a finalidades de interesse econômico.

A terceira prática consiste na reprodução do uso privado e desigual do espaço urbano em detrimento do uso coletivo igualitário em que seja salvaguardado o direito à moradia e aos demais atributos espaciais.

Essas práticas apresentadas correspondem ao uso corporativo do território urbano e respondem a uma lógica econômica global que contraria as necessidades sociais locais. Nesse sentido, existe um conflito entre interesse econômico e interesse social em torno do uso de determinados espaços da cidade destinados a fins habitacionais.

Nesse processo de dominação corporativa da cidade, restou à parcela da população, excluída da lógica econômica de acesso à terra e à habitação, desenvolver táticas para suprir suas necessidades de moradia. Alguns aderem a soluções próprias como a autoconstrução e a ocupação de áreas inadequadas à habitabilidade. Outros se unem e formam movimentos sociais que passam a atuar na cena urbana a partir de uma multiplicidade de protestos contra o uso corporativo do território urbano ao tempo em que reivindicam políticas públicas de combate à especulação e ao déficit habitacional.

Talvez, as formas de protesto e reivindicação de moradia que se tornaram mais evidentes a partir da década de 1990 e com capacidade transformativa das relações político-espaciais tenham sido as ocupações de vazios urbanos por sem-teto. Os sem-teto de várias cidades brasileiras, excluídos dos benefícios urbanos ou sem condições rentáveis para aquisição de terra e habitação, formaram redes de movimentos sociais com o objetivo de exigir dos poderes públicos o uso de terras e prédios desocupados para habitação de interesse social. Assim foram desenvolvidas táticas e estratégias de ocupação desses vazios urbanos contrariando à lógica hegemônica de apropriação dominante desses objetos espaciais.

Nesse sentido é que ocorre a disputa pelo espaço urbano seguida do conflito que envolve poder proprietário, gestores públicos, movimentos de sem-teto e agentes da justiça. No entanto, os gestores públicos negam constantemente estas práticas de ocupação dos sem-teto como alternativa de luta reivindicatória, de modo que deslegitimam a luta pelo direito à moradia e ao lugar, reafirmando o interesse em manter as práticas de dominação seguidas da exclusão sócioespacial.

Outro problema é o fato de que a memória das lutas reivindicatórias muitas vezes não é reconhecida pelos gestores públicos, principalmente aqueles a serviço das classes

dominantes, de modo que as conquistas e as ações dos movimentos sociais urbanos passam a não fazer parte do planejamento e das políticas públicas³.

É desse modo que o poder público, apesar dos discursos progressistas e dos avanços jurídicos e políticos da última década, no campo do planejamento e da gestão urbanos, acaba por reproduzir as práticas históricas e conservadoras como a periferação da população pobre acompanhada do não atendimento das necessidades sócioespaciais básicas.

Apesar da generalização da questão, entendemos que cada cidade em que ocorre ocupação de vazio, bem como cada ocupação requer uma compreensão histórica e espacial particular. Nesse sentido, resolvemos estudar as ocupações de vazios urbanos pelos movimentos de sem-teto de Maceió, Alagoas, a fim de compreendermos melhor as reivindicações, os protestos, os conflitos e as formas de organização e de manifestação desses movimentos na cena urbana.

Entendemos que a descrição, a análise e a crítica contextualizada desses atos políticos bem como dos agentes envolvidos nos conflitos podem contribuir para o reconhecimento das formas de apropriação, organização e gestão do espaço habitado de Maceió, de modo que outras possibilidades de uso da cidade, baseado no ideário de justiça social, possam ser consideradas.

Objetivos do estudo

Objetivamos, partindo da análise do uso do território, descrever e analisar dialeticamente as ocupações de vazios urbanos engendradas pelos movimentos de sem-teto de Maceió entre os anos 1999-2009. Buscamos como objetivos específicos:

- (i) Discutir, genericamente, os mecanismos políticos, econômicos e jurídicos responsáveis pelo processo de exclusão dos sem-teto e a conseqüente negação do direito à moradia e ao lugar.
- (ii) Contextualizar a situação de exclusão habitacional a partir do conflito de interesses globais e locais que se materializam no território maceioense.
- (iii) Contextualizar, genericamente, as velhas e as novas práticas engendradas pelos movimentos de sem-teto brasileiros que lutaram/lutam pelo direito à moradia.

³ Souza (2006, p. 191) alerta para “a extrema dificuldade, por parte dos ativismos urbanos, para preservarem a longo prazo, a *memória* das lutas, coisa que [seria] imprescindível para que se possa aprender com as lições do passado e contrapor à versão da história oferecida pelos grupos dominantes uma versão alternativa”.

- (iv) Discutir o surgimento dos movimentos de sem-teto em Maceió, a partir da articulação com movimentos de outras localidades.
- (v) Apresentar os usos táticos e estratégicos do território para luta pelo direito à moradia e ao lugar em Maceió.
- (vi) Contextualizar as disputas e os conflitos em torno dos vazios ocupados pelos sem-teto.
- (vii) Apresentar as ações do poder público municipal e estadual na resolução dos conflitos.

Referencial teórico-metodológico

Para compreender as ocupações de vazios urbanos pelos movimentos de sem-teto de Maceió, utilizamos dois recursos analíticos: o território usado (SANTOS *et al.*, 2000) e a cartografia da ação (RIBEIRO *et al.*, 2001).

Conforme Ribeiro *et al.* (*ibidem*, p. 37), o território usado “[...] constitui uma segura orientação analítica para leituras do espaço que reconheçam a centralidade das práticas na configuração de projetos políticos alternativos ao agir hegemônico.”

Com relação à cartografia da ação, esta consiste em uma proposta metodológica desenvolvida por Ribeiro *et al.* (2001, p. 48) que sugere a sistematização de informações relativas “a protestos, revoltas, ocupações de terras e de prédios públicos” a fim de se fazer o “exame da singularidade e da análise detalhada de atores sociais e políticos, de mediadores, dos objetivos da ação e das formas de repressão sofridas pelos manifestantes”.

Nesse sentido, seguimos a orientação de Almeida (1994 *apud* RIBEIRO *et al.*, 2001, p. 43)⁴ que sugere uma cartografia “da denúncia e também a que oriente a ação social, desvendando contextos e reconhecendo atos, ou melhor, cada ato”, ou como defende Ribeiro (*ibidem*), “uma cartografia que vise à valorização imaginativa dos lugares vividos, onde a vida escorre ou ganha força reflexiva e transformadora [...] [uma] ferramenta analítica [...] como sustento da memória dos *outros*”.

A partir dessa orientação metodológica, apresentamos a seguir os procedimentos metodológicos adotados para elaboração da pesquisa.

⁴ ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno. **Carajás: a guerra dos mapas**. Belém: Falangola, 1994.

Procedimentos metodológicos

A escolha da cidade de Maceió para realização do estudo se deu mediante duas razões que consideramos principais:

- (i) A pesquisa foi desenvolvida no Mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Federal de Alagoas, que, em sua proposta pedagógica apresenta preocupações relacionadas ao desenvolvimento de estudos sobre a realidade sócioespacial local e regional.
- (ii) Diante do recente surgimento de movimentos de sem-teto em Maceió e da novidade das ações de protesto e reivindicação – o que representou um marco sócio-político-espacial no município – verificamos a necessidade de se reconhecer, cientificamente, estes agentes sociais bem como as suas práticas espaciais.

Assim, partimos para o levantamento dos movimentos de sem-teto atuantes no Município e constatamos a existência de dois: União de Movimento de Moradia de Alagoas (UMMAL), representante da União Nacional por Moradia Popular (UNMP); e o Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL). A partir deles, investigamos as ocupações de vazios que foram planejadas e que tinham como objetivo o protesto e a reivindicação de moradia e do espaço apropriado⁵. Registramos um total de seis ocupações ocorridas entre os anos 1999-2009: três pertencentes à UMMAL e três pertencentes ao MTL.

Para o estudo das ocupações, utilizamos como instrumentos para coleta de dados e informações, *entrevistas semi-estruturadas* e pesquisa em *jornais eletrônicos*. Estas entrevistas foram formuladas a fim de se compreender os processos referentes às ocupações de determinados vazios pelos sem-teto maceioenses, bem como identificar as relações políticas, sociais e espaciais estabelecidas pelos agentes envolvidos na disputa pela apropriação do espaço.

⁵ Classificamos as ocupações por sem-teto em *espontâneas* e *planejadas*. As *ocupações espontâneas* são aquelas engendradas por migrantes pobres, que surge de forma mais ou menos lenta no tempo e no espaço e se materializa naqueles vazios que fogem ao interesse dos mercados de terra e imobiliário. Essas ocupações objetivam consolidar-se permanentemente no lugar. Caracterizam-se por construções de alvenaria e são conhecidas como favelas ou assentamentos precários/subnormais. Já as *ocupações planejadas* também são engendradas por migrantes pobres, porém estes se organizam em movimentos sociais e utilizam provisoriamente o vazio como protesto, podendo ou não objetivar a permanência naquele vazio. Consiste, portanto, em um ato político organizado que objetiva reivindicar direitos. Estas ocupações, quando ocorridas em terrenos, caracterizam-se por abrigos de lona sendo conhecidas como acampamento. Podem ocorrer, ainda, em prédios desocupados localizados em áreas centrais.

Escolhemos, inicialmente, entrevistar as lideranças dos dois movimentos de sem-teto. No entanto, encontramos certa resistência da UMMAL em conceder entrevistas, pois os representantes do Movimento reclamavam que alguns estudantes, ao fazerem entrevistas para elaboração de trabalhos acadêmicos, não apresentavam os resultados do estudo. Após algumas conversas com os líderes da UMMAL e comprometimento por parte do autor desta dissertação para entrega de uma versão do trabalho concluído, os representantes aceitaram em prestar seus depoimentos.

A partir das primeiras entrevistas realizadas com a UMMAL e com o MTL, foi possível levantar os agentes envolvidos na disputa dos vazios ocupados e nos conflitos existentes. Desse modo, buscamos entrevistar, também, gestores da Secretaria de Infraestrutura do Estado de Alagoas (Seinfra) e da Secretaria Municipal de Habitação Popular e Saneamento do Município (SMHPS).

Todavia, também encontramos relativa resistência dos gestores da SMHPS em participar das entrevistas, pois, como técnicos da Prefeitura, não queriam tratar de um assunto essencialmente político e conflituoso. Após entrega de ofício pela orientadora da pesquisa e pelo autor do trabalho, e comprometimento nosso em ocultar os nomes dos entrevistados, os técnicos da Secretaria concordaram ser entrevistados⁶.

Como não publicamos os nomes dos entrevistados, referenciamos as falas e as informações a partir do nome do movimento ou da Secretaria informante. Assim, realizamos um total de quatorze entrevistas. Dessas, três foram feitas ao Movimento Terra Trabalho e Liberdade; seis foram feitas a União de Movimento de Moradia de Alagoas; três a Secretaria de Infraestrutura do Estado de Alagoas e duas a Secretaria Municipal de Habitação Popular e Saneamento.

A ementa das entrevistas, bem como as datas em que foram realizadas podem ser conferidas nas referências bibliográficas deste trabalho, no tópico entrevistas. O conteúdo das entrevistas encontra-se anexados ao fim do trabalho. As entrevistas, com exceção da última feita ao MTL em 22 de outubro de 2009 e das duas últimas feitas a UMMAL em 19 de

⁶ Diante de possíveis perseguições políticas que poderiam sofrer os entrevistados, submetemos nosso trabalho intitulado “O uso do Território pelos Movimentos de Sem-Teto em Maceió, Alagoas”, ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Alagoas, sob o processo nº 021784/2008-16, aprovado em 18 de fevereiro de 2009. Logo, como exigia o protocolo, foi entregue um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) aos entrevistados para que tomassem ciência dos objetivos do estudo bem como das condições impostas pelo Comitê para que fossem resguardadas as identidades dos mesmos. Após receberem as entrevistas transcritas e abertas a reajustes, os entrevistados poderiam assinar ou não o TCLE autorizando o uso de suas falas.

novembro de 2009, foram gravadas, transcritas e editadas⁷. As edições consistiram, basicamente, no seguinte:

- (i) supressão de informações que consideramos irrelevantes ao que pretendíamos investigar. Essas informações foram substituídas pelo seguinte símbolo: [...];
- (ii) complemento de falas ocultadas pelos entrevistados mais subentendidas pelo autor. Acrescentamos o complemento de fala dentro de [];
- (iii) substituição de nomes de agentes envolvidos nos conflitos por [xxxxxxx].

Com relação às pesquisas em jornais eletrônicos, selecionamos notícias do ano de 2009 que tratavam dos protestos, reivindicações e conflitos relacionados às seis ocupações estudadas. Assim, sistematizamos as informações das entrevistas e das notícias e analisamos o material sistematizado a partir da literatura especializada. Desse modo foi possível, como sugere Ribeiro *et al.* (2001, p. 48), elaborar “mapas expressivos da vitalidade do tecido social” que nos permitiram a visualização e compreensão dos processos sócioespaciais relacionados às ocupações de vazios pelos sem-teto.

Estrutura da dissertação

Estruturamos a dissertação em três capítulos compostos por duas seções cada um. No **capítulo 1**, contextualizamos espacialmente a questão da moradia numa perspectiva dialética que evidenciam as práticas hegemônicas e contra-hegemônicas. Na **seção 1.1**, discutimos os mecanismos políticos, econômicos e jurídicos responsáveis pelo processo de exclusão dos sem-teto. Na **seção 1.2** discutimos como nesse contexto de exclusão emergem racionalidades que negam os mecanismos de dominação que apresentamos na seção anterior e que, diante da situação de exclusão, engendram ações que contestam e subvertem a ordem dominante. Apresentamos estas questões a partir da dinâmica espacial maceioense.

No **capítulo 2**, apresentamos as alternativas socioespaciais de luta para conquista da moradia. Na **seção 2.1**, resgatamos, brevemente, a história de luta pelo direito à moradia no Brasil e demonstramos como os velhos movimentos sociais urbanos se transformaram no decorrer das décadas, acompanhando o desenvolvimento técnico-informacional, até formarem as atuais redes de movimentos que apresentam novas formas de organização e atuação no

⁷ A última entrevista feita ao MTL e as duas últimas feitas a UMMAL foram apenas transcritas.

espaço intra-urbano e interurbano. Contextualizamos, desse modo, o surgimento dos movimentos de sem-teto de Maceió. Na **seção 2.2** apresentamos o processo de organização da base social, do planejamento e das ocupações dos vazios urbanos pelos sem-teto maceioenses. Focamos as táticas e estratégias territoriais dos sem-teto na disputa pelo espaço e pela efetivação do direito à moradia.

No **capítulo 3**, descrevemos e analisamos a disputa e os conflitos hegemônicos e contra-hegemônicos pelos vazios urbanos (des)ocupados de Maceió e que foram apresentados no capítulo anterior. Na **seção 3.1**, analisamos, a partir de uma discussão sobre as noções de criminalidade, legalidade e legitimidade; a disputa e os conflitos pela apropriação legítima dos vazios ocupados pela UMMAL e pelo MTL em Maceió. Na **seção 3.2** apresentamos as ações do poder público na resolução dos conflitos em torno dos vazios ocupados e demonstramos espacialmente o resultado dessas ações relativamente negociadas.

CAPÍTULO 1: CONTEXTUALIZAÇÃO SÓCIOESPACIAL DA QUESTÃO DA MORADIA NUMA PERSPECTIVA HEGEMÔNICA E CONTRA-HEGEMÔNICA

Neste capítulo, objetivamos discutir como o atual modelo de urbanização corporativa (SANTOS, 2005a), racionalmente hegemônica, induz a um processo de apropriação e dominação da cidade por determinados agentes que negam, através de suas práticas, o direito à moradia e ao lugar. Discutimos, então, os mecanismos utilizados neste processo de dominação e destacamos três: (i) um mecanismo político, que diz respeito às práticas de planejamento e gestão urbanas; (ii) um mecanismo econômico que diz respeito ao uso de vazios urbanos como objetos rentáveis e especulativos reprodutores de déficit habitacional e; (iii) um mecanismo jurídico que diz respeito às normas que respaldam as práticas de planejamento, gestão e privatização dos vazios urbanos objetos de conflitos de interesses individuais (privado) e coletivos (público).

Nesse contexto de dominação, expomos a emergência de racionalidades contra-hegemônicas que resultam da tensão entre interesses globais/econômicos externos à cidade e interesses sociais/políticos internos à cidade. Com relevante enfoque sobre a questão da exclusão socioespacial, demonstramos como os espaços dominados e conformados pelo consenso econômico/hegemônico se configuram como espaços dissensuais capazes de instituir mecanismos solidários e contrários aos mecanismos políticos, econômicos e jurídicos responsáveis pela dominação e exclusão.

1.1 Urbanização corporativa e racionalidade hegemônica: da dominação da cidade à negação do direito à moradia e ao lugar

“A racionalização da sociedade moderna se faz acompanhar da perda da razão”.

(Karel Kosik, A dialética do concreto)

Moradores de rua, cortiços e favelas são partes constituintes das paisagens urbanas brasileiras. Áreas degradadas e degradantes à espera de algum recurso material que melhore a condição de vida de quem vivencia penosamente o cotidiano. Sujeitos que caminham pelas vias das cidades e descobrem, contíguo à pobreza, a riqueza; descoberta de prédios e terrenos

vazios que poderiam servir-lhes de abrigo e encurtar-lhes a distância que tem de percorrer para trabalhar e sobreviver.

São prédios e terrenos desocupados; objetos espaciais proibidos e cuja razão de ser está para além das razões que orientam as práticas dos sujeitos que denominamos de sem-teto. São outras as razões que significam as áreas da cidade inacessíveis ao abrigo daqueles que desejam e precisam morar.

Em busca dessa racionalidade que priva sujeitos de morar dignamente constatamos que o que comanda os usos da cidade e desses espaços vazios é um tipo de pensamento e ação cujos interesses não emanam do lugar e não apresentam preocupação com este. São ações dominadoras, e por isso, hegemônicas.

Podemos adjetivar, então, como hegemônica a racionalidade que orienta essas práticas de dominação. O termo racionalidade foi introduzido por Max Weber para “caracterizar a forma capitalista da atividade, a forma burguesa das trocas ao nível do direito privado e a forma burocrática de dominação” (J. HABERMAS, 1968, p. 3 *apud* SANTOS, 2008a, p. 289)⁸. Essa forma capitalista de atividade se utiliza de instrumentos jurídicos que servem ao controle do uso e ocupação do solo já que são capazes de permitir ou restringir o acesso à determinados espaços-objetos.

Nesse sentido, a “atividade racional impõe-se como um fim” (*ibidem*) ao restringir o uso de vazios para fins habitacionais ao tempo em que permite a especulação desses vazios. Para tanto é preciso “organizar certos meios para se obter esse fim” (*ibidem*): as leis e normas que restringem o acesso e permitem a vacância de áreas da cidade⁹.

Este tipo de racionalidade orienta as ações daqueles que denominamos de agentes hegemônicos que, em nosso estudo, são os proprietários privados de terras/terrenos e prédios desocupados.

Esses agentes hegemônicos também devem ser entendidos como agentes econômicos, já que a forma de apropriação da terra urbana objetiva, em muitos casos, a especulação através da extração da mais-valia e da renda fundiária obtidas pelo trabalho¹⁰.

⁸ HABERMAS, Jürgen. **La technique et la science comme “ideologie”** (1ª. éd., 1968). Traduction et préface de Jean-René L’Admiral. Paris, Gallimard, 1973.

⁹ “Agnes Heller (1982, p. 80 *apud* SANTOS, 2008a, p. 224) considera que, na ‘sociedade moderna, os tipos de ação racional preocupada com os fins ‘devoram’ completamente os tipos de ação racional preocupada com o valor” (aspas no original). In: HELLER, Ágnes. **La Revolución de La Vida Cotidiana**. Barcelona, Península, 1982.

¹⁰ “As mais-valias fundiárias [...] cabem ao conjunto da população que suporta os encargos relativos ao desenvolvimento e ao funcionamento da cidade. Entretanto, na ausência de uma ação positiva por parte do poder

A forma de apropriação dominante/hegemônica da cidade, largamente legitimada pelos sistemas políticos, jurídicos e institucionais, prescinde de uma intenção. Sendo assim, não é possível falar em “forças anônimas do mercado” já que “o processo de racionalização é decidido por uma minoria planejadora” que obriga o sujeito a estar “dentro e a partir do movimento das coisas’ nos termos da definição pragmática” (aspas no original) (HORKHEIMER, *Eclipse da Razão*, 1976, p. 107 *apud* SANTOS, 2008a, p. 299)¹¹.

No entanto, aqueles que não estão “dentro do movimento das coisas” acabam ficando sem: sem-teto, sem-terra, sem-comida etc. Mas o “não estar dentro” ocorre apenas quando visto pela perspectiva hegemônica, já que os “sem” operam a partir de outra(s) racionalidade(s) que não a de mercado. Portanto se apropriam e usam a cidade e os espaços, inclusive os vazios urbanos “proibidos”, partindo de outra lógica.

Espaços proibidos ao uso habitacional, mas permitidos à especulação – os vazios urbanos em áreas infraestruturadas, como objetos rentáveis, são intencionalmente concebidos e legitimados através do que Foucault (1979, p. 13) chama de “economia política da verdade” centrada “na forma do discurso científico e nas instituições que a produzem e que é transmitida sob o controle dos grandes aparelhos políticos ou econômicos” a fim de justificar os tipos de uso¹².

Dessa forma, o planejamento urbano, fundamentado nessa “economia política da verdade” é pensado a partir do “estatuto daqueles que tem o encargo de dizer o que funciona como verdadeiro” (*ibidem*) de modo que as permissões e restrições quanto ao uso do solo urbano partem dos agentes econômicos que acabam por dominar, pelos objetos e pelas ações, a cidade infraestruturada, equipada e servida. Para Lojkin (1981, p. 54)

a planificação urbana não é mais o produto de um código de urbanismo, mas sim o resultado de acordos mais ou menos explícitos estabelecidos entre os dirigentes do aparelho do Estado, alguns interesses econômicos e financeiros e um punhado de políticos locais... O Estado seleciona alguns grupos econômicos e sociais que transformam em parceiros privilegiados e com os quais exerce arbitragens.

público, esses acréscimos de valor são apropriados de forma privada pelos proprietários dos terrenos beneficiados. [...]” (FURTADO, 2007, p. 345).

¹¹ HORKHEIMER, Max. **Eclipse of Reason**. (1ª ed., 1947). New York, The Seabury Press, 1974 [**Eclipse da Razão**, Rio de Janeiro, Editorial Labor do Brasil, 1976].

¹² Para Foucault (1979, p. 14) “o problema não é mudar a ‘consciência’ das pessoas, ou o que elas têm na cabeça, mas o regime político, econômico, institucional de produção da verdade. Em suma, a questão política não é o erro, a ilusão, a consciência alienada ou a ideologia; é a própria verdade” (aspas no original).

Nessa perspectiva, Cataia (2001, p. 221 *apud* MELGAÇO, 2005, p. 32)¹³ propõe o conceito de “território alienado” para designar “aqueles municípios que prepararam o seu chão com obras de engenharia e normas, receberam investimentos empresariais e tornaram-se reféns das políticas empresariais”.

Ao alienar o território à interesses privados o que resulta é uma população sem aquilo que Certeau (1994) chama de “um próprio”, isto é, um lugar próprio. A terra e a habitação como mercadorias sujeitam-se às leis de mercado. Os investimentos públicos e os interesses privatizam-se. Sem “um próprio” os sem-teto logo lutam para conseguir um. Entretanto, pelo fato de seu lugar não fazer parte do interesse dos agentes hegemônicos, as coisas lhes faltam: água, luz, transporte, saneamento, habitação.

Todavia, a gestão pública, historicamente defensora dos interesses corporativos e ao mesmo tempo refém, é forçada pelas ações dos sem-teto a reconhecer o problema de moradia existente e convida a discutir as ações do poder público que privilegiam setores da cidade através da distribuição das infraestruturas, serviços e equipamentos ao tempo em que privam outros setores, de modo que os direitos, incluso à moradia, não são universalizados¹⁴.

Todavia, existem racionalidades alternativas à racionalidade hegemônica. Essas outras racionalidades que orientam as práticas dos “sem” instituem novas normas e novas maneiras de se pensar e se fazer a cidade ao abrir espaço à diversidade de atores e interesses.

A fim de compreender essas racionalidades alternativas é preciso confrontá-las com aquelas que estão postas e que dominam a cidade por meio de três práticas complementares: (i) por meio do planejamento praticado pela gestão pública que se volta aos interesses privados; (ii) por meio do mercado que utiliza os vazios urbanos para especulação e (re)produção de déficit habitacional; (iii) por meio do direito que prioriza o direito à propriedade (individual) e não efetiva o direito à moradia (público/coletivo).

Por isso, apresentamos a seguir essas formas de dominação do espaço pelos agentes hegemônicos que instauram a contradição e pressionam a emergência de outras racionalidades.

¹³ CATAIA, Márcio. **Território Nacional e Fronteiras Internas: A fragmentação do Território Brasileiro**. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia. FFLCH – USP, São Paulo, 2001.

¹⁴ Dotado de “uma organização específica [...] o espaço racionalizado é um espaço que pode ser manipulado como uma coisa” (FISCHER, 1980, p. 34 *apud* SANTOS, 2008a, p. 296). In: FISCHER, Gustave-Nicolas. **Espace industriel et liberté, l'autogestion clandestine**. Paris, PUF, 1980.

1.1.1 *Em torno da questão do planejamento e da gestão urbanos*¹⁵

Em Maceió, não raro, o setor imobiliário define as diretrizes de uso e ocupação do solo legitimadas pelo poder público. Os vínculos entre poder econômico e poder administrativo (RIBEIRO, 2004, p. 349) tem caracterizado as gestões públicas atuais que “sem maiores investimentos discursivos e descartando a política” contribuem para a anulação de grande parte da população dos debates e das políticas públicas.

Nesse sentido, o planejamento empresarial toma o lugar do “planejamento como fato político aberto às disputas de poder” (RIBEIRO, 2008): ao ceder lugar à gestão há um “aprofundamento da desigualdade na disputa de oportunidades, já que esta é reduzida ao ‘universo imediato da ação’ onde quem dispõe de condições materiais e imateriais para uma ‘veloz definição de projetos’ é o vitorioso¹⁶” (aspas no original) (RIBEIRO, 2002, p. 103 *apud* MIRANDA, 2005, p. 100)¹⁷.

Dessa forma os setores imobiliários acabam por definir a política habitacional brasileira de modo que o Estado age no sentido de facilitar o uso do espaço urbano pelo mercado em áreas onde este tem interesse.

Ao mesmo tempo, a gestão pública age seletivamente, pontualmente e deficientemente para suprir as necessidades habitacionais da parcela que fica fora do mercado, pois este atende prioritariamente a população economicamente privilegiada “marcando o uso corporativo do território” (MIRANDA, 2005, p. 100). São basicamente duas políticas habitacionais distintas para classes distintas que incapazes de universalizar o direito à moradia reafirmam a desigualdade. Vale a observação de Milton Santos (2008b, p. 67) para quem

[a] política, por definição, é sempre ampla e supõe uma visão de conjunto. Ela apenas se realiza quando existe a consideração de todos e de tudo. Quem não tem visão de conjunto não chega a ser político. E não há política apenas para os pobres, como não há apenas para os ricos. A eliminação da pobreza é um problema estrutural. Fora daí o que se pretende é encontrar formas de proteção a certos pobres e a certos ricos, escolhidos segundo os interesses dos doadores. Mas a política tem de cuidar do conjunto de realidades e do conjunto de relações.

¹⁵ Souza (2006) apresenta em seu livro **Mudar a Cidade** uma discussão conceitual de planejamento e gestão urbanos.

¹⁶ “Transformar-se para estar presente na captura de investimentos tem se tornado, pelo menos aparentemente, mais relevante do que dispor de regras para a interação social” (RIBEIRO, 2004, p. 355).

¹⁷ RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Teorias da ação**. Transcrição do Seminário Teorias da Ação, realizado na UNICAMP, 2002. (*mimeo*).

Contrário a esta noção de política, tomamos como exemplo *o zoneamento* que, como instrumento de planejamento, define as áreas a serem ocupadas pelo mercado separadas das áreas ocupadas pela população de baixa renda. Nesse sentido, o zoneamento acabar por ser posto “a serviço da segregação e da especulação” (SANTOS, 2003, p. 198). Assim, esse planejamento setorial, “por ser aderente aos interesses dos agentes hegemônicos, pretensamente apolítico, neutro e técnico encobre as perversidades feitas através dos acordos entre Estado e interesses privados” (MELGAÇO, 2005, p. 77).

De acordo com Melgaço (2005, p. 76) o planejamento se divide em duas grandes escolas: a analítica e a dialética. Segundo ele “a escola analítica vê o planejamento como um conjunto de técnicas e procedimentos” enquanto que a dialética encara o planejamento “como uma questão não apenas técnica, mas também política” possibilitando o “embate de interesses”. No Brasil, a prática de planejamento urbano se utiliza do método analítico, logo recorta o território setorialmente onde cada grupo econômico age de acordo com seus interesses¹⁸. Privilégio das verticalidades e não das horizontalidades¹⁹.

Nesse sentido, a cidade passa a ser organizada por “operações ‘especulativas’ e classificatórias” onde a “gestão combina-se com a eliminação” (aspas no original) (CERTEAU, 1994, p. 173). Nessa resistência à eliminação espacial, os sem-teto ou os que moram precariamente atuam, na cena urbana, subversivamente contrariando a ordem hegemônica estabelecida, respaldados na máxima “*enquanto morar for um privilégio, ocupar é um direito*²⁰” (grifos meus).

Desse modo, concordamos com Melgaço (2005, p. 77) quando diz que “o planejamento territorial deve levar em conta os interesses dos lugares, e não apenas interesses externos a estes”, pois, como afirma Certeau (1994, p. 172) “[...] planejar a cidade é ao mesmo tempo *pensar a própria pluralidade* do real e *dar efetividade* a este pensamento do plural: é saber e poder articular” (grifos no original).

¹⁸ [...] Assim como é fora dos setores, é no território usado que pode nascer um planejamento realmente justo. A dialética leva-nos a pensar, portanto, um planejamento territorial – e não, setorial – em que seja o território usado – e não, os setores – que dite as regras (MELGAÇO & ALBUQUERQUE, 2004 *apud* MELGAÇO, 2005, p. 77). In: MELGAÇO, Lucas; ALBUQUERQUE, Mariana. **Território Recortado**. Anais do VI Congresso Brasileiro de Geógrafos. Goiânia. Julho de 2004.

¹⁹ “As horizontalidades são o alicerce de todos os cotidianos. [...] As verticalidades agrupam áreas ou pontos, a serviço de atores hegemônicos não raro distantes” (SANTOS, 1997, p. 54).

²⁰ Manifesto da Jornada pelo Direito à Moradia. União Nacional por Moradia Popular (UNMP). Maio 2008. In: http://unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=63:manifesto-da-jornada-nacional-pelo-direito-a-moradia-maio08&catid=53:mobilizacoes&Itemid=74. Acesso em 16 jan. 2009.

Ana Clara T. Ribeiro²¹ alerta para a importância de se “*ter o tempo necessário* para o diálogo” devendo ser recusada “essa falsa participação onde há cortes da fala do outro²²”. Para tanto, é preciso “ter o tempo lento, calma para observar, refletir, escutar o outro, pensar o outro lado das coisas, buscar alternativas e imaginar formas diferentes.²³”.

É dessa maneira que o planejamento pode e deve “pensar a pluralidade e indissociabilidade entre materialidade e ação, entre técnica e política” abrindo-se espaço para que “os acordos não sejam incentivados apenas entre alguns poucos agentes hegemônicos, e sim entre todos os agentes, inclusive os hegemonzados” (MELGAÇO, p. 77 e 89).

Assim podemos pensar as possibilidades de uso de vazios urbanos por sem-teto, isto é, a partir de outras racionalidades que não somente a hegemônica/econômica. Nesse sentido, “o planejamento deve fazer nexos com o desejo, com a base cultural, pensado não só pelos técnicos, mas pelos praticantes de espaço²⁴”.

1.1.2 Déficit habitacional versus vazios urbanos

De modo geral, planejadores urbanos, gestores públicos e agentes corporativos entendem o déficit habitacional como a “necessidade de construção de novas moradias para solução de problemas sociais e específicos de habitação²⁵” e resistem discutir as causas macroestruturais desse problema materializado no espaço.

Por isso, sugerimos a compreensão do déficit habitacional no contexto dessa urbanização corporativa definida por Milton Santos (2005, p. 105) como aquela “empreendida sob o comando dos interesses das grandes firmas” que ignoram as demandas e interesses de grande parte da cidade.

²¹ Conferência proferida pela Professora Ana Clara Torres Ribeiro no Seminário Política e Planejamento, ocorrido em Curitiba, Paraná, em agosto de 2008.

²² “O sentido da visão é tão forte na cultura européia moderna que diz-se que um homem inteligente não é o homem que ouve bem, mas o homem que vê longe que, assim, é um homem de visão” (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 252).

²³ Ver nota 21.

²⁴ Ver nota 21.

²⁵ Esta é uma das noções de déficit habitacional trabalhada pela Fundação João Pinheiro (2005, p. 7). Chamamos a atenção para o fato de que é este conceito que orienta grande parte das políticas públicas habitacionais. Entendemos que a compreensão técnica da questão dificulta a abertura para a disputa de interesses hegemônicos e contra-hegemônicos em torno do combate ao déficit habitacional.

Azevedo (1988 *apud* FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2005, p. 76)²⁶ constatou que a política habitacional no período do Banco Nacional de Habitação (1964-1986) “privilegiou a classe média e os setores de maior renda” visto que “cerca de 70% das unidades construídas nos 22 anos de existência do BNH foram destinados às famílias com renda mensal acima de cinco salários mínimos”. O autor diz que “a clientela inicialmente definida como o núcleo central da política – famílias com renda até três salários mínimos – terminou por ser praticamente descartada do centro de atenção do banco” (AZEVEDO, 1990 *apud* FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2005, p. 76)²⁷.

Isso confirma que os recursos públicos escoaram para os setores da economia imobiliária destinados à média e alta renda, de modo que apenas esta parcela da população foi beneficiada, enquanto que o restante, que sofria com problemas relacionados às condições de habitabilidade, ficou à margem da política empreendida na época.

Em termos espaciais, isto significou investimento em determinados bairros da cidade em detrimento de outros resultando em segregação sócioespacial. Apenas algumas frações da cidade foram infraestruturadas e equipadas beneficiando os atores hegemônicos da economia e da sociedade. Essas frações sofrem diferenciações de valor de uso e de troca a partir das respectivas densidades técnicas e informacionais” (SANTOS, 2008a, p. 306). Segundo Milton Santos (*ibidem*),

os objetos técnicos de alguma forma são o fundamento dos valores de uso e dos valores de troca dos diversos pedaços da cidade. Pode-se dizer que, consideradas em sua realidade técnica e em seus regulamentos de uso, as infraestruturas “regulam” comportamentos e desse modo “escolhem”, “selecionam” os atores possíveis. Certos espaços da produção, da circulação e do consumo são a área de exercício dos atores “racionalis”, enquanto os demais atores se contentam com as frações urbanas menos equipadas. A ação humana é desse modo compartimentada, segundo níveis de racionalidade da matéria (aspas no original).

É nesse sentido que Villaça (1998, p. 174) diz que “a terra urbana só interessa enquanto ‘terra-localização’, ou seja, enquanto meio de acesso a todo o sistema urbano, a toda a cidade” de modo que “a *acessibilidade* é o valor de uso mais importante para a terra urbana” (aspas e grifo no original).

Essa acessibilidade está relacionada às infraestruturas e aos equipamentos o que denota que trabalho foi despendido sobre à terra e, portanto, valorizada. No entanto, nem todas as áreas são usadas da mesma forma de modo que algumas permanecem vazias. Essa é

²⁶ AZEVEDO, Sergio. Vinte e dois anos de política de habitação popular (1964-1986): criação, trajetória e extinção do BNH. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 4, p. 107-119, out./dez. 1988.

²⁷ AZEVEDO, Sergio de. A trajetória dos programas alternativos de habitação popular no Brasil. **Revista de Administração Municipal**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 195, p. 6-25, abr./jun. 1990.

uma característica da urbanização brasileira em que “setores econômicos se apropriam de vastas áreas entremeadas de vazios caracterizando o uso corporativo do território” (SANTOS, 2005a, p. 106).

É nesse sentido, portanto, que os vazios urbanos a partir do trinômio terra-localização-acessibilidade encontram seu valor de uso condicionado ao valor de troca. Para isto o solo das áreas infraestruturadas e equipadas passa a ser regulado por instrumentos jurídicos de dominação a fim de torná-lo produto que só pode ser acessado através da compra. Àqueles que não lhes é garantido uma renda mínima para acessar tais áreas, moram nas partes escassas da cidade, portanto, mais baratas ou sem valor de mercado.

O déficit, nesse sentido, não é só de unidades habitacionais, mas de infraestrutura, equipamentos, serviços e lazer. Este déficit co-existe com extensas áreas vazias dentro da cidade que poderiam ter seus usos otimizados no sentido de aproveitamento da materialidade construída.

Todavia, a impossibilidade deste uso reside apenas nos marcos da racionalidade hegemônica que resiste em considerar as possibilidades que não coincidam com o interesse do mercado, que neste caso, usa os vazios como objetos rentáveis e especulativos²⁸. Por isso, para especular, é preciso deixar a terra ou habitação vazias a fim de torná-las produtos escassos. É nesse sentido que o déficit habitacional e os vazios urbanos resultam de um mesmo movimento contraditório fundamental ao mercado²⁹. Milton Santos (2005a, p. 106) explica este movimento contraditório: “havendo especulação, há criação mercantil da escassez e acentua-se o problema do acesso à terra e à habitação. Mas o déficit de residências também leva a especulação, e os dois juntos conduzem à periferização da população mais pobre [...]”

Portanto, o vazio urbano – objeto de especulação – enquanto terra-localização-acessibilidade pode ser considerado um objeto já que possui uma “forma de intencionalidade³⁰”. Milton Santos (2003, p. 190) nos diz que “a propriedade da terra é, ela

²⁸ Borde (2006, p.11 *apud* COSTA *et al.*, 2008) diz que “[...] manter uma situação de vacância urbana em área valorizada passa a ser tão, ou mais, rentável, do ponto de vista do mercado de terra urbanas, quanto ocupá-la ou reutilizá-la. Com a valorização do solo urbano, as situações de vazio urbano passam a ser produzidas, reproduzidas e mantidas. Elas passam a ser orientadas pela lógica de retenção especulativa do solo urbano”. In: BORDE, Andréa de Lacerda Pessoa. **Vazios Urbanos: Perspectivas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Tese de doutorado em urbanismo. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

²⁹ “O déficit habitacional em áreas urbanas foi recentemente estimado em 7,2 milhões de unidades no país, sendo que o número de imóveis vazios nessas áreas foi calculado em cerca de cinco milhões de unidades” (FERNANDES, 2008c, p. 64).

³⁰ “Para Hegel (*in* Knox, *Intr.*, 1962, p. 312 *apud* SANTOS, 2003, p. 188) os objetos são dotados de ‘conteúdo e finalidade’ e ele tem uma ‘forma de intencionalidade’” (aspas no original). “As coisas adquiriram um tipo de poder que nunca haviam possuído anteriormente” (SANTOS, 2003, p. 188).

própria, uma forma: uma forma jurídica, mas também espacial” e como forma “comporta uma finalidade a ser cumprida”.

Para este autor (2008a, p. 156), “um objeto tomado isoladamente tem um valor como coisa, mas o seu valor como dado social vem de sua existência relacional. [...] Essa valoração do objeto está ligada à maneira como a sociedade dele se utiliza”. Se transferirmos esta fórmula ao vazio urbano compreendemos que a sua valoração está ligada à maneira como a sociedade dele se utiliza. Alguns agentes utilizam para especular e os sem-teto, quando ocupam, subvertem esta finalidade e dão uma outra função ao que estava vazio.

Nesse sentido, Villaça (1998, p. 45) argumenta que “a força mais poderosa (mas não única) agindo sobre a estruturação do espaço intra-urbano tem origem na *luta de classes* pela *apropriação diferenciada das vantagens e desvantagens* do espaço construído e na segregação espacial dela resultante (grifos meus).”

Nessa luta engendrada pelos movimentos de sem-teto que buscam, também, apropriar-se das vantagens do espaço, algumas conquistas e retrocessos ocorreram nos últimos anos. A Lei n. 10.257/2001, auto-nomeada Estatuto da Cidade, surgiu como um marco nas lutas pelo combate ao uso irracional e intencional do solo urbano para fins especulativos ao trazer, em seu conteúdo, instrumentos jurídicos e urbanísticos que se voltam ao atendimento das demandas sociais e possibilidade de rompimento com este movimento mantenedor do déficit habitacional³¹.

1.1.3 Direito de Propriedade versus Direito à Moradia

A partir do que discutimos no tópico anterior, entendemos que o combate ao déficit habitacional se segue concomitantemente ao combate à especulação de vazios urbanos. Não é possível combater o déficit apenas com a construção de unidades habitacionais de baixo valor em áreas periféricas.

Nesse sentido, o rompimento com a especulação, através do uso habitacional dos vazios urbanos em áreas infraestruturadas, possibilitaria uma melhor distribuição dos benefícios materiais e imateriais da cidade. Esta fórmula coaduna-se com o *direito à moradia*

³¹ Mencionamos, ainda, como avanço jurídico-institucional para reconhecimento do direito à moradia e combate à especulação imobiliária, a Lei n. 11.124, de 16 de junho de 2005 que dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) e institui o Conselho Gestor do FNHIS.

e contrária, de certo modo, o *direito à propriedade*, visto que este último legitima as práticas dominantes já existentes em que os proprietários encontram as condições para deixar permanecerem vazias as suas propriedades a fim de aumentar o preço da terra, dos imóveis e dos aluguéis.

É possível entender a contradição entre direito de propriedade e direito à moradia em termos jurídicos. Mas em termos espaciais, cujas práticas cotidianas violam, constantemente, ambos os direitos, a explicação deve partir da contradição das ações e dos objetos materializados espacialmente.

Quando o Estado e as empresas se apropriam de vastas áreas e selecionam a população a ser atendida pelas políticas públicas urbanas e pelo mercado negando as mesmas oportunidades e condições à toda cidade, há uma violação do direito à moradia. Quando a parcela dos sem-teto ocupa as áreas vazias infraestruturadas de interesse do mercado, há uma violação do direito de propriedade.

Em termos jurídicos, como afirmamos, a contradição dos direitos está no fato do reconhecimento. Quem reconhece o que. Souza Filho (1999, p. 309 *apud* LINS, 2008, p. 224)³² explica que a “idéia de propriedade privada [...] um bem, uma coisa [...] significa que ele é individual, físico, concreto”. Nesta lógica, o “direito coletivo [só pode ser] o conjunto ou a soma dos direitos individuais, e como direitos individuais, tratados” (SOUZA FILHO, 1999, p. 311 *apud ibidem*). Nesse sentido, para Lins (2008), se não “há ‘coisas’, ou seja, ‘soma de patrimônios individuais’, a função social da propriedade corre o risco de não ser tratada pelo sistema dominante, e conseqüentemente, o direito à moradia³³” (aspas no original).

No entanto, conforme Fernandes (2008b, p. 46) “[...] o direito de propriedade imobiliária urbana [deveria ser somente] assegurado desde que cumprida sua função social, que por sua vez é aquela determinada pela legislação urbanística, sobretudo no contexto municipal”. O problema é que, ainda de acordo com o mesmo autor (2008a, p. 24), a Constituição não diz quando e como ocorre esta função social da propriedade, outorgando ao Município dizê-lo através do Plano Diretor³⁴. No caso de Maceió, a propriedade privada não

³² SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. Os direitos invisíveis. In: OLIVEIRA, Francisco de; PAOLI, Maria Célia. (Orgs.). **Os sentidos da democracia:** políticas do dissenso e hegemonia global. Petrópolis, RJ: Vozes; Brasília: NEDIC, 1999.

³³ “[...] Enquanto uns lutam pelo direito à moradia, direito humano básico e, em última instância, direito à vida – coletivos e difusos, os outros brigam pelo direito à propriedade – individual e objetivo, o direito à coisa. Este último é portador de visibilidade plena nos sistemas dominantes, enquanto aquele outro é absolutamente invisível” (LINS, 2008, p. 237).

³⁴ O §2º do artigo 182 da Constituição Federativa do Brasil reza que “a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no Plano Diretor”.

está condicionada a nenhuma função social já que esta não é definida no Plano Diretor do Município ou em qualquer outra legislação urbanística, facilitando a continuidade dos vazios voltados à especulação.

De acordo com Fernandes (2003, p. 64 e 65), para que o direito à moradia – como direito coletivo e difuso – seja materializado, é preciso “separar o tratamento jurídico do direito de propriedade imobiliária do âmbito individualista do Direito Civil para colocá-lo no âmbito social do Direito Urbanístico”. Ainda segundo o autor “é necessário separar o tratamento jurídico da gestão urbana do âmbito restrito do Direito Administrativo para colocá-lo no âmbito mais amplo do Direito Urbanístico”. Isso requer, segundo Fernandes, uma mudança de paradigma na maneira como se reflete o Direito Urbanístico e a Gestão Urbana (*ibidem*).

Constatamos, nesse sentido, que a não apropriação dos instrumentos jurídicos e urbanísticos contidos no Estatuto da Cidade e a não incorporação destes instrumentos nas práticas da gestão urbana sugerem que o Direito Administrativo, onde a burocratização das ações impera, é preponderante em Maceió de modo que “o desenvolvimento urbano da cidade tem sido pautado pelo Direito de Propriedade Individual não restringido” (FERNANDES, 2003, p. 65) mesmo que, como nos afirma Derzi (1991, p. 177 *apud* C. FERNANDES, 2007, p. 144)³⁵, “não existe direito de propriedade absoluto, por que não existem quaisquer direitos individuais absolutos”. Segundo Derzi (*ibidem*) são três os dispositivos extraídos do próprio texto constitucional que restringem o direito de propriedade absoluto: a desapropriação, a função social da propriedade e o IPTU³⁶.

Isso denota que “a ordem jurídico-urbanística” global – porque propõe soluções universais para o uso corporativo do território – “não encontra respaldo na política institucional e administrativa” local (FERNANDES, 2008c, p. 68) que nega esta ordem e utiliza velhos mecanismos do liberalismo jurídico clássico para garantir este uso corporativo. E mesmo aquelas gestões mais progressistas que tentam engendrar ações com vistas a um uso mais democrático e público do espaço encontra dificuldades para fazê-lo por que a ordem

³⁵ DERZI, Misabel Abreu Machado. Nota de atualização. *In*: BALEEIRO, Aliomar. **Limitações constitucionais ao poder de tributar**. 7. ed. rev. compl. Rio de Janeiro: Forense, 1998.

³⁶ Fernandes (2007, p. 144) ainda acrescenta o Estatuto da Cidade e o art. 6º da Constituição Federal de 1988 que trata o direito à moradia como direito social.

“jurídico-institucional não reflete a ordem urbano-territorial”, isto é, as práticas sócioespaciais cotidianas³⁷ (*ibidem*).

Por isso concordamos com Fernandes (2008b, p. 55 e 56) ao ressaltar

[...] o papel importante cumprido pelas leis elitistas e socialmente inadequadas que têm historicamente desconsiderado as realidades dos processos socioeconômicos de produção da moradia, exigindo padrões técnicos e urbanísticos inatingíveis, acabando por reservar as áreas nobres e providas de infraestrutura para o mercado imobiliário destinado às classes médias e altas, e ignorando assim as necessidades de moradia dos grupos menos favorecidos. Tal processo tem sido agravado pela falta de políticas urbanísticas e fiscais efetivas de combate à especulação imobiliária.

Distantes desta ordem jurídico-urbanística, jurídico-institucional e político-institucional, os sem-teto tem encontrado soluções para o atendimento de suas demandas utilizando o espaço da cidade no dia-a-dia e redescobrimo as possibilidades³⁸. Ocupações espontâneas e planejadas são os resultados destas soluções. Caberia a gestão urbana, que não pode ser dissociada desta nova ordem jurídico-urbanística (FERNANDES, 2008c, p. 69), reconhecer estas práticas factíveis no espaço urbano³⁹.

Como afirma Ribeiro (2005, *apud* MIRANDA 2005, p. 105)⁴⁰ “negar estas práticas espaciais, é negar o outro em sua capacidade propositiva” ocorrendo constantemente uma “criminalização deste outro [na perspectiva de que este] com suas ações e seus valores não é adequado à ordem dominante”.

Nesse sentido Milton Santos (2008b, p. 120) diz que “essa proliferação de ‘ilegais’, ‘irregulares’ e ‘informais’” se dá por que “boa parcela da humanidade, que por desinteresse ou incapacidade, não é mais capaz de obedecer a leis, normas, regras, mandamentos, costumes derivados dessa racionalidade hegemônica⁴¹ (aspas no original)”.

³⁷ “A verdade é que, por várias razões, a ordem jurídico-política constitucional não expressa a ordem político-social construída no cotidiano dos processos políticos do país” (FERNANDES, 2008b, p. 51).

³⁸ “Em referência aos direitos urbanísticos, verifica-se um enorme distanciamento entre a realidade do tecido social e as políticas urbanas que, geralmente, buscam um ajustamento do espaço (material e imaterial) sem a consideração da vontade coletiva” (MIRANDA, 2005, p. 105).

³⁹ Como atesta Antas Jr. (2004, p. 81) “o Estado perdeu o monopólio da produção de normas e a noção de soberania, [...] sendo a noção de pluralismo jurídico fundamental para a compreensão dos vários sistemas e subsistemas de ações, em co-presença nos lugares”.

⁴⁰ RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Dimensões culturais da ilegalidade**. 2005 (*mimeo*).

⁴¹ “Essa incapacidade mistura, no processo de vida, práticas e teorias herdadas e inovadas, religiões tradicionais e novas convicções. É nesse caldo de cultura que numerosas frações da sociedade passam da situação anterior de conformidade associada ao conformismo a uma etapa superior da produção da consciência, isto é, a conformidade sem o conformismo. Produz-se dessa maneira a redescoberta pelos homens da verdadeira razão e não é espantoso que tal descobrimento se dê exatamente nos espaços sociais, econômicos e geográficos também ‘não conformes’ à racionalidade dominante” (aspas no original) (SANTOS, 2008b, p. 120).

A questão do reconhecimento vem à tona novamente. Como dito anteriormente, a compreensão da contradição jurídica materializada no espaço deve ser buscada no reconhecimento não só da lei, mas da realidade. O direito à moradia é reconhecido juridicamente, mas o seu reconhecimento deve ser efetivado socialmente⁴².

Um primeiro passo neste sentido seria “o de recusar a noção de informalidade”, para a análise das experiências de ocupações espontâneas ou planejadas na cidade, “já que essa é uma categoria que simplifica a complexidade dessas territorialidades – ‘a não-forma’ – e, com isso, impede a apreensão real dessas experiências” (aspas no original) (RIBEIRO, 2005 *apud* MIRANDA, 2005, p. 104-105).

Nesse sentido, como propõe Miranda a partir de Ribeiro (*ibidem*) o que deve ser posto em debate é a “produção social da ilegalidade” reconhecendo “o processo instituinte dos direitos, as articulações que o envolve e a reflexão sobre qual a legalidade possível e a partir de que ‘projeto de futuro’ ela é desenhada⁴³ (aspas no original)”.

É aqui que surgem os movimentos sociais urbanos, incluso os de sem-teto. Questionadores dessa produção social da ilegalidade denunciada pelos mesmos agentes hegemônicos incapazes de garantir-lhes direitos, estes movimentos se utilizam “do direito negado” para “passar da situação de carência à reivindicação” (JACOBI, 1993, p. 151)⁴⁴.

A falta de um planejamento que considere os diferentes agentes e interesses; as práticas de gestão pública voltadas ao atendimento dos interesses privados; a utilização de vazios urbanos para fins especulativos produtores de déficit habitacional; a valorização do

⁴² Segundo Pallamin (2005, p. 57 e 59) “foram caracterizadas três formas básicas de reconhecimento: o amor, associado à família, tomada como o lugar da relação afetiva do reconhecimento; o direito, associado à sociedade civil, lugar da relação cognitivo-formal em que o indivíduo é reconhecido como ‘pessoa de direito’; e a solidariedade, reportando-se ao Estado enquanto lugar em que se realiza a auto-estima social”. Entretanto, é importante destacar, segundo ela, que “as esferas de reconhecimento jurídico e familiar não garantem a ocorrência do reconhecimento social, da solidariedade. O tema do racismo exemplifica a questão, pois uma lei impedindo a discriminação não assegura que esta não ocorra efetivamente”.

⁴³ Felix (2002, p. 8 *apud* MELGAÇO, 2005, p. 19) “lembra que existem leis criadas para atender ao interesse de classes específicas”. Por isso, para Melgaço (*ibidem*) “a legalidade, portanto, não pode ser o ponto de partida para as discussões sobre a justiça urbana”. In: FELIX, Hermes. **A Violência Urbana**: ensaio. São Paulo: João Scortecci Editora, 1994. 115 p.

⁴⁴ “No campo e nas cidades, o aprendizado e a crítica da racionalidade hegemônica se fazem através do uso da técnica e da experiência da escassez” (SANTOS, 2008a, p. 307).

direito de propriedade (individual) em detrimento do direito à moradia (coletivo) e os respectivos embates apontam os conflitos inerentes à cidade⁴⁵.

Desse modo, é preciso ir além das descrições das ações de ocupações de vazios por sem-teto e colocá-las neste movimento contraditório instituinte da cidade a fim de compreender a essência que lhe dá existência⁴⁶.

Portanto, não seria possível explicar os movimentos de sem-teto de Maceió sem discutir as razões que incitam suas ações e vice-versa. A hegemonização das ações e do espaço contraria os diferentes modos de ser na cidade. Assim, as ações contra-hegemônicas evidenciam a emergência de outras racionalidades que precisam ser apreendidas a fim de se desvendar e explorar os projetos de futuros possíveis.

1.2 A emergência de racionalidades contra-hegemônicas: dos espaços dominantes aos espaços solidários

“A gente reivindica os direitos do cidadão, a igualdade social, uma vida mais humana para quem não teve acesso à classe média. Representamos [os] que estão esquecidos e são só lembrados de quatro em quatro anos. Nosso discurso, nosso dever é lembrar [aos representantes públicos a existência] dessas famílias [que] só são lembradas de quatro em quatro anos⁴⁷”.

Os sem-teto ocupam o lugar na cidade que lhes é possível, mas que nem sempre é o desejável. A marquise da rua, o barraco de lona, a casa de taipa são o que lhes servem de abrigo. Fogem a qualquer parâmetro urbanístico, a qualquer norma ou padrão construtivo. Constroem favelas onde uma realidade escassa co-existe com aquela da abundância nos bairros contíguos.

Aquelas são os espaços da cidade que “escapam aos rigores das normas rígidas” onde “velhos objetos e ações menos informadas e menos racionais constroem paralelamente um

⁴⁵ “[...] o fato de que a norma se tornou indispensável ao processo produtivo, conduz, ao mesmo tempo, à sua proliferação e leva, naturalmente, a um conflito de normas que o mercado não basta para resolver” (SANTOS, 2008a, p. 336).

⁴⁶ “[...] Querer estabelecer uma contraposição entre os efeitos e as causas significa não saber apreender a essência do problema” (KOSIK, 1976, p. 90).

⁴⁷ Entrevista realizada ao Movimento Terra Trabalho e Liberdade em 07 de janeiro de 2009.

tecido em que a vida, inspirada em relações pessoais mais diretas e mais freqüentes e menos pragmáticas, pode ser vivida na emoção [...] criando cultura” (SANTOS, 2008a, p. 232).

Milton Santos (2008a, p. 304) nos ensina que

há espaços marcados pela ciência, pela tecnologia, pela informação, por essa mencionada carga de racionalidade; e há os outros espaços. Há os espaços do mandar e os espaços do obedecer. Todavia, essa racionalidade sistêmica, não se dá de maneira total e homogênea, pois permanecem zonas onde ela é menor e, mesmo, inexistente e onde cabem outras formas de expressão que têm sua própria lógica.

Por isso, o espaço da cidade não é apenas o espaço do agir hegemônico. É o espaço de todos onde se misturam as diferentes culturas e orientações práticas. É o espaço onde “é possível defrontarmo-nos com a emergência de matrizes de racionalidades outras tecidas a partir de modos de agir, pensar e sentir [...]” (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 220).

Essa “cultura popular [...] se formula essencialmente em ‘artes de fazer’ [...] em consumos combinatórios e utilitários [...] uma maneira de pensar investida numa maneira de agir, uma arte de combinar indissociável de uma arte de utilizar” (grifos no original) (CERTEAU, 1994, p. 42).

Por isso, os sem-teto descobrem as possibilidades em utilizar os espaços da cidade vazios próximos à materialidade que lhes possibilita sobreviver e apropriam-se deles como “um próprio” constituindo uma “politização das práticas cotidianas⁴⁸” (CERTEAU, 1994, p. 44-45).

Estes “múltiplos fazeres de todos, orientados por articulações surdas que constroem o cotidiano” consistem em “resistência ao fazer hegemônico” (RIBEIRO, 2004, p. 357). Como afirma Porto-Gonçalves (2002, p. 234) “à unidimensionalidade dos que tomam as decisões se contrapõe a multidimensionalidade da vida inscrita na geografia de cada dia, *locus* de conformação da subjetividade⁴⁹”.

Por isso, se faz imprescindível (re)conhecer as resistências e experiências dos sem-teto de Maceió que operam a partir destas “outras matrizes de racionalidade” (PORTO-GONÇALVES, 2002, p. 246) e que permitem estes grupos se articularem e constituírem movimentos sociais que engendram práticas inovadoras no espaço urbano que (re)orientam e (re)significam a cidade.

⁴⁸ Para Sobarzo (2006, p. 107 *apud* COSTA *et al.*, 2008) “é no espaço vivido, da apropriação cotidiana que o espaço se abre às possibilidades”. In: SOBARZO, Oscar. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. **Geosp.** São Paulo, v. 19, p. 93-111, 2006.

⁴⁹ “Não se trata mais de nos reapropriarmos apenas dos meios de produção ou dos meios de expressão política, mas também de sairmos do campo da economia política e entrarmos no campo da economia subjetiva” (GUATTARI; ROLNIK, 1999, p. 139).

Para reconhecer estas resistências e experiências, partimos, então, da compreensão dos eventos globais/locais – que determinaram à formação sócioespacial de Maceió (enquanto local depositário destes eventos) e de sua conseqüente segregação e situação de exclusão intra-urbana. Assim, deslumbramos a possibilidade de compreender os lugares dos sem-teto enquanto espaços de resistência e que carregam em seu seio novas possibilidades de se pensar/fazer planejamento. Estas práticas contra-hegemônicas causam um dissenso nesta ordem hegemônica onde se acirra a disputa pelo espaço de e para todos e não somente de e para alguns.

1.2.1 O Global, o Local e o Lugar

As ações que discutimos – ocupações de vazios urbanos por sem-teto – devem ser compreendidas a partir da complexidade dos contextos em que uma ordem global se impõe a uma ordem local constituindo um conflito entre interesses externos e internos à cidade.

O uso corporativo do território parte desta chamada ordem global. No caso de Maceió, as empresas imobiliárias se instalam na cidade e agem a partir de “normas particulares, cuja vigência é, geralmente e sob muitos aspectos, ‘indiferente’ aos contextos em que vêm inserir-se” (aspas no original) (SANTOS, 2008a, p. 335). Apropriam-se de vastas áreas do território, selecionam aquelas a ser investido capital público e privado e rejeitam as outras áreas.

Como afirma Milton Santos (2008a, p. 334),

a ordem trazida pelos vetores da hegemonia cria, localmente, desordem, não apenas porque conduz a mudanças funcionais e estruturais, mas, sobretudo, porque essa ordem não é portadora de um sentido, já que o seu objetivo – o mercado global – é uma auto-referência, sua finalidade sendo o próprio mercado global.

Estes vetores da hegemonia emanam de uma ordem distante, extra-local, tendo que se adaptarem a uma ordem local-histórica já existente. Nesse sentido, a cidade grande, enquanto lugar complexo congrega “vetores de todas as ordens, buscando finalidades diversas [...], mas entrelaçados pelo espaço comum⁵⁰” (SANTOS, 2008a, p. 322). Portanto, “conflito e cooperação, base da vida em comum” constituem o espaço banal (*ibidem*).

De acordo com Milton Santos (1997, p. 18),

cada lugar [...] é ponto de encontro de lógicas que trabalham em diferentes escalas, reveladoras de níveis diversos, e às vezes contrastantes, na busca da eficácia e do lucro, no uso das tecnologias do

⁵⁰ “Por isso a cidade grande é um enorme espaço banal, o mais significativo dos lugares. Todos os capitais, todos os trabalhos, todas as técnicas e formas de organização podem aí se instalar, conviver, prosperar. Nos tempos de hoje, a cidade grande é o espaço onde os fracos podem subsistir” (SANTOS, 2008a, p. 322).

capital e do trabalho. Assim se redefinem os lugares: como ponto de encontro de interesses longínquos e próximos, mundiais e locais, manifestados segundo uma gama de classificações que está se ampliando e mudando.

Maceió, como lugar de encontro destas lógicas, inicia seu processo de modernização na década de 1970 com a implantação de uma indústria no Município – beneficiadora da salgema – e com o incremento de capital produtivo advindo do setor imobiliário que ganha força na década de 1980 até os dias atuais. A cidade, então, entra no circuito da economia global, tornando seus sub-espacos (alguns bairros) globalizados, enquanto grande parte da cidade permaneceu excluída das vantagens da modernização.

Este processo se tornou mais intenso na década de 1990 até os dias atuais quando os movimentos de verticalização (local ⇔ global) se intensificaram causando segregação e excluindo cada vez mais a população pobre de bairros onde o setor imobiliário de alta renda se fez presente. Neste processo, a gestão pública deixou de considerar as relações horizontais (local ⇔ lugar) negando a apreensão de experiências que auxiliassem na descoberta de alternativas ao desenvolvimento urbano.

Padrões construtivos populares de conhecimento local cederam lugar a construções modernas cujos padrões arquitetônicos globais a tornam cara em sua natureza produtiva e, portanto, inacessível à grande parte da população maceioense⁵¹. Desse modo as construções mais simples passaram a ser encaradas pela racionalidade hegemônica como anti-estéticas, anti-funcionais, comumente relacionadas a irregularidade, informalidade e ilegalidade urbanística⁵². Desvalorizadas em seus aspectos funcionais, as áreas habitadas por população de baixa renda ou sem renda ficaram alijadas das políticas públicas tornando-se degradadas, insalubres e de difícil convivialidade familiar⁵³.

Nesse “privilégio exclusivo do eixo relacional global ⇔ local no tratamento do desenvolvimento urbano, ocorre, constantemente a exclusão da pluralidade de vozes

⁵¹ “Quanto mais ‘tecnicamente’ contemporâneos são os objetos, mais eles se subordinam às lógicas globais. Agora, torna-se mais nítida a associação entre objetos modernos e atores hegemônicos” (aspas no original) (SANTOS, 2005a, p. 240).

⁵² “[...] uma coisa não é jamais irracional em si mesma, mas apenas de um particular ponto de vista racional” (**A Ética do Protestantismo e O Espírito do Capitalismo**, Max Weber, 1958, p. 194, ed. Americana *apud* SANTOS, 2008a, p. 310).

⁵³ “Cada lugar é a cada instante, objeto de um processo de desvalorização e revalorização, onde as exigências de natureza global têm um papel fundamental” (SANTOS, 2008a, p. 225).

propositoras dos futuros possíveis” (LIMA JÚNIOR, 1999 *apud* RIBEIRO, 2000, p. 244)⁵⁴.

Segundo Ribeiro (*ibidem*)

Esses riscos manifestam-se na constatação de que: (1) – o global é, sobretudo, investimento corporativo (e não universalismo) (SANTOS, 2000); (2) – o local é, sobretudo, a menor unidade político-administrativa ou uma fração desta, tendendo à desconstrução de vivências políticas amplas e dos sujeitos formados nessas vivências. Isso significa que a verdadeira dimensão da experiência urbana, inclusive da vida em contextos metropolitanos, tem tendido a ser analiticamente anulada.

Nesse sentido, estes “movimentos de verticalização devem ser retidos, negados ou apropriados em direção à transformação política consistente dos lugares, isto é, em direção à sua horizontalização socialmente necessária” (RIBEIRO, 2004, p. 359).

Por isso, o lugar ganha importância enquanto “possibilidade da realização eficaz do movimento do mundo” (SANTOS, 2008a, p. 338), mas principalmente como “cotidiano enriquecido” (*ibidem*, p. 321) em que ocorre “a ação espontânea, o inesperado, o acaso, o não-planejado, as experiências incertas (RIBEIRO, 2009, p. 153)⁵⁵.

Essas experiências ocorrem com mais frequência nos espaços orgânicos, ou seja, nas favelas e nos bairros pobres onde as relações são mais horizontais⁵⁶. Esses espaços da cidade são, portanto, criadores de outras racionalidades, geralmente contra-hegemônicas, e portadores das alternativas ao desenvolvimento urbano.

Assim, constatamos que é a partir do lugar que se torna possível o “estudo das tendências contra-hegemônicas” como nos convida Ribeiro (*ibidem*) a realizar. Para tanto, é preciso distinguir, segundo a autora, o *local* e o *lugar* (grifos no original). O primeiro constitui o “lôcus de realização de projetos definidos por atores em outras escalas da realidade social” como já apontado. Já o segundo “se opõe ao pensamento único, ao politicismo e ao economicismo” sendo, sobretudo, “vida social, memória coletiva, sociabilidade [...]”⁵⁷.

⁵⁴ LIMA JÚNIOR, Pedro de Novais. **Uma crítica ao conceito de espaço no planejamento estratégico**. VIII Colóquio Internacional sobre Poder Local, Salvador, Escola de Administração / UFBA.

⁵⁵ “Cada local é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (SANTOS, 2008a, p. 339).

⁵⁶ “A razão universal é organizacional, a razão local é orgânica. No primeiro caso, prima a *informação* que, aliás, é sinônimo de organização. No segundo caso, prima a *comunicação*” (grifo no original) (SANTOS, 2008a, p. 339).

⁵⁷ Ana Clara T. Ribeiro explica que para conhecer o lugar não é possível apenas juntar algumas variáveis, pois ele possui história. Neste sentido a distinção entre local e lugar se faz necessária: o local, segundo ela, é onde os interesses se localizam; já o lugar é historicidade sendo preciso mergulhar nele para conhecê-lo. (Notas do autor tomadas na conferência proferida pela Professora Ana Clara Torres Ribeiro, no Seminário Política e Planejamento, ocorrido em Curitiba, Paraná, em agosto de 2008).

Por isso, cabe-nos buscar contextualizar o período em que dois processos formam Maceió enquanto local e enquanto lugar: (i) um mais geral que está relacionado à modernização e a urbanização brasileira na década de 1970; (ii) e outro mais específico que corresponde a cidade de Maceió enquanto local de interesse e realização de projetos modernizantes respondendo a este contexto geral/global e que não acolhe adequadamente os migrantes expulsos do campo, já que este processo de modernização foi/é seletivo. Nesse sentido, buscamos esta contextualização a partir da distinção do processo de urbanização e da constituição de Maceió conforme Milton Santos (1997, p. 69) nos ensina:

Na realidade, há duas coisas que estão sendo confundidas gratuita e alegremente, isto é, a cidade e o urbano. O urbano é freqüentemente o abstrato, o geral, o externo. A cidade é o particular, o concreto, o interno. Não há que confundir. Por isso, na realidade, há histórias do urbano e histórias da cidade. [...] Entre as possíveis histórias do urbano estaria a história das atividades que na cidade se realizam; do emprego, das classes, da divisão do trabalho e do seu inverso, a cooperação; e uma história que não é bastante feita: a história da socialização na cidade e a história da socialização pela cidade. E, entre as histórias da cidade, haveria a história dos transportes, a história da propriedade, da especulação, da habitação, do urbanismo, da centralidade. O conjunto das duas histórias nos daria a teoria da urbanização, a teoria da cidade, a história das ideologias urbanas, a história das mentalidades urbanas, a história das teorias.

Portanto, no tópico que se segue fazemos esta contextualização a fim de compreender os lugares dos sem-teto (ocupações espontâneas) que estiveram fora desta ordem hegemônica e que diante de sua situação de exclusão emergiram/emergem na busca reivindicatória por direitos e pelo acesso à materialidade construída (ocupações planejadas) forçando a prevalência de uma ordem local voltada aos interesses internos à cidade⁵⁸.

É neste sentido que apontamos “os pactos, as negociações, os acordos estratégicos [...] entre agentes econômicos e atores políticos destas duas faces dos contextos: local e lugar” (RIBEIRO, 2009, p. 153).

1.2.2 Sobre a questão da exclusão sócioespacial

A situação de exclusão habitacional de parcela da população de maceioense – que culmina nas ações de luta por melhores condições de habitabilidade – pode ser compreendida pelo processo de modernização do território alagoano. Esse processo deve ser contextualizado regionalmente e nacionalmente considerando o período técnico-científico-informacional (SANTOS, 2005a; 2008a) que tem início na década de 1970 até os dias atuais quando ocorreu

⁵⁸ “A ordem global busca impor, a todos os lugares, uma única racionalidade. E os lugares respondem ao Mundo segundo os diversos modos de sua própria racionalidade” (SANTOS, 2008a, p. 338).

um “processo de remodelação do território – respaldado na técnica e na ciência – essencial às produções hegemônicas⁵⁹” (SANTOS, 2005a, p. 38).

O fato é que a modernização do território brasileiro marcada nesta década não ocorreu de forma homogênea, mas de forma concentrada nas Regiões Sul e Sudeste e apresentando algumas manchas nas regiões Norte e Nordeste. Enquanto que em 1980 a Região Sudeste é a mais urbanizada com um índice de 82,7%, a Região Nordeste apresenta apenas 50,44% de urbanos, taxa inferior a do Brasil que era de 65,57%⁶⁰ (SANTOS, 2005a, p. 63).

Essa “urbanização que ganha novo conteúdo e nova dinâmica, graças aos processos de modernização que o país conhece” se segue a uma “divisão territorial do trabalho em escala nacional, que privilegia diferentemente cada fração do território em um dado momento de sua evolução” (*ibidem*, p. 67).

Por isso houve uma maior especialização do trabalho e diversificação na produção agrícola e industrial da Região Sudeste atraindo mão-de-obra barata das Regiões Norte e Nordeste onde esta diversificação era inexistente visto que a base produtiva desta última, em sua parte litorânea, centrava-se e ainda se centra na monocultura canavieira.

A combinação da incipiente modernização do território alagoano com a monocultura da cana-de-açúcar culminou no fluxo migratório de trabalhadores rurais em busca de trabalho nas Regiões Sul e Sudeste e dentro de Alagoas na cidade de Maceió.

O fato é que o estado de Alagoas não acompanhou a modernização sofrida pelo País e que respondia as demandas globais de produção e consumo. Desse modo, o estado, na divisão territorial do trabalho, apresentou-se excluído diante de suas condições econômicas visto que não respondeu aos ditames do mercado global. Por isso, o processo de urbanização de Alagoas, assim como de outros estados do Nordeste, diferencia-se qualitativamente daquele ocorrido em outras cidades do Brasil que respondia mais rapidamente e eficazmente à ordem global⁶¹.

⁵⁹ “Podemos admitir que a história do meio geográfico pode ser grosseiramente dividida em três etapas: o meio natural, o meio técnico, o meio técnico-científico-informacional” (SANTOS, 2005a, p. 234).

⁶⁰ “Entre 1960 e 1980, a população vivendo nas cidades conhece aumento espetacular: cerca de cinquenta milhões de novos habitantes, isto é, um número quase igual à população total do País em 1950. Somente entre 1970 e 1980, incorpora-se ao contingente demográfico urbano uma massa de gente comparável ao que era a população total urbana de 1960” (SANTOS, 2005a, p. 32).

⁶¹ “Outra é a realidade do Nordeste, onde uma estrutura fundiária, hostil desde cedo à maior distribuição de renda, ao maior consumo e à maior terceirização, ajudava a manter na pobreza milhões de pessoas e impedia uma urbanização mais expressiva. Por isso, a introdução de inovações materiais e sociais iria encontrar grande resistência de um passado cristalizado na sociedade e no espaço, atrasando o processo de desenvolvimento. Um antigo povoamento, assentado sobre estruturas sociais arcaicas, atua como freio às mudanças sociais e

Nesse sentido, constatamos que a urbanização de Alagoas após 1940 e que se acentuou em 1970, não ocorreu por fatores endógenos – que resultassem diretamente das necessidades de desenvolvimento local –, mas por fatores exógenos ligados a própria estrutura econômica nacional e do estado. Apesar das cidades alagoanas na divisão territorial do trabalho não atenderem à produção e consumo nacional e local, estas contribuíram com o acolhimento da população expulsa do campo mais imediato. A monocultura canavieira espalhada pela Zona da Mata e Litoral Alagoano teve forte influência na constituição dos núcleos urbanos, inclusive de Maceió.

Estes núcleos urbanos não constituíam centros de decisão que respondessem pela política e economia agrária do estado. Em uma estrutura latifundiária e oligárquica, as cidades, na verdade, é que respondiam politicamente às ordens advindas das fazendas, de modo que os proprietários de usinas é quem comandavam a política e a economia locais uma vez que eram eles os que tomavam assento nos poderes públicos.

Este fato foi e é determinante na consolidação das áreas pobres das cidades da Zona da Mata e do Litoral de Alagoas e principalmente de Maceió. O acontecimento mais expressivo em que ocorre um fluxo migratório intenso das áreas canavieiras para Maceió ocorreu em 1980.

O aumento populacional decorrente, sobretudo, do processo migratório, foi incrementado com a crise do setor açucareiro. A análise do processo de evolução urbana de Maceió reflete a produção econômica dominante, fortemente atrelada à cadeia produtiva da agroindústria açucareira. Com a crise do setor, no final dos anos de 1980, e com as alterações introduzidas na legislação trabalhista, referente ao trabalho rural, os usineiros demoliram as casas da usina cedidas para uso dos trabalhadores rurais, deixando-os sem moradia⁶². Maceió passou, assim, a receber um fluxo cada vez maior de imigrantes, que se somaram aos fluxos migratórios que antes iam para o sul do país. Esse processo acabou traduzindo o alto grau de exclusão social da população maceioense, com elevado índice de subemprego e ocupação desordenada do solo⁶³ (PREFEITURA MUNICIPAL DE MACEIÓ, 1999 *apud* LOPES; JUNQUEIRA, 2005, p. 24).

Esse fluxo migratório foi responsável pelas ocupações espontâneas empreendidas pela população pobre de Maceió que, na ausência de política pública urbana, continuaram a

econômicas, acarreta retardo da evolução técnica e material e desacelera o processo de urbanização” (SANTOS, 2005a, p. 69).

⁶² Mello (2002, p. 102 *apud* S. SANTOS, XIV CISO, acesso em 08 dez. 2009) afirma que “a Usina Uruba, localizada no município de Atalaia, AL, adquirida pelo Grupo João Lyra, é um exemplo dessa política”. Segundo o autor, foram derrubadas aproximadamente 90% das casas existentes no interior de suas propriedades. In: MELLO, Paulo Décio de Arruda. **Reestruturação produtiva na atividade canavieira: ação sindical e dos movimentos sociais rurais em Alagoas a partir de 1985**. Tese de Doutorado (Curso de Sociologia), UFPE, Recife, 2002.

⁶³ Esta razão é apontada, também, em um material digital disponibilizado pela Secretaria Municipal de Habitação Popular e Saneamento (SMHPS) que menciona o fim das agrovilas.

vivenciar uma situação de exclusão. Neste processo de exclusão, o território maceioense foi sendo preparado para atendimento das necessidades dos setores imobiliários da economia ao tempo em que afastava a população pobre que demandava outras necessidades que não capitalistas⁶⁴. De fato, a exclusão e a inclusão territorial fazem parte de um mesmo processo contraditório que pode ser entendido a partir dos conceitos de “territórios derivados e territórios alienados” como propõe Melgaço (2005, p. 32):

[...] propomos aqui o conceito de territórios *derivados e alienados*. Derivados no sentido de que eles pertencem a uma lógica, a do capitalismo, e alienados pelo fato de estarem, ao mesmo tempo, contraditoriamente fora dessa lógica. Como exemplo empírico dessa constatação podemos citar qualquer bairro pobre de uma grande cidade, onde os moradores estão fora da lógica de políticas públicas do governo, não tendo acesso a uma infraestrutura básica, mas ao mesmo tempo estão dentro da lógica capitalista por serem mão-de-obra barata, ou seja, exército de reserva. Portanto, não se deve confundir o conceito de alienação com as contestáveis noções de inclusão e exclusão.

A respeito desta noção de exclusão concordamos com Levitas (1998 [1995], p. 568-569 *apud* COSTA, 2007, p. 318)⁶⁵ para quem “a exclusão não é uma ausência de relação social, mas um conjunto de relações sociais particulares da sociedade tomada como um todo⁶⁶”. Para este autor

não há ninguém fora da sociedade, mas um conjunto de posições cujas relações com seu centro são mais ou menos distendidas: antigos trabalhadores que se tornaram desempregados de modo duradouro, jovens que não encontram emprego, populações mal escolarizadas, mal alojadas, malcuidadas, mal consideradas etc. [...] (*ibidem*).

Neste sentido, Martins (1997, p. 16-17 *apud* COSTA, 2007, p. 317)⁶⁷ critica “a noção de exclusão como um estado ou situação fixa, que ‘substitui a idéia sociológica de *processos de exclusão* (entendidos como processo de exclusão integrativa ou modos de marginalização)’

⁶⁴ [...] verifica-se a existência do que Ana Clara Torres Ribeiro chamou de “sistema de classificação social”. “Tal sistema, construído pelo discurso dominante, cumpre o papel de selecionar a co-presença desejada e eliminar o ‘inclassificável’” (aspas no original) (RIBEIRO, 2005, p. 98 *apud* MIRANDA, 2005, p. 83). In: RIBEIRO, Ana Clara Torres. Território usado e humanismo concreto: o mercado socialmente necessário. In: SILVA, C. A.; BRANDÃO *et al.* **Formas em crise: utopias necessárias**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições. 2005, p. 93-111.

⁶⁵ LEVITAS, R. 1998. **The inclusive society?** Social Exclusion and new labour. Houndmills e Londres: Macmillan Press.

⁶⁶ Levitas chama a atenção para a noção de exclusão como aquilo ou aquele que está fora e que precisa ser colocado dentro, sendo esta noção a causa de sérias deturpações nas análises sócio-espaciais. Ele diz que “exclusão aparece mais como um problema essencialmente periférico, existindo no limite da sociedade, do que como uma característica de uma sociedade que tipicamente produz maciças desigualdades coletivas e crônica privação para uma ampla minoria. A solução que este discurso da exclusão social implica é de feição minimalista: uma transição através da fronteira para tornar-se mais um *insider* do que um *outsider* numa sociedade cujas desigualdades estruturais permanecem amplamente inquestionáveis” (LEVITAS, 1998, p. 7 *apud* COSTA, 2007, p. 317-318). In: LEVITAS, R. 1998. **The inclusive society?** Social Exclusion and new labour. Houndmills e Londres: Macmillan Press.

⁶⁷ MARTINS, J. S. 1997. **Exclusão Social e a Nova Desigualdade**. São Paulo: Paulus.

e que ignora a “reação da vítima, isto é, a sua participação transformativa no próprio interior da sociedade que exclui o que representa a sua concreta integração” (grifos no original). Para este sociólogo (*ibidem*, p. 14):

(...) rigorosamente falando, não existe exclusão: existe contradição, existem vítimas de processos sociais, políticos e econômicos excludentes; existe o conflito pelo qual a vítima dos processos excludentes proclama seu inconformismo, seu mal-estar, sua revolta, suas esperanças, sua força reivindicativa e sua reivindicação corrosiva. Essas reações (...) constituem o imponderável de tais sistemas, fazer parte deles ainda que os negando.

Por isso, concordamos com Costa (2007, p. 317 e 318) ao sugerir que

a exclusão deve ser sempre qualificada, adjetivada, para ser tratada com mais rigor, e jamais deve ser vista na perspectiva conservadora que faz uso do termo para legitimar medidas paliativas de “reinserção” social, sem questionar as condições de (in)justiça social, (in)equidade econômica, (falta de) autonomia política e reconhecimento cultural dos grupos sociais nela envolvidos.

Nesse sentido, é preciso reconhecer as ocupações de sem-teto – espontâneas e planejadas – em seus respectivos bairros como territórios que ao mesmo tempo que são descartados das ações do governo e do mercado, são fundamentais a estes, seja pela mão-de-obra ali localizada, seja como forma de valorização econômica de outras partes da cidade.

Reconhecer estes espaços como parte da lógica hegemônica é reconhecer as contradições que conformam estes lugares, isto é, é considerar as ações contra-hegemônicas que em certos momentos transcendem estes espaços e se realizam nos territórios que se opõem a estes. As ocupações de vazios urbanos em áreas valorizadas de interesse do mercado imobiliário são exemplos deste rompimento dos limites territoriais demarcados pela hegemonia.

Portanto, esta exclusão do direito à moradia encontra suas formas de integração nos territórios onde elas existem – nas próprias ocupações espontâneas – onde os sujeitos que se autodenominam sem-teto buscam por meios próprios conquistar a materialidade espacial que lhes é negada: seja ocupando as áreas já infraestruturadas, seja lutando para que as infraestruturas cheguem até eles.

Como nos ensina Milton Santos (2008a, p. 310),

o fato de que a produção limitada de racionalidade é associada a uma produção ampla da escassez conduz os atores que estão fora do círculo da racionalidade hegemônica à descoberta de sua exclusão e à busca de formas alternativas de racionalidade, indispensáveis à sua sobrevivência. A racionalidade dominante e cega acaba por produzir os seus próprios limites⁶⁸.

⁶⁸ “Ao contrário do que deseja acreditar a teoria atualmente hegemônica, quanto menos inserido o indivíduo (pobre, minoritário, migrante...), mais facilmente o choque da novidade o atinge e a descoberta de um novo saber lhe é mais fácil” (SANTOS, 2008a, p. 330).

Isto é possível, ainda de acordo com o autor (*ibidem*, p. 324 e 325) graças ao “conteúdo comunicacional” existente “nesses guetos urbanos” em que existe “uma percepção mais clara das situações pessoais ou de grupos e à afinidade de destino”. Excluídos das riquezas urbanas e fora dos fluxos financeiros e materiais da racionalidade hegemônica, os sem-teto vivem em espaços mais lentos, e dessa forma, possuem o tempo necessário para elaborarem as alternativas de mudança da situação que vivem.

Para Ribeiro (2001, p. 37) o homem lento é a

[...] verdadeira categoria da reflexão existencialista dos praticantes do espaço. Essa categoria orienta a compreensão das relações inteligentes com o prático inerte local (SARTRE, 1967), que são indispensáveis à sobrevivência dos que não dispõem dos recursos que permitem, às classes médias e altas, omitir o trabalho morto concentrado nos lugares e as rugosidades e interstícios que retêm a ação dominante, possibilitando a permanência do mais fraco nos territórios desenhados para impedir sua presença⁶⁹.

Como afirma Milton Santos (2008a, p. 325)

Durante séculos, acreditávamos que os homens mais velozes detinham a inteligência do Mundo. [...] Agora, estamos descobrindo que, nas cidades, o tempo que comanda, ou vai comandar, é o tempo dos homens lentos. [...] Quem, na cidade, tem mobilidade – e pode percorrê-la e esquadrihá-la – acaba por ver pouco, da cidade e do mundo. Sua comunhão com as imagens, freqüentemente prefabricadas, é a sua perdição. Seu conforto, que não desejam perder, vem, exatamente, do convívio com essas imagens. Os homens “lentos”, para quem tais imagens são miragens, não podem, por muito tempo, estar em fase com esse imaginário perverso e ir descobrindo as fabulações⁷⁰ (aspas no original).

O fato é que “essa tomada de consciência tem a ver com a (re)descoberta, pela população, da importância da política como instrumento eficaz no enfrentamento das desigualdades” de modo que “a escassez se torna um importante dado do presente, à medida que condiciona às lutas e aos conflitos” (MIRANDA, 2005, p. 28). Conforme Milton Santos (2008a, p. 309)

ante a racionalidade dominante, desejosa de tudo conquistar, pode-se, de um ponto de vista dos atores não beneficiados, falar de irracionalidade, isto é, de produção deliberada de situações não-razoáveis. Objetivamente, pode-se dizer também que, a partir dessa racionalidade hegemônica, instalam-se paralelamente contra-racionalidades. [...] O que muitos consideram, adjetivamente, como “irracionalidade” e, dialeticamente, como “contra-racionalidade”, constitui, na verdade, e

⁶⁹ “O prático inerte é uma expressão introduzida por Sartre, para significar as cristalizações da experiência passada, do indivíduo e da sociedade, corporificadas em formas sociais e, também, em configurações espaciais e paisagens. Indo além do ensinamento de Sartre, podemos dizer que o espaço, pelas suas formas geográficas materiais, é a expressão mais acabada do prático-inerte” (SANTOS, 2008a, p. 317).

⁷⁰ “É assim que eles escapam ao totalitarismo da racionalidade, aventura vedada aos ricos e às classes médias. [...] São os pobres que, na cidade, mais fixamente olham para o futuro” (*ibidem*).

substancialmente, outras formas de racionalidade, racionalidades paralelas, divergentes e convergentes ao mesmo tempo.

É nesse sentido que os sem-teto, a partir de um processo de conscientização da situação de exclusão em que vivem, agem no sentido de causar um dissenso na ordem hegemônica e no espaço racionalizado por ela.

1.2.3 Do consenso ao dissenso

Os objetos e as ações têm seus lugares na cidade segundo esta ordem hegemônica a que viemos nos referindo. Nesse sentido, haveria um *consenso* quanto ao lugar de cada qual sendo este *consenso* próprio desta racionalidade política/hegemônica a qual se opera atualmente.

Jacques Rancière (1996) em seu ensaio sobre “O dissenso” (p. 367) faz uma crítica ao “discurso atualmente dominante que identifica a racionalidade política ao consenso e o consenso ao princípio mesmo da democracia”. Para este filósofo “sob o termo *consenso* a democracia é concebida como o regime puro da necessidade econômica” (grifo no original, *ibidem*), pois

os atores sociais chamados a assumir suas responsabilidades para o tratamento concertado dos problemas são sobretudo convidados a verificar que a solução “mais razoável” é na verdade a única solução possível, a única autorizada pelos dados da situação tais como os conhecem os Estados e seus especialistas (*ibidem*, p. 379-380).

O que discorremos até então encontra respaldo nessa crítica apresentada por Rancière, pois, aos problemas urbanos, incluso o de segregação e o da falta de moradia, é apresentado apenas uma solução cabível, haja visto as intervenções do poder público que aparece como agente segregador e que atende prioritariamente os interesses econômicos, de modo que os lugares na cidade são conformados de acordo com a classe social e com a renda. Isso acaba por se tornar um consenso.

Todavia, quando os sem-teto se organizam e ocupam vazios urbanos “proibidos” ocorre um *dissenso* conceituado por Rancière (*ibidem*, p. 368) como uma “divisão no núcleo mesmo do mundo sensível que institui a política e sua racionalidade própria” – que pode ser, segundo nosso estudo, as contra-racionalidades ou as outras formas de racionalidade.

Portanto, a política é uma instância fundamental para compreensão das ações dos sem-teto e dos seus espaços contra-hegemônicos. Para Rancière (*ibidem*, p. 368), “a política não é em primeiro lugar a maneira como indivíduos e grupos em geral combinam seus interesses e

seus sentimentos. É antes um modo de ser da comunidade que se opõe a outro modo de ser, um recorte do mundo sensível que se opõe a outro recorte do mundo sensível”.

O problema é que essa “razão consensual” que nega “os conflitos políticos” e não considera as outras ações, as outras vozes, as outras racionalidades, acaba por “suprimir o povo dissensual da política pela população consensualmente gerida [...]” de modo que “[...] quando se quer substituir a condução política dos litígios pelo tratamento gestor dos problemas, vê-se aparecer o conflito sob uma forma mais radical, como impossibilidade de coexistir, como puro ódio do outro” (RANCIÈRE, 1996, p. 368; 380).

É nesse sentido que o Estado age violentamente contra os sem-teto que ocupam vazios urbanos em áreas de interesse do mercado: quando ocupam, os sem-teto rompem com o consenso que estabelece o lugar de cada qual na cidade. O Estado, quando se coloca como representante dos interesses privados, passa a não aceitar o outro com suas necessidades e propostas contrárias à ordem política e econômica hegemonicamente imposta⁷¹.

Como afirma Melgaço (2005, p. 42) à partir de Lênin (1980)⁷² e Boaventura de Souza Santos (1997)⁷³ “o Estado surge não como um estágio superior da sociedade, conforme queria Hegel, mas como uma instituição de manutenção do *status quo* dos agentes hegemônicos. E a polícia não é nada mais do que um órgão do Estado, cujo objetivo é manter essa ordem” – esse consenso.

Antes desta violência direta contra os sem-teto que ocupam vazios urbanos e agem pelo reconhecimento e efetivação de seus direitos, existe uma que a antecede e que é mais sutil, consensual. Esta violência consiste no déficit habitacional, nas condições precárias de habitabilidade, na distância que trabalhadores tem de percorrer da casa para o trabalho⁷⁴.

Isso demonstra a “estrita solidariedade entre uma certa idéia da razão política e um certo retorno do irracional” de que fala Rancière (*ibidem*, p. 368). Nesse sentido, o reconhecimento jurídico do direito à moradia não é capaz de instituí-lo, como já demonstrado no tópico 1.1.3, por que as práticas espaciais é que não são, de fato, reconhecidas visto que o

⁷¹ “O consenso não quer mais sujeitos divididos e divisores característicos da política [...]” (RANCIÈRE, 1996, p. 381).

⁷² LÊNIN, V. I. **Obras escolhidas**. São Paulo: Editora Alfa Ômega, 1980.

⁷³ SANTOS, Boaventura de Souza. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo. Editora Cortez, 1997. 348 p.

⁷⁴ Odália (1983, p. 86) afirma que “toda a vez que o sentimento que experimento é o de privação, o de que determinadas coisas me estão sendo negadas, sem razões sólidas e fundamentadas, posso estar seguro de que uma violência está sendo cometida”.

mundo que as institui não faz parte do mundo consensual, mas dissensual onde reside a política⁷⁵.

De fato, o não reconhecimento das práticas dissensuais implica o não reconhecimento dos respectivos sujeitos⁷⁶. Por isso o conflito entre sem-teto, governo e proprietários privados nada mais é do que um conflito pelo reconhecimento do direito a ter direitos e para além disto, um conflito pela conquista do lugar, do “próprio” no dizer de Certeau (1994).

O dissenso, portanto, só ocorre através das ações contestatórias: pela ocupação de vazios urbanos, pela ocupação de instituições do governo, pelos protestos de rua – de modo que é a ação e não a intenção – que possibilita o rompimento consensual⁷⁷.

Diante da situação de exclusão é que os sem-teto surgem como agentes contra-hegemônicos, dissensuais, que organizam movimentos sociais na busca de romper com esta ordem hegemônica consensual e tentam (re)afirmar outras razões capazes de respaldar atitudes solidárias que “esta proposição consensual” (RANCIÈRE, 1996, p. 382) não é capaz de fazer.

⁷⁵ Rancière (*ibidem*, p. 368) reserva a palavra *política* ao “conjunto das atividades que vêm perturbar a ordem da polícia pela inscrição de uma pressuposição que lhe é inteiramente heterogênea. Essa pressuposição é a igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante. Essa igualdade [...] não se inscreve diretamente na ordem social. Manifesta-se apenas pelo dissenso, no sentido mais originário do termo: uma perturbação no sensível, uma modificação singular do que é visível, dizível, contável”.

⁷⁶ Charles Taylor (*apud* Pallamin, 2005, p. 55) afirma que o reconhecimento “não é uma mera cortesia que devemos conceder às pessoas. É uma necessidade humana vital”. In: TAYLOR, Charles. **Argumentos filosóficos**. Trad. Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Loyola, 2000.

⁷⁷ “A cidadania é uma conquista (Milton Santos. **O Espaço do Cidadão**. 5 ed. São Paulo. Estúdio Nobel. 2000. 141 p.). É por essa via que a ação social adquire centralidade em sua potencialidade de dissenso, de requerimento de direitos que a simples declaração, tal como a igualdade, não pressupõe sua instituição real” (MIRANDA, 2005, p. 36).

CAPÍTULO 2: AS ALTERNATIVAS SÓCIOESPACIAIS DE LUTA PARA CONQUISTA DA MORADIA

Neste capítulo, buscamos demonstrar as alternativas sócioespaciais de luta para conquista da moradia através da organização de movimentos de sem-teto e das ações empreendidas por estes agentes. Para tanto, fazemos um breve resgate histórico da luta dos movimentos de sem-teto no Brasil a fim de contextualizar no tempo e no espaço as formas de organização e atuação de determinados movimentos que vislumbraram conquistas, bem como constrangimentos de natureza política e jurídica. O uso do território continua sendo central em nossos argumentos demonstrativos, de modo que enfatizamos a importância do período técnico-científico-informacional (SANTOS, 1997, 2005a, 2008a) na conformação das redes de movimentos que passaram a utilizar o território intra-urbano e interurbano como tática e estratégia de luta.

Nesse contexto, discutimos o surgimento dos dois movimentos de sem-teto de Maceió (UMMAL e MTL) e apresentamos suas formas de organização, suas ações táticas e estratégicas e as suas ocupações planejadas que tiveram como objetivo a luta pela efetivação não só do direito à moradia, mas ao lugar.

2.1 O surgimento de movimentos de sem-teto

“[...] a cidade gera um processo, um grau de liberdade incompatível com o nível de manipulação que a sociedade industrial e informacional contemporânea precisa para sobreviver. E é por isso que essa sociedade destrói a cidade. Mas a cidade não produz apenas liberdade. Ela instaura redes de ação e de resistência contra a falta de liberdade, contra a desigualdade [...] E são exatamente essas redes que colocam em xeque todos os mecanismos de rigidez das hierarquias sociais, os processos de manipulação cultural, gerando fantásticos processos de solidariedade, de igualdade, de fraternidade, de convivialidade. Vá a uma praça pública, a uma rua da periferia das grandes cidades brasileiras, e descubra isto!”.

(Maria Adélia Aparecida de Souza, Cidade: Lugar e Geografia da Existência)

No capítulo 1, seção 1.1, demonstramos como o déficit habitacional e os vazios urbanos são produzidos nas cidades brasileiras como parte de uma racionalidade hegemônica que se utiliza de instrumentos como o planejamento e o aparato normativo para garantir o uso corporativo do território urbano restringindo o acesso universal a equipamentos e infraestrutura⁷⁸. Na seção 1.2 apontamos que este movimento estrutural (de ordem global) sendo seletivo e, portanto, segregador, teve seu período inicial na década de 1970 quando o País sofreu um processo intenso de modernização do seu território privilegiando algumas regiões e dentro destas, algumas cidades com seus subespaços.

A produção da riqueza dentro das cidades ocorreu junto com a distribuição da pobreza gerando territórios derivados e alienados. Esse processo, naquela década de 1970, ocorreu com mais intensidade nas cidades que comandavam a economia do país – São Paulo e Rio de Janeiro – e nas metrópoles regionais onde a distinção de classes econômicas era muito mais abrupta e evidente.

Por isso não é à toa que os primeiros movimentos sociais urbanos surgem nestas metrópoles onde exatamente o planejamento urbano e o direito estiveram postos à serviço de grupos econômicos corporativos. Por isso, os migrantes pobres tiveram que criar cotidianamente e espontaneamente formas alternativas de moradia e trabalho.

Os territórios derivados e alienados, ou mesmo aqueles que já existiam antes do processo de modernização, passam a ser territórios de resistência à ordem hegemônica. A tensão entre os imperativos hegemônicos da ordem global e as necessidades sociais da ordem local fez com que explodissem na cena urbana revoltas e manifestações que marcaram aquele período.

As relações orgânicas solidárias mantidas entre os moradores pobres e carentes de favelas e cortiços permitiram a articulação e a organização de movimentos sociais que passaram a reivindicar direitos e condições materiais de sobrevivência.

Nesse sentido, apresentamos a partir daqui, a constituição dos movimentos de sem-teto como desdobramento de movimentos sociais urbanos mais amplos que no decorrer das três últimas décadas passaram por transformações em seus aspectos organizacionais sofrendo avanços e retrocessos, reaparecendo após a segunda metade da década de 1990 e se (re)afirmando fortemente na década 2000 nas principais capitais estaduais brasileiras.

⁷⁸ Conforme Chaffun (1997, p. 24), “nem sempre o déficit é de uma nova habitação, mas sim de habitabilidade, isto é, de melhores condições de saneamento, descongestionamento habitacional, salubridade, regularização fundiária e de infraestrutura urbana”.

Esse retorno dos sem-teto tem sido marcado pela capacidade de articulação e organização das ações; pelo respectivo alcance destas no território urbano e nacional; pelas transformações jurídicas e institucionais conquistadas; mas principalmente, pelo novo tipo de ação contra-hegemônica que consiste nas ocupações de terrenos e prédios vazios públicos e privados em áreas de interesse econômico⁷⁹.

2.1.1 Definição de movimentos de sem-teto: questões conceituais

Antes de expormos nossos sujeitos-objeto de estudo – os movimentos de sem-teto – pontuaremos algumas considerações existentes com relação ao conceito de movimento social urbano. Isso se faz importante, pois é preciso deixar clara qual a nossa concepção de movimento de sem-teto como categoria analítica que se insere no conceito mais amplo de movimento social urbano.

Scherer-Warren (1996, p. 18) diz que não “há um acordo sobre o conceito de movimento social” sendo “para alguns, toda ação coletiva com caráter reivindicatório ou de protesto [...] independente do alcance ou do significado político ou cultural da luta⁸⁰”. Por outro lado (*ibidem*, p. 18-19) há quem considere movimento social apenas aqueles “que atuam na produção da sociedade ou seguem orientações globais tendo em vista a passagem de um tipo de sociedade a outro⁸¹”.

Souza (2006, p. 191-92), por exemplo, demonstra que Touraine (1973)⁸² entende movimentos sociais como aqueles

“orientados por uma transformação menos ou mais profunda da sociedade [...] cujas ações [são] articuladas em escalas geográficas mais amplas [...] com preocupações de mais largo alcance, e

⁷⁹ “[...] apesar da ampla difusão de modelos de gestão que reduzem a cidade a uma empresa ou produto, os conflitos sociais explodem na cena urbana (ver os piqueteiros na Argentina; a mobilização social em El Alto, Bolívia, e as grandes marchas e acampamentos urbanos do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, Brasil). Esta explosão tece um novo tipo de intercâmbio entre sujeitos sociais e experiências políticas, que ultrapassa até mesmo fronteiras nacionais” (RIBEIRO, 2009, p. 148).

⁸⁰ Cifuentes (1986, p. 4-5 *apud* Scherer-Warren, 1996, p. 18) afirma que “há um vazio teórico na América Latina, na medida em que se chama de movimento social qualquer conduta coletiva empiricamente observável, sem tomar em conta a centralidade do ator, o alcance de suas lutas, os condicionamentos de sua ação, a consciência, a ideologia, o projeto social e político que envolve sua ação”. In: CIFUENTES, M. E. *Movimientos Sociales em América Latina: notas para um debate urgente. XVI Congresso Latino-Americano de Sociologia*. Rio de Janeiro. mar. 1986.

⁸¹ “A referência teórica mais expressiva, neste caso, tem sido a produção de Touraine. Para o autor, movimentos sociais seriam aqueles que atuam no interior de um tipo de sociedade, lutando pela direção de seu modelo de investimento, de conhecimento ou cultural” (*ibidem*).

⁸² TOURAINE, Alain. **Production de la société**. Paris: Seuil.

cujas demandas, ao remeterem a questões-chave no que se refere à problemática da justiça social, desafiam, direta ou indiretamente, aspectos importantes do *status quo*.”

Portanto, buscando conceituar as ações de protesto e reivindicação na cena urbana partindo da escala de ação, Souza (*ibidem*), a partir de Touraine, apresenta uma distinção entre *movimento social* e *ativismo urbano*. Para Touraine, demonstra o autor, os ativismos urbanos, ao contrário dos movimentos sociais, são orientados por “ações paroquiais, que se limitam a reivindicar benefícios para algum pequeno grupo de pressão específico atuando em escala microlocal [...]” e que lutam por “melhorias localizadas” (*ibidem*). Nessa perspectiva, teríamos como exemplo de ativismos urbanos as associações de bairro.

Segundo essas orientações conceituais, os movimentos sociais seriam caracterizados, numa perspectiva econômica/global, como aqueles que buscam modificações mais diretas nas relações capital-trabalho e que objetivam mudanças estruturais no campo da economia e da política. Numa perspectiva social/local, aquilo que denominamos de movimentos sociais urbanos e mais especificamente movimentos de sem-teto, não passariam de ativismos urbanos já que suas lutas são por melhores condições de habitabilidade localizadas pontualmente.

Por isso, segundo Rodrigues (1991, p. 29) muitos consideram os movimentos sociais urbanos como reformistas ou reacionários por acreditarem que a transformação das relações sócioespaciais só ocorre a partir das transformações nas relações de produção, em rupturas bem demarcadas, cujas lutas se dão nas fábricas e no campo, já que esses últimos são os locais *strictu sensu* do modo de produção capitalista.

Assim, as lutas dos operários e dos camponeses possuiriam um caráter revolucionário enquanto a dos movimentos sociais urbanos teria um caráter reformista já que consiste na reivindicação de acesso a bens e equipamentos, sendo assim, mais pontuais em suas questões de luta. É nesse sentido que alguns autores recusam a denominação movimento social urbano e aderem ao conceito de *movimento reivindicativo urbano*⁸³ (*ibidem*, p. 28).

Todavia, Jacobi (1993, p. 14) nos alerta a partir de Durham (1984) para o cuidado em vincular os movimentos sociais às relações de classe, com o risco de desconsiderar a “análise da heterogeneidade dos movimentos urbanos, sua constituição e articulação em torno de

⁸³ Não é que Borja desconsidere o conceito movimento social urbano. Mas este autor procura particularizar as ações dos movimentos sociais urbanos chamando-os de movimentos reivindicativos urbanos: “*Consideramos como movimientos reivindicativos urbanos las acciones colectivas de la población en tanto que usuaria de la ciudad, es decir, de viviendas y servicios, acciones destinadas a evitar la degradación de sus condiciones de vida, a obtener la adecuación de éstas a las nuevas necesidades o a perseguir un mayor nivel de equipamiento*” (grifos no original) (BORJA, 1975, p. 12).

reivindicações coletivas diversificadas” relacionadas a questões mais culturais que econômicas e que por isso perpassaria as diferentes situações de classe⁸⁴.

Como critica Jacobi (*ibidem*, p. 19) “as análises [nos estudos sobre movimentos sociais] tem sido pautadas por uma perspectiva enfatizando uma dinâmica, excessivamente versada sobre a polarização das relações Estado ⇔ movimentos sociais” e que desconsidera a heterogeneidade dos movimentos, as escalas da ação e a capacidade transformativa destas, mesmo que numa escala microlocal.

O fato é que os movimentos sociais urbanos na década de 1970 foram compreendidos a partir das teorias de Castells, Borja e Lojkine cujas análises centravam-se nestas contradições urbanas e na relação entre movimento e Estado (SCHERER-WARREN, 1996, p. 18) reconhecidamente de “difícil avaliação empírica” (JACOBI, 1993, p. 139).

Por isso, propomos compreender os movimentos de sem-teto como um tipo específico de movimento social que não se fecha em sua natureza de classe, mas que congrega em seu corpo social diferentes grupos religiosos, étnicos e de gênero o que possibilita, a nosso ver, a formação de consciência no que toca a negação e efetivação de direitos que incidem sobre estes diferentes grupos que tem em comum a carência de moradia.

A questão vale ser mais amplamente e profundamente discutida. Todavia, este não é nosso objetivo neste trabalho. Por ora, entendemos ser mais propício considerar os sem-teto que compõem os dois movimentos sociais de Maceió (UMMAL e MTL) e que viemos estudando, como tipos de movimento social urbano, visto que apresentarem um projeto político não só de requerimento e efetivação de direitos, mas para além disso, requerimento de transformações sócioespaciais visando um uso mais racional e justo do espaço urbano.

Bastaria, para nós, substantivar os movimentos de sem-teto como *agentes contra-hegemônicos* que protestam, reivindicam, resistem, propõem transformações, articulam ações multiescalares e multidimensionais fundadas na crítica a ordem global/hegemônica e com capacidade transformativa desta ordem.

Nesse meio tecnológico e informacional atual, os movimentos de sem-teto se apropriam das tecnologias da informação e se articulam construindo verdadeiros espaços reticulares semelhantes aos da globalização de modo que a abrangência das ações dos

⁸⁴ “Não se pode, entretanto, restringir a análise dos movimentos sociais apenas àqueles que apresentam uma base nitidamente popular urbana, na medida em que os problemas decorrentes das transformações no modo de vida afetam não só a população mais pauperizada, mas também outros grupos sociais, gerando, por exemplo, o movimento ecologista, o movimento homossexual, o movimento negro, o movimento feminista” (JACOBI, 1993, p. 14).

movimentos sociais – sejam eles nacionais, rurais ou urbanos – aumentam consideravelmente pelos territórios nacional e internacional⁸⁵.

Portanto, fugimos as classificações reducionistas e as análises tradicionais Estado ⇔ movimentos sociais, e propomos a compreensão dos lugares dos sem-teto em Maceió através da análise do território usado a fim de identificamos os sujeitos-objeto de nosso estudo a partir das ações e da materialidade construída espacialmente⁸⁶.

2.1.2 Os velhos movimentos sociais e os novos ativismos urbanos

A década de 1970 marca o período em que os países periféricos passaram por um intenso processo de transformação econômica que consistiu basicamente na modernização dos territórios nacionais e na emergência das chamadas cidades globais, reduto último dos imperativos dos mercados transnacionais.

O início da ideologia e prática neoliberal transforma consideravelmente as relações sociais e econômicas nas cidades globais já que um novo conteúdo técnico passou a orientar as ações de governos e empresas. O fim do estado de bem estar social na Europa possibilitou que as relações de produção e consumo, bem como as assistenciais ficassem a cargo das empresas privadas.

Como já discutido, as empresas privadas selecionam a parcela da população a ser beneficiada, logo, a parcela do território intra-urbano. O restante fica à margem dos benefícios urbanos embora sirvam para (re)produção destes.

Foi exatamente no final da década de 1960 que nas cidades de países centrais como Espanha e França surgiram os primeiros movimentos sociais urbanos neste novo período marcado pelas “contradições geradas pelo próprio desenvolvimento das cidades⁸⁷” (BORJA,

⁸⁵ “A necessidade de uma leitura política do espaço impõe-se à medida que os movimentos sociais são analisados num conjunto de atores cujos poderes relativos não podem ser predefinidos, mas devem ser inicialmente reconhecidos” (BITOUN, 1991, p. 42). “A noção de território, trabalhada pela moderna Geografia Política torna-se central para operacionalizar este reconhecimento, condição de uma possível gestão e do ‘Planejamento Possível’” (aspas no original) (CORRAGIO, 1987; *apud* BITOUN, 1991, p. 42). In: CORRAGIO, José Luis. Possibilidades de um planejamento territorial para a transição na América Latina. **Espaço e Debates**. 1 ed. São Paulo. 1987.

⁸⁶ Conforme Milton Santos e Maria L. Silveira (2005, p. 247) “A categoria de análise é o território utilizado. A partir desse ponto de vista, quando quisermos definir qualquer pedaço do território, deveremos levar em conta a interdependência e a inseparabilidade entre a materialidade, que inclui a natureza, e o seu uso, que inclui a ação humana, isto é o trabalho e a política”.

⁸⁷ Las principales contradicciones generadas por el desarrollo urbano con relación a su incidencia sobre los movimientos urbanos son: (a) el capital invierte según criterios no de productividad sino de rentabilidad; (b)

1975, p. 41; CASTELLS, 1980, p. 9-10). No Brasil, estes movimentos foram expressivos em São Paulo e Rio de Janeiro já que os vetores modernizantes da nova ordem global lá se instalaram instaurando a contradição entre a ordem local e a ordem global. Como exemplos da época, destacamos quatro movimentos sociais urbanos cujas ações tiveram capacidade de mudanças no campo jurídico e institucional. Estes movimentos existem até os dias atuais.

O primeiro Movimento foi a *Articulação Nacional dos Movimentos Populares e Sindicais* (ANAMPOS) surgida em 1980; e transformada em 1993 na atual Central de Movimentos Populares (CMP)⁸⁸ (FÓRUM NACIONAL DE REFORMA URBANA, acesso em 06 dez. 2009).

Esta Central atua em 15 estados da Federação e congrega desde ONGs de mulheres à movimentos negros, de moradia, comunitário, culturais, indígenas, ecológicos dentre outros (*ibidem*). Isso evidencia a transculturalidade e o interclassismo presente nos movimentos sociais urbanos atuais. Outra característica que marca estes novos movimentos populares é a sua institucionalização o que aponta que as relações agora se dão em um âmbito mais organizacional (semelhante aquele das empresas e das instituições públicas) cujas ações são intencionalmente planejadas e executadas⁸⁹.

O segundo movimento social de grande impacto ainda na década de 1980 foi a *Confederação Nacional das Associações de Moradores* (CONAM) fundada em 1982 tendo como objetivo “organizar as federações estaduais e municipais, associações comunitárias e entidades de bairro e similares [...] lutando pela moradia digna, saúde, transporte, educação, meio ambiente, trabalho, igualdade de gênero e raça⁹⁰” (CONFERENDERAÇÃO NACIONAL DAS ASSOCIAÇÕES DE MORADORES, acesso em 06 dez. 2009).

existe una competencia anárquica entre los agentes urbanos; (c) la apropiación privada del suelo se opone a su uso colectivo; (d) el rol del Estado es además especialmente contradictorio (BORJA, 1975, p. 32 e 33).

⁸⁸ Em verdade, os movimentos de sem-teto se reconhecem e se auto-denominam como movimentos populares. Essa definição, a nosso ver, traz uma concepção mais classista – o que de fato é. Nesse sentido respeitamos esta auto-denominação, mas seguiremos utilizando a nomenclatura movimentos de sem-teto ou agentes contra-hegemônicos, por considerarmos esta mais precisa para ser tratada em nosso trabalho.

⁸⁹ Em março de 1996 a Central de Movimentos Populares realizou o seu I Congresso, ocasião em que foram definidas a organização política, as atividades e a estrutura da entidade, sendo eleitas a Coordenação Nacional, Executiva Nacional e Secretarias. Foi definido que os Congressos, como instância máxima da CMP, seriam realizados a cada 3 anos, com o objetivo de definir um plano de lutas, a linha política e as ações (estratégia e tática) e eleger a Direção (*ibidem*).

⁹⁰ Atualmente, a CONAM congrega mais de 550 Entidades Municipais e 22 federações estaduais, marcando presença em 23 estados da Federação e no Distrito Federal, é associada a FCOC – Frente Continental de Las Organizaciones Comunales, que reúne as entidades comunitárias do continente americano compondo a sua diretoria executiva (*ibidem*).

O terceiro é o *Movimento Nacional de Luta por Moradia* (MNLN) com forte atuação nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.

O quarto movimento é a *União Nacional por Moradia Popular* (UNMP) presente em Alagoas sendo representada pela União de Movimento de Moradia em Alagoas (UMMAL) (UNIÃO NACIONAL DE LUTA POR MORADIA, acesso em 10 ago. 2009).

Este último movimento [UNMP] se consolidou em 1989 “a partir do processo de coletas de assinaturas para o primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular que criou o Sistema, o Fundo e o Conselho Nacional por Moradia Popular no Brasil⁹¹ (Lei 11.124/05) (*ibidem*).

Destacamos esses quatro movimentos por eles terem representado e ainda representarem a luta pela universalização do direito à moradia no País e cujas ações tem alcance em praticamente todo território brasileiro. As suas ações foram fundamentais para construção do ideário de Reforma Urbana referenciado no ideário de Reforma Agrária encabeçada pelos movimentos de sem-terra.

O projeto de Reforma Urbana almeja a regulação pública do uso do solo urbano e a submissão do mercado privado de terra à função social da propriedade e a reapropriação do poder público de parte dos ganhos imobiliários⁹² (RIBEIRO, L. C. 2001, p. 152). Nesse sentido, os movimentos da década de 1980 avançaram na luta quando conquistaram a inserção de dois artigos na Constituição Federal (art. 182 e 183), que rezam estes objetivos almejados pelo Projeto.

Esses movimentos conquistaram, ainda, a aprovação da Lei 10.257 (Estatuto da Cidade) e a institucionalização das questões urbanas a partir da criação do Ministério das Cidades em 2003 que objetivava resolver os problemas urbanos, propondo novas soluções⁹³. Hoje, esses movimentos mencionados, fazem parte do Fórum Nacional de Reforma Urbana que busca articular a luta de velhos e novos movimentos sociais urbanos dentro do País.

⁹¹ A UNMP é filiada a Central de Movimentos Populares (CMP), ao Fórum Nacional de Reforma Urbana, ao *Habitat International Coalition*, a Secretaria *Latinoamericana Vivienda Popular (Selvip)*. A entidade organiza-se por uma coordenação nacional formada por dois representantes de cada estado, por uma coordenação executiva e por uma secretaria executiva.

⁹² “[...] entre meados e o fim da década de 80, [foi quando] amadureceu a concepção progressista de reforma urbana. Essa concepção pode ser caracterizada como um *conjunto articulado de políticas públicas, de caráter redistributivista e universalista, voltado para o atendimento do seguinte objetivo primário: reduzir os níveis de injustiça social no meio urbano e promover uma maior democratização do planejamento e da gestão das cidades* (objetivos auxiliares ou complementares, como a coibição da especulação imobiliária, foram e são, também, muito enfatizados)” (grifos no original) (SOUZA, 2006, p. 158).

⁹³ Atualmente, esses quatro Movimentos compõem o Conselho Nacional das Cidades.

Como afirma Ribeiro (2009, p. 151):

a agudização da exclusão social estimula a coesão de movimentos com diferente datação histórica, o que redimensiona a ação social. Nesta conjuntura, surgem novos enlaces entre religião e política e, também, entre identidades culturais e movimentos sociais. Afinal, a crise societária transforma a cidade em epicentro político de movimentos originados em diferentes territorialidades, o que a confirma como espaço em movimento e dos movimentos.

No entanto, como atesta Ribeiro (*ibidem*, p. 150) “os movimentos sociais urbanos perderam centralidade nas últimas décadas” por conta do “recoo do Estado [em uma política neoliberal] – o seu principal opositor político –, da escassez de recursos financeiros para as políticas urbanas, das estratégias de reestruturação produtiva com os seus impactos no ‘mundo do trabalho’” (aspas no original).

Apesar disto, a autora (*ibidem*) aponta o surgimento de “um novo ativismo na cena urbana da América Latina que pressiona o conceito de movimento social urbano, já que este ilumina, sobretudo, as mediações políticas entre carências sociais e esfera pública”.

Nesse sentido, contrariando as macro-análises tradicionais que se centraram na discussão do que seriam movimentos sociais e que colocava os agentes hegemônicos (Estado e mercado) na ordem do dia, buscamos desenvolver nossa análise a partir das “reivindicações e protestos desenvolvidos no dia-a-dia” que conforme Ribeiro (2001, p. 35) “também modificam sentidos da ação social e [que] podem ser portadores de futuras conseqüências estruturais⁹⁴.”

Portanto, apresentamos a seguir as redes de movimentos sociais que deram origem aos Movimentos de Sem-Teto de Maceió que surgiram na cidade à partir “de fatos isolados, não menos relevantes cultural e politicamente, já que indicativos da existência de verdadeiros nichos de criação de formas renovadas de manifestação social” (*ibidem*).

Estas formas renovadas de manifestação social caracterizaram-se pela ocupação de vazios urbanos na cidade que rompeu com a aparente inércia existente no Município e iniciou um movimento de evidência da exclusão existente; visando, portanto, o requerimento de direitos e melhores condições de habitabilidade.

⁹⁴ “Poderia ser dito que a ação social, ao mesmo tempo que exige a consideração desses grandes temas [democracia e cidadania], impõe o reconhecimento de outros, trazidos por aqueles que fazem concretamente a vida e que (re)costuram, de forma incessante, o tecido social no âmago das incertezas e das espaço-temporalidades do presente” (*ibidem*, p. 36).

2.1.3 Movimentos em rede: a articulação dos movimentos de sem-teto brasileiros

Scherer-Warren (1993, p.25) apontava na década de 1990 a importância em se considerar as tecnologias de informação e os meios de comunicação de massa para análise das formas de organização dos movimentos sociais. Se nas décadas de 1950 à 1970 “priorizava-se a macroanálise do social” e a década de 1980 “centrava-se no estudo das microtransformações”, posteriormente “começa a surgir a preocupação de articular estas duas dimensões de análise” através das “práticas políticas articulatórias das ações localizadas [em] redes de movimentos (*networks*) [...]” (*ibidem*, p. 22).

É nesse sentido que explicamos neste tópico a constituição e estruturação dos dois Movimentos de Sem-Teto de Maceió formados a partir de articulações intra-urbanas, interurbanas e interestaduais. Para tanto, recorreremos à noção de solidariedade de Durkheim reapropriada por Milton Santos (2005a, p. 166) que define a partir desta noção as três formas de acontecer solidário que se apresentam no território atual: um acontecer homólogo, um acontecer complementar e um acontecer hierárquico.

Segundo o autor (*ibidem*, p. 167)

“no caso do acontecer homólogo e do acontecer complementar [...] o território atual é marcado por um cotidiano compartilhado mediante regras que são localmente formuladas ou reformuladas. Neste caso, as informações tendem a se generalizar horizontalmente. Quanto ao acontecer hierárquico, trata-se, ao contrário, de um cotidiano comandado por uma informação privilegiada, uma informação que é segredo e é poder”.

O fato é que a racionalidade hegemônica a qual viemos nos referindo tem sido formada substancialmente por este tipo de acontecer hierárquico típico das relações organizacionais/verticais que utilizam a tecnologia e a informação como “instrumentos de união entre as diversas partes de um território” (SANTOS, 2005a, p. 167).

Todavia, se as tecnologias da informação e da comunicação eram de uso único e exclusivo dos agentes hegemônicos para materialização localizada de seus interesses agora não o são mais. Desde a segunda metade da década de 1990 a popularização da internet e dos aparelhos de telefonia móvel possibilitaram o uso destes utensílios pela parcela da população mais pobre.

Essa apropriação dos objetos tecnológicos [internet e telefonia móvel] pelos movimentos de sem-teto permitiu uma verdadeira organização política no território brasileiro criando uma rede de ações contra-hegemônicas. Agora, os sem-teto também elaboram um tipo

de informação que é privilégio, segredo e poder e que possibilita, por exemplo, as ações de protesto e ocupações simultâneas de vazios urbanos em diferentes cidades brasileiras⁹⁵.

Isto significa uma revolução nas ações políticas dos movimentos sociais, pois agora é possível articular, planejar e executar protestos e ocupações simultâneas e instantâneas que jogam com a ordem institucional e jurídica espacialmente materializada e travam, no território urbano, verdadeiros conflitos políticos. Nesse sentido, ao mesmo tempo em que “os sem” em suas localidades mantêm relações orgânicas em que prima a comunicação, eles também criam relações organizacionais em que prima a informação⁹⁶.

Esse processo de popularização da tecnologia permitiu a articulação e unificação de movimentos sociais brasileiros de diferentes matrizes de racionalidade, de modo que foi possível existir em Alagoas fragmentos desses movimentos originados em outros territórios da Federação que são o Movimento Terra Trabalho e Liberdade e a União de Movimento de Moradia em Alagoas.

Apresentaremos primeiro a formação reticular dos Movimentos Terra Trabalho e Liberdade (MTL) e em seguida a da União Nacional por Moradia Popular (UNMP) representada em Alagoas pela União de Movimento de Moradia em Alagoas (UMMAL)⁹⁷.

O MTL surge em 20 de agosto de 2002 com a unificação de três Movimentos Sociais Regionais: Movimento dos Trabalhadores (MT), Movimento de Luta Socialista (MLS) e Movimento de Luta pela Terra (MLT)⁹⁸. A figura 1 apresenta os estados da Federação onde atuam cada um destes movimentos.

⁹⁵ “Num terceiro período [técnico-científico-informacional], o fator motor deixa de ser a indústria e passa a ser a informação, como afirmamos no final da década de 1970 [...]” (SANTOS, 1979 *apud* SANTOS & SILVEIRA, 2005, p. 267). In: SANTOS, Milton. Do espaço sem nação ao espaço transnacionalizado. In: BATTER, Henrique (Org.). **Brasil 1990: caminhos alternativos do desenvolvimento brasileiro**. São Paulo, 1979. p. 143-160.

⁹⁶ “A razão universal é organizacional, a razão local é orgânica. No primeiro caso, prima a *informação* que, aliás, é sinônimo de organização. No segundo caso, prima a *comunicação*” (SANTOS, 2008a, p. 339).

⁹⁷ Segundo Scherer-Warren (1993, p. 9-10 *apud* VASCONCELOS, 2006, p. 29) “na década de 90 entra em cena esta nova mobilização, que acontece em forma de redes de movimentos onde há a articulação entre organizações sociais e atores políticos e culturais diferenciados. Estas ações coletivas ‘vão além da defesa de interesses particulares’ e ‘buscam intervir na formação das políticas gerais de organização ou transformação da vida social’” (aspas e grifos no original) In: SCHERER-WARREN, Ilse (1993). **Redes de movimentos sociais**. São Paulo. Edições Loyola. 2 ed. 1996.

⁹⁸ Em agosto de 2002 em Goiânia, o Movimento de Luta Socialista, o Movimento de Libertação dos Sem-Terra e o Movimento dos Trabalhadores, realizaram um encontro de fundação do Movimento Terra Trabalho e Liberdade. Nesse Encontro, construíram o documento de fundação do Movimento chamado **Nova Estratégia Socialista** (SANTOS, S.; XIV CISO, acesso em 08 dez. 2009).

O MT foi fundado em 1995 no Estado de Pernambuco. Sua atuação centrou-se na Região Nordeste, nos estados de Alagoas⁹⁹, Ceará, Paraíba e Rio Grande do Norte. O Movimento de base agrária buscou “constituir empreendimentos autônomos e circuitos econômicos alternativos [...] através de núcleos de família [...] em um processo participativo e autônomo¹⁰⁰” (CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE, acesso em 10 set 2009).

O MLS surgiu em 2000 fundado por um grupo de ex-militantes do Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU). Atuou em Goiânia na luta pelo transporte alternativo. Em São Paulo participou de ocupações urbanas, articulou as lutas de estudantes da USP com a luta de trabalhadores. No Rio de Janeiro auxiliou o movimento sindical nas greves do funcionalismo federal e estadual, lutou contra a burocratização dos sindicatos e da CUT (*ibidem*).

O MLT derivou do Movimento de Libertação dos Sem-Terra de Luta (MLST) organizado por agentes pastorais e assessores da Comissão Pastoral da Terra (CPT) com atuação no Triângulo Mineiro no início dos anos 1990. O Movimento foi fundado em 1994 após a vitoriosa luta pela desapropriação da Fazenda Santo Inácio-Rancinho no Município de Campo Florido seguido de inúmeras ocupações em municípios do oeste de Minas Gerais¹⁰¹ (CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE, acesso em 10 set 2009).

O Movimento Terra Trabalho Liberdade (MTL) surge, então, da articulação desses movimentos oriundos de outras territorialidades rurais e urbanas cujo projeto político é pautado em ações “antilatfundiarista, antimonopolista [...] com a construção de alternativas políticas e econômicas [...] que busca a defesa de uma organização social e econômica nos assentamentos que se baseiam na produção coletiva¹⁰² [...]” (*ibidem*). Para tanto, o MTL herdou o modelo organizacional do MT que consiste nos *núcleos de família*.

Esses *núcleos de família* constituem uma organização política alternativa à representação política formal já que objetiva a autonomia e participação direta dos militantes. A filosofia política desse tipo de organização se fundamenta na crítica à “institucionalidade

⁹⁹ Em Alagoas o MT ocupou terras das Usinas Peixe, Agrisa e da Fazenda Geraldo Bulhões (MOVIMENTO TERRA, TRABALHO E LIBERDADE, 12 fev. 2009).

¹⁰⁰ O Lema do Movimento era: Geração de Trabalho e Riqueza (CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE, acesso em 10 set 2009).

¹⁰¹ O MLT organizou dezenas de ocupações [rurais] em Uberlândia, Campina Verde, Santa Vitória, Ituiutaba, Gurinhata e Nova Ponte em Minas Gerais (*ibidem*).

¹⁰² As lutas partem de uma agenda comum, mas são adequadas as especificidades e demandas dos locais onde o Movimento atua (MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE, 12 fev. 2009).

[dos movimentos sociais] [...] [em que] a direção cumpre o papel de representação política delegada pela base [...] em detrimento da construção de instrumentos de poder através da participação direta dos trabalhadores” (MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE, **Núcleo de Família**. No prelo, s/d.).

Nesse sentido, os núcleos de família buscam estabelecer

[...] uma nova cultura organizacional no interior das camadas sociais mais pobres, sedimentadas em laços horizontais, que possibilitem o enraizamento do “capital social”; que a sociologia moderna considera como pré-requisito para os processos de desenvolvimento e de dinamização social e econômica em áreas urbanas e rurais constituídas por uma população de excluídos dos benefícios da macro-economia¹⁰³ (aspas no original) (*ibidem*).

Portanto, os núcleos de família são organizados em uma rede horizontal a partir de um “sistema de relações cujo fluxo comunicativo [...] deve proporcionar a obtenção de informações, construindo, assim, um processo contracultural à hegemonia vigente a partir da possibilidade de geração de novos conhecimentos e valores¹⁰⁴” (*ibidem*).

Nesse sentido o MTL se articula não só com atores de outras territorialidades interurbanas e interestaduais, mas intra-urbanas. A rede de relação é materializada em encontros periódicos que busca unir os núcleos de família territorialmente. Nesse sentido, as discussões e deliberações das assembléias iniciam nas ocupações/acampamento e são levadas pelos representantes dos núcleos de família a assembléias que ocorrem em escalas territoriais ascendentes: assembléia municipal, regional, estadual, interestadual e nacional¹⁰⁵. Por isso são as bases que decidem a política do Movimento (MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE, 07 jan. 2009; 12 fev. 2009).

O MTL é um movimento agrário e urbano. No caso de sua expressão urbana o Movimento é composto por diferentes entidades de base: lideranças sindicais, movimento negro, movimento estudantil, movimento pelo transporte alternativo – engendrando ações múltiplas em diferentes contextos sócioespaciais (*ibidem*).

¹⁰³ “Os núcleos de família são organizados a partir de três fases: (i) uma preparatória, em que é feito trabalho de conscientização e articulação dos militantes; (ii) no segundo momento ocorre a implantação e constituição dos núcleos de família numa determinada base territorial; (iii) e por fim ocorre o que o Movimento denomina de Transferência de Tecnologia Específica (TTE)” (*ibidem*).

¹⁰⁴ De acordo com H. Laborit (1987, p. 38 *apud* SANTOS, 2008a, p. 316) “Comunicar [...] etimologicamente significa pôr em comum”. Nesse sentido, Santos (*ibidem*) afirma que “esse processo, no qual entram em jogo diversas interpretações do existente, isto é, das situações objetivas, resulta de uma verdadeira negociação social”. In: LABORIT, Henri. **Dieu ne joue pas aux dés**. Paris, Grasset, 1987.

¹⁰⁵ Para cada 30 famílias existem 05 representantes que correspondem ao núcleo de família. Cada ocupação/acampamento forma uma base de modo que o número de núcleos de família vai depender da quantidade de famílias situadas naquele acampamento base.

Todavia, em Alagoas, as ações do MTL concentram-se na luta pela terra agrária e urbana. No caso da luta urbana esta se volta para a conquista de moradia, educação, trabalho e lazer. Para além de uma luta setORIZADA, uma luta articulada.

Como atesta Sérgio da S. Santos (XIV CISO, acesso em 08 dez. 2009) com respeito aos sem-teto do MTL que lutam em Maceió, existe uma “relação entre ser migrante [na cidade] e ter raízes agrárias [...] no sentido em que o próprio projeto político e as estratégias do Movimento [possibilita] uma mobilidade [campo-cidade] dos sujeitos participantes”. Isso implica, ainda segundo o autor, “uma dinâmica das lutas sociais [locais]” em que os sem-terra [saem da luta pela Reforma Agrária] e caminham para auxílio [da luta pelo direito à moradia] dos sem-teto na cidade e vice-versa¹⁰⁶.

Esse é outro indicador da transescalaridade da luta permitida pelas tecnologias da informação e pela maior mobilidade territorial entre campo e cidade de modo que neste caso ocorre um acontecer homólogo e complementar como indicado por Milton Santos – resultado das horizontalidades.

O segundo movimento que estudamos é a União de Movimentos de Moradia em Alagoas (UMMAL) representante da UNMP já apresentada no tópico anterior. Esse movimento [UNMP] se organiza a partir da articulação de movimentos populares de moradia em diversos Estados da Federação (ver figura 2) expressos na forma de movimentos de sem-teto, moradores de cortiços, favelas, loteamentos, mutirões e ocupações (UNIÃO DE MOVIMENTO DE MORADIA EM ALAGOAS, acesso em 10 ago. 2009).

O projeto político da UNMP volta-se para a “defesa da auto-gestão, do direito à moradia e à cidade, da participação popular nas políticas públicas, da luta contra os despejos” de modo que esses princípios se traduzem em “reivindicações, lutas concretas e propostas dirigidas ao poder público nas três esferas de governo¹⁰⁷” (*ibidem*). A meta do Movimento é lutar pela garantia do direito à moradia e uma das táticas de luta consiste na ocupação de prédios públicos vazios em áreas centrais.

Esse movimento apresenta uma estrutura organizacional vertical, visto que as suas ações não são descentralizadas, mas desconcentradas de modo que as diretrizes e comandos das ações de protesto e reivindicação partem da Central de Movimentos Populares (CMP) localizada em São Paulo.

¹⁰⁶ O lema do MTL é: “Agora somos fortes, agora somos mais! Somos urbanos e rurais!” (*ibidem*).

¹⁰⁷ A UNMP participou da conquista da inclusão do art. 6º da Constituição que dispõe sobre o direito à moradia, da aprovação do Estatuto da Cidade e das realizações das Conferências das Cidades (*ibidem*).

Por isso, muitas das determinações que contribuíram para formação da UMMAL em Alagoas vieram de lideranças supralocais. Essas lideranças se relacionam com o que podemos chamar de lideranças locais que servem como mediadores entre o Projeto Político do Movimento e as bases locais com suas respectivas lideranças.

Nesse sentido, a UMMAL organiza-se a partir de uma liderança supralocal (com capacidade organizacional no âmbito nacional) que se articula com uma liderança local (com capacidade organizacional no âmbito estadual).

Portanto, a respeito das redes de movimentos sociais aqui apresentadas, foi possível constatar como sugere Ribeiro (2009, p. 154): (i) “uma articulação dos atores urbanos com atores de outras territorialidades, que também se manifestam no urbano [...]”; (ii) uma construção transescalar das reivindicações urbanas [...]” e; (iii) um relativo “apoio institucional para acionamento de recursos urbanos por atores políticos originados noutras territorialidades”.

Nesse sentido, confirmamos que de fato, o meio técnico-informacional tem permitido não só aos agentes hegemônicos, mas aos hegemonzados a possibilidade de uma organização solidária homóloga, complementar e hierárquica, sendo as duas últimas uma novidade nas relações dos movimentos sociais¹⁰⁸.

Antes era possível falar de uma organização homóloga entre os movimentos sociais e até mesmo hierárquica. Mas o tempo lento das informações – já que quem dispunha da velocidade das informações eram os agentes hegemônicos – contribuía para a dificuldade de uma articulação mais organizada.

Nesse sentido, o tempo lento [enquanto precisão da informação] não favorecia os movimentos sociais, sendo que nos dias atuais, a velocidade desta os favorece no sentido de que eles subvertem o uso hegemônico da tecnologia para uso tático-estratégico de luta.

Por isso, com a difusão em todo território nacional e a popularização dos aparelhos informáticos foi possível Alagoas, e especificamente Maceió, entrar nesse circuito político brasileiro (in)formado por movimentos sociais mais antigos. Além desses fatores exógenos, outros fatores endógenos contribuíram para o retardo do estado de Alagoas no que toca uma organização política efetiva através de movimentos sociais rurais e urbanos de cunho popular como discutiremos a seguir.

¹⁰⁸ Em documento do MTL encontramos a seguinte diretriz: “onde for possível, a reunião será substituída por um eficiente sistema de comunicação direta através de instrumentos tecnologicamente modernos (fax, internet, correspondência), o que dará mais agilidade ao sistema; no entanto, assuntos que digam respeito à segurança não podem prescindir de contatos pessoais entre os coordenadores e as instâncias” (MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE. **Núcleo de Família**. No prelo. s/d).

2.1.4 O recente surgimento de movimentos de sem-teto em Maceió, AL

Se as décadas de 1970 e 1980 foram marcadas pela emergência de movimentos sociais nas Regiões Sul e Sudeste, o mesmo não ocorreu no Nordeste. Vasconcelos (2006, p. 21) diz que Alagoas, por exemplo, “não possui uma tradição em organizações e movimentos sociais tal como registrado em outros estados e cidades do País¹⁰⁹”. Esta autora (*ibidem*) aponta a incipiente organização de movimentos sociais no estado como resultado da “rede de controle que sempre esteve a serviço das elites políticas locais [agentes hegemônicos] avessa às manifestações populares, seja no campo trabalhista, seja no campo das organizações coletivas como um todo¹¹⁰”. Vasconcelos busca explicar essa rede de controle através da história de Alagoas que segundo ela (*ibidem*, p. 19)

[...] vincula-se a uma tradição coronelista, com fortes raízes agrárias, que ainda hoje reproduz uma matriz ideológica de domínio e controle da participação popular nos processos políticos, através de mecanismos de intimidação e medo, próprios à estrutura de mando secularmente montada no Estado¹¹¹.

Nesse sentido, compreendemos que a falta de uma mobilização mais intensiva e extensiva em Alagoas por parte de movimentos sociais contestatórios e reivindicatórios, nas décadas antecedentes 2000, se deve ao fato de que a violência esteve estritamente relacionada à estrutura política local como forma de fazer prevalecer *consensualmente* os interesses da minoria hegemônica e impedindo qualquer tipo de expressão *dissensual* que contrariasse a materialização de tais interesses¹¹².

No entanto, em 1999, ocorre um dissenso nesse sistema de dominação sócioespacial, quando acontece a primeira ocupação planejada/organizada de uma gleba vazia no Conjunto

¹⁰⁹ Podemos considerar como primeiro movimento social do Estado o Grupo Gay de Alagoas que começou a atuar na década de 1990.

¹¹⁰ Talvez, a primeira iniciativa de organização de um movimento tenha sido o Fórum Permanente Contra a Violência em Alagoas, criado em 1992 “[...] a partir da articulação de dezenas de entidades civis e políticas, com representatividade e inserção na vida política local que, mesmo representando interesses heterogêneos, uniram-se em torno de uma temática comum – a violência e a vida –, com o objetivo de constituir um contraponto à violência institucionalizada e ao crime organizado que vinham atuando no Estado sem qualquer forma de resistência organizada” (VASCONCELOS, 2006, p. 33).

¹¹¹ Para Hannah Arendt (1994, p. 40) “o poder é de fato a essência de todo governo, mas não a violência. A violência é por natureza instrumental; como todos os meios, ela sempre depende da orientação e da justificação pelo fim que almeja. Aquilo que necessita de justificação por outra coisa não pode ser a essência de nada”. Ela ainda afirma que “a violência sempre pode destruir o poder; do cano de uma arma emerge o comando mais efetivo, resultando na mais perfeita obediência. O que nunca emergirá daí é o poder”.

¹¹² Segundo Hannah Arendt (1994, p. 35) “a forma extrema de poder é o Todos contra Um e a forma extrema de violência é o Um contra Todos”.

Eustáquio Gomes no bairro Cidade Universitária (ver figura 3). Essa ocupação, nomeada pela população maceioense de Cidade de Lona, foi empreendida por famílias de imigrantes rurais e de cidades pobres do interior que refugiados da miséria se organizaram e ocuparam a gleba dando um novo uso e uma nova finalidade aquela área desocupada¹¹³.

Em conversas informais com lideranças da UMMAL, contou-se que grande parte dos ocupantes da Cidade de Lona foi de fato recém-imigrante. Esse dado é fundamental para compreensão da iniciativa em organizar-se para ocupar uma área como protesto diante do déficit habitacional co-existente à quantidade de terrenos desocupados. Recorremos, então, a Milton Santos para entender essa ação inovadora em que emerge uma mobilização social contra-hegemônica em meio a uma estrutura de dominação e opressão política. Segundo o Geógrafo (2005a, p. 326) ocorre que

para os migrantes, a memória é inútil. Trazem consigo todo um cabedal de lembranças e experiências criado em função de outro meio, e de que de pouco lhes serve para a luta cotidiana. Precisam criar uma terceira via de entendimento da cidade. Suas experiências vividas ficaram para trás e nova residência obriga a novas experiências. Trata-se de um embate entre o tempo da ação e o tempo da memória. Obrigados a esquecer, seu discurso é menos contaminado pelo passado e pela rotina. Cabe-lhes o privilégio de não utilizar de maneira pragmática e passiva o prático-inerte (vindo de outros lugares) de que são portadores.

Nesse sentido é que os migrantes buscam “o futuro sonhado como carência a satisfazer – carência de todos os tipos de consumo [...] material e imaterial, político, de participação, de cidadania¹¹⁴” (*ibidem*, p. 326).

A chamada Cidade de Lona teve significativo impacto em Maceió já que chamou a atenção de autoridades políticas e da sociedade civil para os problemas urbanos estruturais e ao mesmo tempo conjunturais. As favelas como ocupações espontâneas/consolidadas, muitas delas em encostas, foram sendo formadas ao longo das últimas décadas na cidade, em um processo mais ou menos lento, de modo que ao fazer parte da paisagem maceioense causa pouco impacto no mundo sensível.

No entanto, a constituição de um acampamento “de um dia para noite” contando uma média de mil famílias – como foi o caso da Cidade de Lona – não pode passar despercebida.

¹¹³ “Por serem ‘diferentes’, os pobres abrem um debate novo, inédito, às vezes silencioso, às vezes ruidoso, com as populações e as coisas já presentes. É assim que eles reavaliam a tecnoesfera e a psicoesfera, encontrando novos usos e finalidades para objetos e técnicas e também novas articulações práticas e novas normas, na vida social e afetiva” (aspas no original) (SANTOS, 2005a, p. 326).

¹¹⁴ “[...] O consumo imaginado, mas não atendido – essa ‘carência fundamental’ no dizer de Sartre –, produz um desconforto criador. O choque entre cultura objetiva e cultura subjetiva torna-se instrumento da produção de uma nova consciência” (aspas no original) (*ibidem*).

Esse foi, digamos, o início de uma ordem dissensual, um marco significativo para a constituição dos dois Movimentos Sociais de Sem-teto atuantes em Maceió.

Em agosto de 2001 foi organizado o primeiro movimento de sem-teto fundado em setembro deste mesmo ano: a União de Movimento de Moradia de Alagoas (UMMAL) como membro representativo no estado da União Nacional por Moradia Popular (UNMP). Esse movimento, de imediato, auxiliou o Acampamento Cidade de Lona. A luta, nesse sentido, se institucionalizou à medida que diretrizes e comandos da Central de Movimentos Populares (CMP) em São Paulo passou a orientar aquela população, através dos representantes locais, quanto aos direitos e às formas possíveis de conquistá-los.

Dessa forma, a UMMAL centrou-se na luta pela defesa do direito à moradia da população de baixa renda¹¹⁵ (UNÃO DE MOVIMENTOS DE MORADIA DE ALAGOAS, 09 fev. 2009) auxiliando várias ocupações espontâneas/consolidadas¹¹⁶ ou comunidades reassentadas pelo poder público ao longo das últimas décadas e que necessitavam de melhores condições de moradia¹¹⁷.

Nesse sentido, a UMMAL é formada majoritariamente por militantes de ocupações espontâneas, visto que este Movimento organizou apenas uma ocupação de um prédio desocupado do INSS, localizado no Centro de Maceió, em abril de 2006, e auxiliou outras duas ocupações organizadas por famílias migrantes de outros municípios: a Cidade de Lona (1999) e a Ocupação Nilda Ferreira (2008), esta última localizada na Cidade Universitária por trás da Universidade Federal de Alagoas.

Quatro anos após o surgimento da UMMAL, surge, em 2006, na cena urbana de Maceió o Movimento Terra Trabalho e Liberdade (MTL). Até então, este Movimento atuava em Alagoas ocupando áreas rurais de modo que os acampamentos tinham como objetivo a aquisição de terra rural. No entanto, como já demonstrado no tópico anterior, este movimento possui um caráter mais articulatório com relação a lutas rurais e urbanas de modo que os sem-

¹¹⁵ Grande parte das famílias que participam da UMMAL insere-se no circuito inferior da economia (SANTOS, 2004). São catadores de resíduos sólidos, pedreiros, domésticas, vivem de bicos de modo que a renda é instável e dificilmente atinge 3 salários mínimos. Alguns dependem de Programas do Governo Federal como Bolsa Família (Programa criado pela Lei n. 10.836 de 09 de janeiro de 2004) ou aposentadoria de um salário mínimo por idade ou por auxílio doença (*ibidem*).

¹¹⁶ As ocupações espontâneas integradas à UMMAL foram: River Plate, Arapiraca e Canaã (UNÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR, acesso em 10 ago. 2009).

¹¹⁷ As comunidades reassentadas pelo Poder Público de Maceió e integrada à UMMAL foram: Loteamento Marechais, Conjuntos Denisson Menezes, Santa Helena, Selma Bandeira, Rosane Collor, Gama Lins, Carminha (*ibidem*). Todas elas localizam-se nos bairros periféricos de Maceió. No entanto, trataremos fundamentalmente das ocupações organizadas e planejadas pela UMMAL visto que essas constituem o objeto de estudo de nosso trabalho.

terra no campo vieram à cidade oferecer auxílio aos ex-sem-terra, atuais sem-teto que já haviam saído do campo.

Foram três os acontecimentos que marcaram a consolidação do MTL em Maceió, segundo as entrevistas realizadas em 07 de janeiro de 2009 e 12 de fevereiro de 2009.

O primeiro ocorreu em 31 de julho de 2005 e consistiu no despejo de famílias que ocupavam uma área desocupada contígua ao Hospital da Universidade Federal de Alagoas no Bairro Cidade Universitária¹¹⁸. De acordo com o MTL (MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE, 07 jan. 2009; 12 fev. 2009) o Prefeito Cícero Almeida do Partido Progressista (PP), em seu primeiro ano de gestão de seu primeiro mandato, autorizou o despejo das famílias e a derrubada dos barracos. As famílias em uma situação de desespero bloquearam com os próprios corpos e com barricada a BR-104 em frente ao Hospital Universitário e exigiram a presença da imprensa e dos Direitos Humanos.

Estas ações engendradas pelos despejados revelaram para além da consciência da situação de exclusão a noção de que direitos estavam sendo negados e que a derrubada dos barracos pelo poder público consistia numa decisão classista.

Horas após o início do protesto, os despejados desbloquearam a BR, todavia, por volta das 13h daquele dia a Guarda Municipal apareceu com cassetetes ameaçando agredir os manifestantes. As famílias se uniram e bloquearam novamente a Rodovia. Apesar dos sem-teto exigirem a presença de representantes oficiais de Direitos Humanos, estes só chegaram por volta das 18h.

Em 02 de agosto, dois dias após o conflito, Valdemir Augustinho, líder do MTL em Alagoas, convidou as famílias despejadas a se agregarem ao Movimento. Portanto, aquela ocupação próxima ao Hospital Universitário marca o início do MTL em Maceió de modo que os despejados apresentaram-se ao Poder Público Municipal através de ofício identificando-os como Movimento Social.

O segundo evento que serviu à reafirmação do MTL em Maceió como movimento social foi o apoio concedido a Ocupação consolidada Vitória, no Bairro Petrópolis, após esta sofrer despejo em 31 de agosto de 2005. Após intervenção do MTL, a Prefeitura cadastrou 42 das 150 famílias que moravam no local e as beneficiou com unidades habitacionais próximas a área.

¹¹⁸ Após a ocupação da Cidade de Lona, esta foi outra ocupação que se destacou pelo fato de consistir, assim como a Cidade de Lona, em um acampamento de sem-teto. Isso evidenciou um tipo de prática corrente na cidade como alternativa encontrada para satisfação da necessidade de morar.

O terceiro acontecimento ocorreu também em agosto de 2005 e consistiu na ameaça de despejo da ocupação espontânea já consolidada denominada Galiléia, situada em um terreno de uma Construtora no Benedito Bentes. A Construtora acionou a Justiça para a reintegração de posse. Todavia, o MTL, já composto por 400 famílias sem-teto em Maceió, ameaçou ocupar a área caso a Prefeitura não desapropriasse para interesse público. Sob pressão, a Prefeitura o fez, no entanto, as famílias da Comunidade Galiléia, após a conquista, abandonaram a bandeira de luta do Movimento, embora conquistaram o direito a permanecerem no mesmo lugar.

Estes foram os acontecimentos que permitiram a formação e consolidação dos dois primeiros e únicos movimentos de sem-teto em Maceió que passaram a ocupar vazios urbanos públicos como tática/estratégia de luta para conquista do direito à moradia.

2.2. O uso do território como tática e estratégia de luta: a atuação dos Movimentos de Sem-Teto em Maceió

“A tática é a arte do fraco”.

(Michel de Certeau, A Invenção do Cotidiano)

Conforme Milton Santos (1998, p. 15) nos ensina “é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto de análise social”. De acordo com Certeau (1994, p. 179 e 180) “o *uso* [...] remete a uma norma [...] a uma ‘maneira de fazer’” (aspas e grifo no original). No entanto, para entender o uso do território enquanto “norma” e “maneira de fazer” devemos nos remeter a noção de *cotidiano e lugar*.

Melgaço (2005, p. 38) diz que “o cotidiano é um conceito dialético no sentido de que ao mesmo tempo em que traz uma noção de rotina, de repetição, também carrega uma idéia de criatividade, de improvisação. Ele é simultaneamente repetitivo e inventivo¹¹⁹”. Milton Santos, (2008a, p. 321), para quem o “cotidiano se impõe como uma espécie de quinta dimensão do espaço banal,” afirma que é

através do entendimento desse conteúdo geográfico do cotidiano [que] poderemos, talvez, contribuir para o necessário entendimento (e, talvez, teorização) dessa relação entre espaço e

¹¹⁹ “O cotidiano não é um atributo de um indivíduo, mas é um ‘fato social’” (aspas no original) (ORTEGA Y GASSET, 1973 *apud* MELGAÇO, 2005, p. 32). In: ORTEGA Y GASSET, José. **O Homem e a Gente**. Trad. J. Carlos Lisboa. Rio de Janeiro: Ibero-Americano, 1973 (1957). 306 p.

movimentos sociais, enxergando na materialidade, esse componente imprescindível do espaço geográfico, que é, ao mesmo tempo, uma condição para a ação; uma estrutura de controle, um limite à ação; um convite à ação¹²⁰.

Portanto, o conhecimento do uso do território deve partir do *lugar* enquanto “cotidiano compartilhado” em que há “o confronto entre organização e espontaneidade¹²¹” (*ibidem*, p. 322).

Organização e espontaneidade como criadores de *normas e maneiras de fazer* determinam os usos existentes na cidade, dentre eles, os usos dos vazios urbanos. Até o período recente é comum usar terrenos e prédios para especular. Isso é uma norma, uma maneira de fazer que prescinde de uma organização. As práticas cotidianas dos sem-teto que passaram a ser organizadas constituíram uma outra norma que é a de ocupar os terrenos/prédios vazios refuncionalizando-os.

Essas outras normas/maneiras de fazer conflitantes encerram na cena urbana a disputa cotidiana pelo espaço em que se entrelaçam ações organizadas e ações espontâneas a fim de obter vantagens e eliminar as desvantagens com relação à luta. Essas disputas se dão entre agentes opositores (agentes hegemônicos e contra-hegemônicos) que assumem posições no território urbano favoráveis e/ou desfavoráveis às conquistas¹²².

Nesse sentido, propomos que o (re) conhecimento do conflito territorial que parte dos usos hegemônicos e contra-hegemônicos deve levar em conta em um primeiro momento a organização territorial/material da cidade enquanto estratégia hegemônica; em um segundo momento as lutas cotidianas dos sem-teto através de táticas; e num terceiro momento as ocupações de vazios urbanos pelos sem-teto como tática (*a priori*) e estratégia (*a posteriori*) de luta.

Para Certeau (1994, p. 46) a estratégia “[...] se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder é isolável de um ‘ambiente’” em que “se postula um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e portanto capaz de servir de base a [...] gestão de suas relações com uma exterioridade distinta¹²³” (aspas e grifo no original).

¹²⁰ “Nada fazemos hoje que não seja a partir dos objetos que nos cercam” (*ibidem*).

¹²¹ “A localidade se opõe à globalidade, mas também se confunde com ela. O Mundo, todavia, é nosso estranho. Entretanto se, pela sua essência, ele pode esconder-se, não pode fazê-lo pela sua existência, que se dá nos lugares” (*ibidem*, p. 321-322).

¹²² “O espaço se dá ao conjunto dos homens que nele se exercem como um conjunto de virtualidades de valor desigual, cujo uso tem de ser disputado a cada instante, em função da força de cada qual” (SANTOS, 2008a, p. 317).

¹²³ “A racionalidade política, econômica ou científica foi construída segundo esse modelo estratégico” (*ibidem*).

A cidade, nesse sentido, pode ser considerada um local estratégico para materialização dos interesses corporativos/hegemônicos de empresas e governos que dela se *apropriam*, ou seja, constitui o “*próprio* que serve de base a gestão de suas relações”. A organização da cidade enquanto estratégia hegemônica, na perspectiva do que propomos estudar, nós já a vimos no capítulo 1.

Essa organização estratégica se constitui pelo uso do território intra-urbano, ou seja, pelos subespaços da cidade. Dessa forma, os vazios urbanos de propriedade pública ou privada são estratégias de controle e dominação social por combinarem os três tipos de lugar apresentados por Certeau (1994, p. 102) que definem as ações estratégicas: um *lugar de poder*, um *lugar teórico* e um *lugar físico*. Como ele afirma (*ibidem*):

As estratégias são portanto ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem. Elas combinam esses três tipos de lugar e visam dominá-los uns pelos outros. Privilegiam portanto as relações espaciais.

Se nesse primeiro momento ocorre uma tentativa de hegemonização do espaço urbano pela ordem global, num segundo momento ocorre a contra-hegemonização expressa pelas resistências da ordem local traduzida nos lugares ocupados pelos sem-teto. Essas resistências cotidianas consistem nas táticas dos agentes hegemonizados. Como nos explica Certeau (1994, p. 100-101) a *tática* consiste na

[...] ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria¹²⁴ [...].

Aqui, a tática se faz fundamental na ausência de “um próprio como lugar de poder”. Por isso, constituem táticas as ocupações espontâneas (cortiços, favelas); o uso de materiais coletados do lixo que servem para a construção de um barraco; ou mesmo o uso da ponte, do viaduto ou da marquise como abrigo.

Essas táticas de sobrevivência só são possíveis graças à esfera comunicacional formulada localmente. É nesse sentido que Melgaço (2005, p. 40) nos chama a atenção para o fato de que “a existência das táticas nos leva a acreditar que, mesmo neste período marcado

¹²⁴ “Sem lugar próprio, sem visão globalizante, cega e perspicaz como se fica no corpo a corpo sem distância, comandada pelos acasos do tempo, a tática é determinada pela *ausência de poder* assim como a estratégia é organizada pelo postulado de um poder” (grifos no original) (*ibidem*).

pelas redes, a proximidade e o contato não perdem importância. Pelo contrário, eles se tornam fundamentais¹²⁵”.

Se a esfera informacional se tornará fundamental à articulação dos sem-teto em movimentos sociais em um momento em que prevalecerá a organização/estratégia de luta, no momento que a antecede se faz fundamental a esfera comunicacional que é aquela “marcada pela proximidade e pelas solidariedades orgânicas e [que] é também marca do cotidiano” (*ibidem*).

Como nos ensina Milton Santos (2005a, p. 326) “diante das redes técnicas e informacionais, pobres e migrantes são passivos, como todas as demais pessoas. É na esfera comunicacional que eles, diferentemente das classes ditas superiores, são fortemente ativos”.

É nesse sentido que Melgaço (2005, p. 39-40) mostra como

as táticas se aproximariam da idéia de solidariedades orgânicas, enquanto as estratégias possuiriam certa afinidade com as organizacionais. Esse par de conceitos é interessante tanto pra se repensar o planejamento territorial, o qual se baseia em estratégias, quanto para entender a resistência que ocorre nos lugares¹²⁶.

Por isso o *lugar* como

[...] quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas [...] é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade (SANTOS, 2008a, p. 322).

O que ocorre é que essas ações espontâneas cedem lugar, com o tempo, às ações organizadas – não menos criativas – de modo que num terceiro momento as lutas cotidianas dos sem-teto passam das táticas à estratégia, ou seja, a conquista do próprio. As ocupações de vazios urbanos por movimentos de sem-teto que atuam nas principais capitais brasileiras resultam de ações táticas que levam à organização, articulação e conquista de territórios estratégicos responsáveis por transformações fundamentais nas normas/modos de fazer jurídicos e espaciais.

Coloquemos a situação nos seguintes termos a fim de compreendermos melhor:

¹²⁵ A. D. Rodrigues (1994, p. 75 *apud* SANTOS, 2008a, p. 316) diz que “na experiência comunicacional, intervêm processos de interlocução e de interação que criam, alimentam e restabelecem os laços sociais e a sociabilidade entre os indivíduos e grupos sociais que partilham os mesmos quadros de experiência e identificam as mesmas ressonâncias históricas de um passado comum”.

¹²⁶ “Essas táticas manifestam igualmente a que ponto a inteligência é indissociável dos combates e dos prazeres cotidianos que articula, ao passo que as estratégias escondem sob cálculos objetivos a sua relação com o poder que os sustenta, guardado pelo lugar próprio ou pela instituição” (CERTEAU, 1994, p. 47).

As táticas são procedimentos que valem pela pertinência que dão ao tempo – às circunstâncias que o instante preciso de uma intervenção transforma em situação favorável, à rapidez de movimentos que mudam a organização do espaço, às relações entre momentos sucessivos de um “golpe”, aos cruzamentos possíveis de durações e ritmos heterogêneos etc. [...] as estratégias apontam para a resistência que o *estabelecimento de um lugar* oferece ao gasto do tempo¹²⁷ [...] (aspas e grifos no original) (CERTEAU, 1994, p. 102).

Por isso, os movimentos de sem-teto quando ocupam vazios urbanos públicos e privados, objetos de especulação em áreas infraestruturadas – portanto espaços proibidos – se utilizam da tática visto que “é movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’, como dizia Von Büllow, e no espaço por ele controlado” (aspas no original) (*ibidem*, p. 100-101). Como nos diz Certeau (*ibidem*)

[A tática] [...] opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as “ocasiões” e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar a propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. Ele não-lugar lhe permite sem dúvida mobilidade, mas numa docilidade aos azares do tempo, para captar no vôo as possibilidades oferecidas por um instante. Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia.

Todavia, quando a ocupação/acampamento de sem-teto resiste ao tempo podemos dizer que aquele território tático passa a ser estratégico visto que “‘o próprio’ é uma vitória sobre o tempo” (aspas no original) (*ibidem*, p. 99) e a capacidade de ganho na luta se torna iminente. Essa vitória ocorre quando se faz a regularização fundiária de ocupações espontâneas consolidadas pelo tempo ou mesmo quando se desapropria o imóvel vazio e concede-o ao uso habitacional dos sem-teto ocupantes.

Por isso, o que apresentaremos nos tópicos e capítulo que se seguem são as “estratégias e as táticas do ‘outro’ [que] formam uma cartografia muito diferente daquela desenhada pela ação esperada nos espaços públicos da modernidade” [...] é a cartografia “do homem lento [que] mescla a ação espontânea à ação organizada, expressando racionalidades alternativas¹²⁸” (aspas no original) (RIBEIRO, 2009, p. 154).

Assim, explicamos como o MTL e a UMMAL organizaram suas bases territoriais, planejaram de forma articulada as ocupações de vazios urbanos revelando os usos táticos e

¹²⁷ “[...] as táticas apontam para uma hábil *utilização do tempo*, das ocasiões que apresenta e também dos jogos que introduz nas fundações de um poder” (grifos no original) (*ibidem*).

¹²⁸ Foucault (2004, p. 164) sugeriu que “cada vez mais [lhe] parece que a formação dos discursos e a genealogia do saber devem ser analisadas a partir não dos tipos de consciência, das modalidades de percepção ou das formas de ideologia, mas das táticas e estratégias de poder. Táticas e estratégias que se desdobram através das implantações, das distribuições, dos recortes, dos controles de territórios, das organizações de domínios que poderiam constituir uma espécie de geopolítica [...]”

estratégicos do território. Adiantamos que essas ações correspondem simultaneamente a avanços e retrocessos no campo do planejamento e da gestão urbanas.

2.2.1 A formação das bases sociais da UMMAL e do MTL

Para Milton Santos (2008b, p. 130) “a experiência da escassez é a ponte entre o cotidiano vivido e o mundo. Por isso, constitui um instrumento primordial na percepção da situação de cada um e uma possibilidade de conhecimento e de tomada de consciência”.

No entanto, Jacobi (1993, p. 151-152) nos diz que “não existe [...] uma relação mecânica e espontânea entre a carência e a reivindicação” de modo que

o elemento de conscientização se manifesta em ações diferenciadas, porém dentro de uma perspectiva do que alguns autores têm denominado de modelo comunitário (Durham, 1984; Evers, 1984), possibilitando uma participação mais permanente de todos os envolvidos nos diferentes estágios do processo. O elemento de conscientização se dá no plano da organização de base¹²⁹.

Por isso, consideramos relevante apresentar a formação da base do MTL e da UMMAL a fim de apreendermos o elemento de conscientização que se manifestou a partir de ações diferenciadas permitindo o desvendamento da realidade responsável pelas táticas e estratégias desses Movimentos.

As bases do MTL e da UMMAL são formadas por moradores de rua e de ocupações espontâneas/consolidadas (favelas, grotas) após trabalhos de conscientização relacionados à situação de exclusão. No entanto, esse último Movimento se diferencia do MTL ao buscar agregar grupos sociais estigmatizados como homossexuais, travestis, mães solteiras etc. apontando uma preocupação não só com questões classistas, mas de gênero e cultura¹³⁰ (UNIÃO DE MOVIMENTO DE MORADIA EM ALAGOAS, 23 abr. 2008).

Outra diferença fundamental é que o MTL em Alagoas tem uma forte relação com a cultura rural de modo que suas ações baseiam-se nos modelos da luta agrária, ou seja, em ações de ocupação de terras e acampamento. A UMMAL, por se vincular a um Movimento

¹²⁹ É preciso considerar ainda, como coloca Jacobi (1993, p. 148), que “no processo que determina a emergência de uma ação coletiva organizada, estão envolvidos diversos aspectos: a sua base social, os ‘agentes externos’, assessores ou ‘articuladores sociais’, os valores de referência, a noção de carência e necessidade e a concepção de transformação social” (aspas no original).

¹³⁰ De acordo com a UMMAL, os programas de governo são formulados a partir de modelos sociais convencionais que ignoram a existência de grupos sociais como gays, lésbicas, travestis, transsexuais, prostitutas etc. Desse modo, mesmo aqueles comprovadamente de baixa renda e sem-teto, encontra dificuldade em participar dos programas de governo que consideram apenas o arranjo familiar tradicional (UNIÃO DE MOVIMENTO DE MORADIA EM ALAGOAS, 23 abr. 2008).

Social estritamente urbano, volta suas ações para assentamentos já consolidados, ou seja, ocupações espontâneas em área urbana com pouca ou nenhuma relação com a luta rural.

Com respeito às organizações das bases, as lideranças locais dos Movimentos realizam um levantamento de famílias em situação de exclusão habitacional semelhante e procuram conscientizá-las da importância em participar de um movimento social que objetive a conquista de moradia. Dessa forma busca-se organizar as bases e preparar as ações de protesto e reivindicação à moradia seguido da crítica e tentativa de transformação da política habitacional brasileira fundada nos moldes hegemônicos e do uso corporativo do território urbano¹³¹.

O MTL, por exemplo, “passou aproximadamente dois meses visitando e construindo relações políticas” (S. SANTOS, XIV CISO, acesso em 08 dez. 2009) com moradores de rua, de áreas de risco e de bairros periféricos com o objetivo de conscientizar as famílias com relação ao déficit habitacional; ao problema da venda de voto em troca de moradia popular ou favorecimento político, etc.

Vasconcelos (1997 *apud* BRANDÃO, 2008, p. 3)¹³² já havia relacionado a falta de expressividade dos movimentos sociais no Estado de Alagoas [...] a dois fatores:

(i) a postura clientelista e cooptiva assumida por sucessivos governos em relação com as lideranças comunitárias, neutralizando qualquer ação política capaz de representar reais avanços para as comunidades carentes de Maceió; (ii) a atuação de ‘políticos profissionais’ no desenvolvimento de trabalhos assistencialistas, principalmente em períodos eleitorais, existindo um investimento intenso desses políticos no sentido de transformar as entidades em redutos eleitorais¹³³” (aspas no original).

Devemos considerar, ainda, que grande parte das famílias que agrega/agregou o MTL experienciou algum tipo de situação de risco relacionado à forma de moradia: 50 famílias que compuseram a primeira ocupação/acampamento do MTL, intitulada Paulo Bandeira, foram

¹³¹ Esse processo de conscientização encontrou forte resistência por parte de muitas famílias. Como afirma o MTL: “[...] Não é fácil mudar a cabeça de quem está na miséria. A gente tem que mudar ainda de pouco. Tem uns que vem só dizendo assim: ‘ah! eu só quero saber da minha casa mesmo’. [...] Mas é pelo processo de vida que ele passou. Está engessado. Para mudar vai ser um trabalho danado. Pode ser que mude os filhos, os netos, mas ele [o indivíduo já desenganado] você não muda (MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE, 07 jan. 2009)”.

¹³² VASCONCELOS, Ruth. **Os Movimentos Sociais em Alagoas: Aspectos Políticos das Associações Comunitárias**. Maceió, Edufal. 1997.

¹³³ O MTL aponta essa prática quando nos conta que: “A disputa de terreno é por lideranças políticas [e por] partidos. Tem área até [de]marcada por aí dizendo que é do Deputado A ou Deputado B. Ai há uma briga por essas áreas. [...] Quando chegar outubro de 2009 para 2010 você [verá] essas ocupações surgirem de novo por questão política. É aquela questão dos currais eleitorais. Ocupa irregularmente [e entrega o] lote [em troca de favores eleitorais] (MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE, 12 fev. 2009).

vítimas do desabamento de barracos na Grota Santa Helena no inverno de 2002; outras famílias foram remanescentes dos despejos ocorridos em 2005 já relatados no capítulo anterior e outros foram moradores de rua.

Por isso, as famílias moradoras de áreas de risco (grotas e favelas) que aceitaram participar das ocupações/acampamento do Movimento tiveram que destruir o abrigo precário em que viviam como forma de evitar que outras famílias se apropriassem daquele tipo de habitação e daquele local de risco a fim de evitar a proliferação de ocupações espontâneas nessas áreas ou em locais desprovidos de condições mínimas de habitabilidade¹³⁴.

Portanto, os acampamentos do MTL em Maceió foram formados por moradores de rua e ex-moradores de grotas e áreas de risco localizadas nos bairros Benedito Bentes, Bebedouro, Clima Bom; e de moradores oriundos de uma ocupação espontânea próxima a uma fábrica da Coca-Cola localizada no Distrito Industrial do Município¹³⁵.

Nesse sentido, os Movimentos de Sem-Teto de Maceió, orientados por lideranças supralocais que se articulam com lideranças locais, iniciaram suas ações no sentido de formar as bases de luta a partir de: (i) levantamento de áreas e habitações desprovidas de condições de habitabilidade; (ii) trabalho de conscientização de famílias em situação de risco e exclusão; (iii) convite para participar dos Movimentos e engendrar ações de protesto e reivindicação.

Todavia, a participação nos Movimentos foi condicionada a comprovação da situação de exclusão do sujeito, ou seja, ele não poderia ser proprietário de nenhum imóvel ou terra e deveria viver em condições precárias em áreas sem condições de habitabilidade. Por isso, os Movimentos realizaram um cadastro das famílias que queriam participar das lutas¹³⁶. No

¹³⁴ Apesar da crítica à racionalidade hegemônica, porém diante da necessidade de sobrevivência, como afirma Burgos (2005, p. 207) “os moradores da favela, como os demais da cidade, pensam e agem como seres de mercado, e por isso procuram converter em valor de troca bens de uso, a começar pela casa, que tanto pode representar uma oportunidade para algum tipo de especulação imobiliária, quanto se converter em uma forma de renda por meio do aluguel ou arrendamento de parte da casa, ou ainda dar lugar a um ponto de negócio”. Conforme Taschner (2003, p. 40 *apud* BURGOS, 2005, p. 207) “mesmo a terra invadida é objeto de comercialização freqüentemente”. In: TASCHNER, Suzana Pasternak. O Brasil e suas Favelas. In: P. Abramo (org.). **A Cidade da Informalidade. O Desafio das Cidades Latino-Americanas**. Rio de Janeiro, Sette Letras/FAPERJ. 2003.

¹³⁵ Uma das lideranças locais do MTL já havia morado nessa ocupação espontânea denominada Coca-Cola durante 10 anos e por isso ela agregou algumas famílias conhecidas de lá à Ocupação Paulo Bandeira (MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE, 07 jan. 2009; 12 fev. 2009).

¹³⁶ O cadastro é usado como um meio de controle de acesso ao Movimento. No MTL, por exemplo, para participar das ocupações/acampamento é preciso apresentar carteira de identidade; CPF; duas testemunhas que aleguem que o solicitante de fato necessita de moradia; Nada Consta Estadual e Federal; foto 3x4 de todos maiores de 18 anos que vá morar no acampamento; certidão de nascimento de menores de 18 anos (MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE, 07 jan. 2009; 12 fev. 2009). No entanto, muitos não possuem nenhum documento de identificação, ou por que perderam ou por que não foram registrados. Por isso, as lideranças dos Movimentos auxiliam os militantes na obtenção de documentos para que estes possam

entanto, alguns critérios subjetivos foram utilizados para permitir ou restringir à participação.

O MTL, por exemplo, diz que para participar do Movimento o sujeito deve ser um “excluído da sociedade”, porém não podem os “excluídos dos excluídos” que no entender do Movimento correspondem àqueles sujeitos infratores que “querem [estar] no mundo do crime e não quer conserto” (MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE, 07 jan. 2009).

De fato, em alguns casos, ocorrem problemas relacionados às práticas criminosas nos territórios ocupados pelos sem-teto, e que muitas vezes, não partem dos militantes, mas de sujeitos que disputam o mesmo espaço, em alguns casos de forma violenta, a fim de desenvolverem, por exemplo, o comércio de drogas¹³⁷. Como afirma a UMMAL:

[...] O que [dificulta o trabalho] é a questão da violência [e] da marginalidade, [pois há] [...] a infiltração de marginais em meio às famílias [que] ficam sem nenhuma proteção [já] que [habitam] num barraco. A própria polícia não pode com eles. A própria polícia tem medo dos bandidos. Nós somos vítimas da situação do Governo que não resolve [nosso] problema [de moradia]. Ainda tem a situação dos bandidos que a gente tem que resolver com eles [e] não pode se envolver muito por que senão acaba morrendo¹³⁸ (UNIÃO DE MOVIMENTOS DE MORADIA EM ALAGOAS, 26 jan. 2009).

A fim de evitar problemas desse tipo, o MTL constituiu um sistema normativo que objetiva regular as relações dentro das bases¹³⁹. Um sistema semelhante ao do MTL já foi descrito por Castells (2000) em seu estudo acerca dos acampamentos de sem-teto nas cidades de Santiago, Valparaíso e Caracavi no Chile em 1971. Ele identificou “um sistema próprio de prevenção e de repressão da delinquência, capaz de ser ao mesmo tempo juiz e árbitro nas desavenças devidas à vida comum no acampamento” cuja necessidade foi atribuída a “situação de ilegalidade” em que se encontravam (*ibidem*, p. 511).

No MTL, por exemplo, aquele que é usuário ou se envolve com tráfico de droga é chamado a uma assembléia para ser ouvido pelos militantes presentes. Dependendo da atitude do indivíduo, lhe é permitido ficar ou condenado a sair. Se o indivíduo não se adequar as

participar de qualquer programa de governo (UNIÃO DE MOVIMENTOS DE MORADIA EM ALAGOAS, 11 fev. 2009).

¹³⁷ Tanto no MTL como na UMMAL são proibidos o consumo e comércio de bebidas alcoólicas e drogas ilícitas.

¹³⁸ De acordo com integrante da UMMAL “as pessoas vivem com uma renda tão mínima que às vezes o tráfico de droga ou a venda de droga é uma fonte que ele sabe que é permanente e que dá o rendimento que ele não conseguiria de outra forma. Então eu não estou justificando. É pra gente tentar entender. E ainda tem aquela situação [que] não é só da renda. É dele se sentir importante. [...] Tem toda uma questão simbólica. Tem toda uma questão de afirmação. ‘Eu nunca fui nada na minha vida, mas hoje eu como chefe do tráfico, da boca de fumo lá eu sou respeitado’. A mesma coisa da menina que se envolve com esses traficantes. Para ela também tem *status*” (UNIÃO DE MOVIMENTOS DE MORADIA EM ALAGOAS, 11 fev. 2009).

¹³⁹ Um dos discursos do MTL é: “Se não houver organização, não avançamos na luta” (S. SANTOS, XIV CISO, acesso em 08 dez. 2009)

normas impostas pelos núcleos de família sugere-se que abandone o acampamento para que não seja entregue a polícia.

Ainda de acordo com Castells (*ibidem*, p. 512) essas

experiências de *justiça popular* na maioria dos acampamentos [...] demonstra a necessidade desta justiça [...] feita em níveis diferentes: num primeiro nível trata-se de um poder de arbitragem exercido por um líder com autoridade moral sobre o acampamento; num segundo nível, a autoridade moral, em termos de arbitragem, pertence à direção do acampamento.

No MTL qualquer decisão unilateral ou desavença interna é levada ao coordenador da ocupação/acampamento para que seja mediada a discussão e se resolva o problema e, num caso extremo, a questão é levada a uma assembléia geral para ser discutida entre os vários núcleos de família.

Diante do exposto nesse subcapítulo, sugerimos em termos gerais considerar conforme Calderón (1986, p. 384 *apud* SCHERER-WARREN, 1993, p. 19)¹⁴⁰ “as orientações coexistentes no interior das práticas coletivas estudadas na América Latina [...] expressando uma tensão entre possibilidades antagônicas” que de acordo com o autor são as seguintes:

- a) democracia *versus* verticalismo e autoritarismo dentro dos próprios movimentos;
- b) valorização da diversidade societal *versus* a tendência ao reducionismo e a monopolização da representação;
- c) autonomia diante de partidos e Estado *versus* heteronomia, clientelismo e dependência;
- d) busca de formas de cooperação, de autogestão ou co-gestão da economia diante da crise *versus* a dependência estatal e ao sistema produtivo capitalista;
- e) emergência de novos valores de solidariedade, reciprocidade e comunitarismo *versus* individualismo, lógica de mercado e competição.

Essa descrição sociológica das formas organizacionais dos movimentos de sem-teto não deve reduzir a relevância das relações espaciais. Para além das relações e conflitos internos aos movimentos existem as relações e conflitos que transcendem suas bases territoriais.

Acreditamos que reduzir os movimentos de sem-teto à sua forma-conteúdo é rejeitar a compreensão de processos conflitantes capazes de introduzir mudanças estruturais nos usos do território e nas práticas de planejamento e gestão urbanos.

O objetivo dessa descrição, como anunciado no início deste tópico, foi identificar os elementos sócioespaciais que possibilitaram a consciência do déficit habitacional e a organização/formação dos Movimentos de Sem-Teto em Maceió que em um processo

¹⁴⁰ CALDERÓN, G. F. (comp.). **Los movimientos sociales teóricos da crisis**. Buenos Aires. CLACSO, 1986.

comunicativo desenvolveram táticas e estratégias de luta para combate à situação de exclusão que vivenciavam/vivenciam.

Nesse sentido, partimos para a descrição e análise espacial das práticas engendradas pelo MTL e pela UMMAL entre os anos 2001-2009 a fim de compreendermos as disputas/conflitos territoriais em torno das vantagens espaciais. Essas disputas pela apropriação dos vazios urbanos desocupados constituíram as táticas e estratégias de luta que serviram para formação e consolidação efetiva desses Movimentos em Maceió.

2.2.2 O planejamento das ocupações da UMMAL e do MTL

Conforme introduzimos na seção 2.1, o final da década de 1990 e toda a década seguinte foram marcadas pela (re)aparição de movimentos de sem-teto nas principais capitais brasileiras. No entanto, um novo tipo de ação contra-hegemônica tem marcado esses movimentos e diz respeito às ocupações de terrenos e prédios vazios em áreas valorizadas pelo mercado imobiliário denominado de formal.

Os tipos de ações reivindicatórias desses movimentos sociais urbanos consistiam basicamente em protestos de rua e ocupações de instituições públicas que duravam poucas horas do dia e com pouco impacto nas relações políticas locais.

A descoberta dos inúmeros vazios urbanos em áreas infraestruturadas despertou nos sem-teto a possibilidade de ocupá-los permanentemente a fim de chamar a atenção da sociedade e do poder público para o fato de que enquanto permanecem vazios, terras e edifícios, muitos moram em condições inadequadas à sobrevivência.

No entanto, para ocupar esses vazios fez-se necessário uma organização política e social a fim de traçar estratégias e planos que permitissem o sucesso da ação reivindicatória. Para tanto, o (re)conhecimento do uso do território urbano foi/é fundamental.

O conhecimento desses vazios na cidade ocorre de diversas maneiras. Em Maceió, por exemplo, o MTL estabeleceu uma relação com um agente público funcionário de uma instituição do governo que repassou ao Movimento a localização dos terrenos de propriedade do Município e do estado¹⁴¹:

[...] [Um funcionário de] uma secretaria que eu não vou citar o nome conseguiu para gente um catálogo [...] [que localiza] os terrenos [de propriedade] do Município e do Estado. [...] [Isso]

¹⁴¹ Como afirma Certeau (1994, p. 38) “o cotidiano se inventa com mil maneiras de *caça não autorizada*” (grifos no original).

facilita [pois] a gente sabe no Tabuleiro do Martins quantos terrenos têm, [no] Distrito Industrial, [no] Benedito, [no] Jacintinho, na Serraria, na beira da praia (MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE, 07 jan. 2009).

Nesse sentido, é que os sem-teto passaram a “realizar leituras do espaço valorizando o território usado” (RIBEIRO, 2009, p. 154), ou seja, buscaram os terrenos e prédios desocupados em áreas infraestruturadas potencialmente úteis à ocupação e à moradia. Com relação aos vazios de propriedade privada, os sem-teto buscam ocupar aqueles com dívidas de IPTU e que não incide aplicação de nenhum instrumento urbanístico que coíba o uso especulativo e/ou promova o parcelamento, edificação ou uso compulsórios¹⁴².

Esse esforço em (re)conhecer o território é fundamental à sobrevivência e à resistência e imprescindível ao sucesso das ocupações planejadas. Esse conhecimento permite saber em quais áreas é possível ocupar e em quais não é por representarem impossibilidade de ganho no processo reivindicatório e/ou perigo (NOBRE, 2009).

Por isso, os sem-teto dão preferência aos vazios de propriedade do poder público visto que a reação do governo e da justiça, a priori, é menos violenta e o risco de morte é menor já que em terreno privado além do proprietário recorrer à justiça para solicitar reintegração de posse, este, às vezes, encomenda o assassinato de lideranças para desfazer a ocupação¹⁴³ (*ibidem*).

Dessa forma, o MTL constatou que a maior parte de vazios urbanos públicos, e no caso dos privados com dívida de IPTU, localizam-se nos bairros do Benedito Bentes e Tabuleiro do Martins sendo esses preferíveis para ocupar já que lá:

têm muitas áreas e muitos terrenos do estado e do Município vazios, desocupados [e que servem] para o crime. Então o Tabuleiro do Martins e o bairro do Benedito Bentes são duas áreas de periferia grande do município de Maceió que tem vários terrenos nobres. Deveria ser destinados para habitação e não é (MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE, 07 jan. 2009).

Após serem levantados os terrenos públicos desocupados em bairros periféricos e conferida a situação de vacância, o MTL escolhe quais servirão à ocupação e dá início a ação da seguinte forma:

¹⁴² O MTL, por exemplo, descobria a propriedade do terreno e a situação fundiária através de um levantamento feito na Secretaria da Fazenda. No entanto, *nenhuma* das ocupações planejadas pelo MTL e UMMAL em Maceió ocorreu em vazios privados.

¹⁴³ Para Vasconcelos (2005, p. 40) “a violência provocada pela emoção pode ser racional e freqüentemente o é: ‘o sujeito pode agir emocionalmente e com violência, sem que isto exclua a participação da razão’ (Costa, 1986, p. 28). Este é o caso, por exemplo, da violência premeditada. Não podemos afirmar que esta violência seja destituída de razão. É uma violência calculada, que não dispensa a razão; ao contrário, é racionalmente planejada (Costa, 1986)” (aspas e grifos de Vasconcelos).

[...] marcamos dia e hora de ocupar. A gente não diz onde é [a ação a ser realizada]. Só diz o dia e a hora e o ponto de encontro. [...] Quando junta todo mundo a gente arruma o transporte e bota e faz a ação (*ibidem*).

É nesse sentido que a cidade “se torna [...] um campo de operações programadas e controladas” combinadas com “astúcias impossíveis de gerir” (CERTEAU, 1994, p. 174). Como afirma Miranda (2005, p. 106),

essas são as táticas dos que utilizam o lugar do outro por que não tem um lugar, e com isso, manipulam a ordem dominante, inserindo-se, ainda que potencialmente, com um conteúdo “político”, no território [...] Quanto menos alternativas são apresentadas às populações pela ação hegemônica, tanto mais esta última estará sujeita às táticas (aspas no original).

Em 11 de abril de 2006, os sem-teto de várias cidades brasileiras, liderados pela UNMP, planejaram e ocuparam prédios do *Instituto Nacional do Seguro Social* (INSS) com o objetivo político-simbólico de chamar a atenção dos poderes públicos e da sociedade para quantidade de prédios públicos vazios em áreas centrais que poderiam servir a habitação de interesse social. Além de simplesmente chamar a atenção, as ocupações objetivaram pressionar os poderes públicos a direcionarem tais vazios ao uso habitacional para população de baixa renda.

A partir dessa decisão articulada nacionalmente, a UMMAL durante os dois meses que antecederam o 11 de abril, organizou e planejou a ocupação do INSS no Centro de Maceió. No entanto, antes de ocuparem aquele prédio, houve um mapeamento e debate interno entre os coordenadores do Movimento para levantamento de vazios potencialmente úteis a ocupação.

Foram mapeados três vazios: um prédio na Ponta Verde (bairro classe média-alta), mas descartado por conta da estrutura que estava comprometida; outro prédio na Rua Pedro Monteiro no Centro, mas o prédio também estava com a estrutura comprometida; e como terceira opção pensou-se na ocupação de casas populares construídas no bairro Serraria pela Caixa Econômica Federal¹⁴⁴ (UNIÃO DE MOVIMENTOS DE MORADIA EM MACEIÓ, 23 abr. 2008).

Entretanto, algumas dificuldades foram consideradas pela UMMAL quando se pensou na ocupação das casas no bairro Serraria: (i) teria que haver mais gente organizada; (ii) essas casas financiadas pela Caixa Econômica Federal eram voltadas para famílias com renda entre 1 a 3 salários mínimos sendo que a renda das famílias sem-teto não chegava a um salário

¹⁴⁴ Nas entrevistas não esclarecemos como foram avaliadas e por quem a estrutura dos edifícios.

mínimo e muitos não tinham renda, o que dificultaria uma possível negociação para permanência dos sem-teto nas casas (*ibidem*).

Nesse sentido, observamos que de fato a *localização do vazio* conjugada à *sua propriedade* é que apontará a *possibilidade* ou *impossibilidade* para *apropriação* e conseqüente *conquista do vazio*, pois aqueles em áreas centrais ou pertencentes à União – como no caso do prédio do INSS – são áreas estratégicas de interesse ou do mercado ou da política e, portanto, difíceis de serem convertidos para habitação de interesse social segundo a lógica hegemônica.

De acordo com a UMMAL, a ocupação de um vazio da União dificulta a luta por que o poder proprietário não se encontra no território local, ou seja, no município, mas no Distrito Federal, apesar de existirem representações locais como o próprio INSS:

[...] está na Constituição Federal que diz que nós não podemos ocupar terra da União. É contra tudo. Então eles [recorrem prontamente] a lei. Toda ocupação ela é proibida [entretanto] quando se trata de gestão Federal tudo se trata em Brasília e aí fica mais difícil (UNIÃO DE MOVIMENTOS DE MORADIA EM MACEIÓ, 26 jan. 2009).

Quando você ocupa [terreno do] estado ou [do] Município você está com os administradores presentes na sua cidade. [Não há como a ocupação] passar despercebida por que [há uma] tensão [para] que ocorra uma negociação [e] que ocorra algo ali. Já com [terrenos] da União é diferente, por que o poder está em uma outra dimensão. Lógico [que] você tem as representações do poder executivo que seria a SPU [Secretaria do Patrimônio da União], a Procuradoria, o Ministério Público Federal. [Mas] aí vem a justiça federal [...] que é outro âmbito [já que] você vai para questão da Federação, da Nação e aí as coisas se dão de outra forma até por que eles vão [alegar que] a terra é da União, o prédio é da União, mas o problema que está ali estabelecido não diz respeito a União. Mas quem vai resolver? O estado ou o Município. (*ibidem*, 11 fev. 2009).

Por isso, em vazio público de propriedade do município ou do estado seria “mais fácil” ocupar/acampar visto que as normas que regulam o território local “são menos rígidas” e a proximidade com o poder proprietário contribuiria para o processo de negociação do conflito e revisão das normas, ou seja, é quando se estabeleceria uma relação lugar ⇔ local.

No entanto, essa facilidade é relativa, pois se o vazio público estiver em uma área de interesse de agentes corporativos provavelmente a prioridade da propriedade e de seu uso será concedida a estes em detrimento do interesse dos sem-teto. É quando se estabelece a relação global ⇔ local, já que esses interesses, geralmente, partem de uma lógica supralocal. A história dos usos da cidade tem demonstrado isso.

Em verdade, o que pretendemos argüir é que a ocupação de vazio urbano por sem-teto consiste numa tática de luta, ou seja, numa apropriação instantânea que pretende, pelo tempo, constituir e/ou adquirir um próprio. A permanência dependerá do tempo de reação dos agentes

hegemônicos, visto que esses como proprietários acionam recursos discursivos, jurídicos e policiais para impedir a permanência dos “invasores”.

2.2.3 As ocupações dos vazios e a busca pelo direito ao lugar

A partir do exposto, propomos apresentar as ocupações da UMMAL e do MTL no tempo e no espaço a fim de reconhecermos as ações e reações dos agentes envolvidos na disputa pelo território.

- **Ocupação Cidade de Lona:** como já afirmamos, consideramos como primeira ocupação organizada em Maceió a comunidade conhecida como Cidade de Lona (ver figura 3). A história dessa ocupação se segue a história de uma outra ocupação espontânea ocorrida na primeira metade da década de 1990 naquele mesmo local e que contava em torno de mil famílias. Após ação conjunta da Prefeitura Municipal de Maceió e do Governo do Estado de Alagoas, as mil famílias, da primeira ocupação, foram removidas para os loteamentos populares Denisson Menezes e Santa Helena pertencentes ao Governo do Estado¹⁴⁵.

A área permaneceu desocupada por mais de cinco anos e foi reocupada em 1999 por cerca de trezentas famílias despejadas de uma área próxima pertencente à Caixa Econômica Federal. A ocupação intitulada Cidade de Lona foi permeada por um conflito judiciário em torno da propriedade da área vazia. Nessa época, a área pertencia a extinta Companhia de Habitação Popular do Estado de Alagoas (COHAB/AL) que possuía gravames de penhora e dívidas trabalhistas e de civis.

À época, a COHAB/AL chegou a ajuizar ação de reintegração contra os ocupantes da Cidade de Lona, a qual foi suspensa para negociação. Foi nesse período que a COHAB/AL foi liquidada pela Companhia Alagoana de Recursos Humanos e Patrimoniais (CARHP/AL) “que incorporou todos os bens da extinta [...] COHAB/AL” (LINS, 2008, p. 225). Na época já residiam na área em torno de oitocentas famílias (INSTITUTO PÓLIS, 2003, acesso em 23 out. 2009).

No entanto, não houve nenhuma ação da gestão pública no sentido de oferecer as condições mínimas de permanência daquelas famílias naquele local. Como atesta um relatório que pesquisamos no *site* do Instituto Polis (*ibidem*) sobre a situação da ocupação em 2003, quando já fazia parte da UMMAL:

¹⁴⁵ Naquela época Maceió era governada pelo Prefeito Ronaldo Lessa do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e o Estado Governado por Divaldo Suruagy do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

não houve e não há apoio para a construção das casas. Grande parte das famílias vive em barracas de lona, acampadas, sem condições adequadas de infraestrutura básica e saneamento ambiental (no local existem apenas vinte e cinco casas de alvenaria). Desde o reassentamento, não houve implantação de rede de abastecimento de água (há algumas bicas públicas espalhadas pelo local, que só ofertam água em determinados escassos horários do dia), nem rede de energia elétrica, escola ou espaços de lazer.

- **Ocupação Paulo Bandeira**¹⁴⁶: a ação planejada pelo MTL ocorreu sete anos após a ocupação Cidade de Lona, em 23 de fevereiro de 2006, e em 2009 contava 483 famílias. O acampamento, como eles chamam, localizou-se na Avenida Cachoeira do Mirim, uma das principais avenidas do bairro Benedito Bentes (ver figura 3). Assim como o vazio ocupado pela Cidade de Lona, o vazio ocupado pelo MTL pertencia a CARHP/AL.

Em relação ao período entre a ocupação Cidade de Lona e a Paulo Bandeira é importante considerar que nesse intervalo de tempo ocorreram outras ocupações organizadas. No entanto, essas ocupações não foram engendradas por um movimento social politicamente organizado – cujas ações partem de táticas e de um planejamento estratégico de luta – mas por famílias em situação de carência.

Possivelmente, a falta de uma organização político-estratégica contribuía para que as ocupações fossem facilmente desarticuladas e desfeitas pelas forças hegemônicas. Por isso, foi através da luta organizada que os sem-teto encontraram força para resistir ao poder hegemônico conseguindo ocupar os espaços “proibidos”.

Por isso que consideramos a ocupação Paulo Bandeira como a segunda mais evidente, e sob certo aspecto a mais relevante do ponto de vista dissensual, já que deflagra a luta urbana politicamente organizada em Maceió. Como afirma o MTL

[...] eles só conheciam [a respeito de movimento de luta por moradia] a turma [da UMMAL que cuidava da ocupação conhecida como] Cidade de Lona e não tinham visto a bandeira de sem-terra dentro da cidade. [Falo] especificamente [da] bandeira do MTL que defende a questão da [reforma] agrária [e] a sociedade não tava acostumada ainda na questão do sem-teto aqui em Maceió. [...] Quando a gente ocupou no dia 23 de fevereiro houve um medo (MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE, 12 fev. 2009).

¹⁴⁶ As ocupações/acampamentos de sem-teto recebem o nome, geralmente, de mártires brasileiros. Esse ato simbólico procura relacionar a luta atual à luta dos antepassados que morreram em defesa da liberdade e dos direitos e territórios de grupos dominados. A nomeação Paulo Bandeira, por exemplo, “é uma homenagem que o Movimento fez ao professor assassinado no dia 2 de junho de 2003, no município de Satuba, AL. Ele foi morto depois de ter denunciado irregularidades na aplicação dos recursos do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef). Segundo o Movimento, o Professor representa um símbolo de luta pela educação e é um exemplo para a sociedade” (S. SANTOS, XIV CISO, acesso em 08 dez. 2009).

- **Ocupação Chico Mendes**¹⁴⁷: a terceira ação de forte repercussão e impacto social e político foi a ocupação do prédio do INSS, localizado no Centro Comercial de Maceió, com uma média de 280 famílias (ver figura 3). A única ocupação de prédio na cidade representou o ato político-simbólico engendrado nacionalmente pela UNMP e efetivado em Alagoas pela UMMAL no já referenciado 11 de abril de 2006.

No entanto, grande parte dos sem-teto que compõem os Movimentos MTL e UMMAL é de origem rural, ou seja, possuem uma relação direta com a cultura do campo. Nesse sentido, constatamos uma imensa dificuldade dos ocupantes do prédio do INSS em se adaptarem a convivência condominial, principalmente nas condições insalubres e degradantes em que se encontrava o edifício. Aqui há uma diferença cultural entre os sem-teto da Região Nordeste – fortemente ligados à cultura rural; – e os sem-teto das Regiões Sul e Sudeste – cuja cultura urbana é mais proeminente.

A UMMAL reconhece a dificuldade em se ocupar prédio quando diz que:

“[...] Essa experiência nossa [em Maceió] é mais para [ocupação de] terreno. [...] Por que você está tirando [uma] pessoa de baixo de uma ponte [ou] de cima da Lagoa [...] [ou] que está morando em vila [e] vai levá-las para morar em sistema de condômino: olha a situação! [...] Então tem toda essa situação que é bem mais fácil se você ocupar em [...] solo [...] do que ocupar em prédio. Bem mais fácil” (UNIÃO DE MOVIMENTOS DE MORADIA EM ALAGOAS, 26 jan. 2009).

- **Ocupação Dandara**¹⁴⁸: a quarta ocupação impactante em Maceió, denominada Dandara, foi liderada pelo MTL e ocorreu em novembro de 2006 em um terreno do Sindicato dos Servidores Públicos de Maceió e Região Metropolitana (Sindspref), no bairro Benedito Bentes (ver figura 3). Quando o MTL ocupou, pensou-se que o terreno fosse da Prefeitura Municipal de Maceió, no entanto, a Prefeita Kátia Born do Partido Socialista Brasileiro (PSB) havia doado a área para o Sindicato (MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE, 12 fev. 2009). O MTL preocupou-se com o fato de estarem ocupando uma área de trabalhadores públicos. No entanto, o Sindicato permitiu a permanência dos sem-teto. Em 2009 a ocupação contava 120 famílias.

¹⁴⁷ Chico Mendes foi um ambientalista que lutou contra a ação predatória da floresta Amazônica e da violência praticada por fazendeiros contra os trabalhadores da região. Foi assassinado em dezembro de 1988 à mando de fazendeiros e políticos locais.

¹⁴⁸ Primeira e única mulher de Zumbi, guerreira de Palmares e mãe dos três filhos, Dandara era guerreira valente e lutou ao lado de Zumbi quanto às estratégias e planos de ataque e defesa de Palmares. Dandara se matou jogando-se da pedreira mais alta de Palmares, que ficava nos fundos do principal mocambo - a Cerca dos Macacos - quando da queda do Quilombo de Palmares para não voltar à condição de escrava (In: <http://www.centrodandara.org.br/feminismo/Dandara.htm> acesso em 23 dez. 2009).

- **Ocupação Zumbi**¹⁴⁹: em agosto de 2007, o MTL engendrou uma quinta ocupação na cidade. Acamparam na área onde se situa o atual *Shopping Pátio Maceió*. Com a venda do terreno a uma empresa imobiliária e a grupos de empresários de outras cidades, os sem-teto migraram para o terreno do Sindspref ao lado do acampamento Dandara (ver figura 3). Em 2009 a ocupação contava 230 famílias

- **Ocupação Nilda Ferreira**: a ação ocorreu em 12 de janeiro de 2008 e se localizou em um terreno propriedade da Universidade Federal de Alagoas, por trás desta, no bairro Cidade Universitária (ver mapa 3). Assim como a Cidade de Lona, essa ocupação não foi organizada pela UMMAL, mas por 113 famílias pobres que não tinham mais condições de pagarem aluguel e por migrantes de cidades do interior como Rio Largo, Coruripe, Novo Lino dentre outras (UNIÃO DE MOVIMENTOS DE MORADIA EM ALAGOAS_a, 19 out. 2009).

No entanto, os sem-teto solicitaram auxílio da UMMAL após a ação de reintegração de posse impetrada pela Reitora da UFAL, Ana Dayse, ou seja, quando foi dado início ao conflito entre os sem-teto, a Reitora e o Governo do Estado; esse último chamado pela Universidade para resolução do conflito em torno daquela ocupação.

Constatamos, a partir do exposto, que a década de 2000 marcou o novo conteúdo político do território brasileiro e mais especificamente das cidades em que ocorreram/ocorrem ações contestatórias e contra-hegemônicas engendradas por cidades e por atores sociais historicamente ausentes dos debates públicos de planejamento e de gestão urbanos.

Como corolário desse processo, vislumbramos avanços jurídico-institucionais como a consolidação do Estatuto da Cidade e a criação do Ministério das Cidades que apontam para a apropriação pelos excluídos, mesmo que relativa, de poderes relegados, também historicamente, a grupos corporativos cujos interesses respaldaram-se em princípios eticamente e moralmente questionáveis.

As ocupações aqui apresentadas “denunciam o esgotamento das formas dominantes de construção das relações sociedade-espço” (RIBEIRO, 2009, p. 151) ao tempo em que representam as disputas pelo projeto de cidade pautadas em princípios como o do direito à moradia que se insere no princípio mais amplo do direito à cidade.

Como disputa pelo projeto de futuro, as ações são permeadas por conflitos já que as intenções e usos da cidade são contraditórias em sua essência e existência. Portanto,

¹⁴⁹ Zumbi (1655-1695) é considerado pela história oficial um líder na luta da resistência negra.

contextualizaremos essas ocupações no território urbano de Maceió a fim de compreendermos os conflitos entre forças antagônicas visto que as áreas de influência das ocupações apresentadas nesse tópico correspondem às áreas de influência dos agentes hegemônicos.

Todos os vazios ocupados que apresentamos são espaços racionalizados pela ordem hegemônica para onde incidem normatizações que contrariam a racionalidade dos sem-teto. Nesse sentido, apresentamos no próximo capítulo a disputa e os conflitos inter-agentes hegemônicos e contra-hegemônicos pelos vazios urbanos (des)ocupados.

CAPÍTULO 3: A DISPUTA E OS CONFLITOS HEGEMÔNICOS E CONTRA-HEGEMÔNICOS PELOS VAZIOS URBANOS (DES)OCUPADOS DE MACEIÓ

Neste capítulo, descrevemos e analisamos a disputa e os conflitos em torno dos vazios ocupados pelos movimentos de sem-teto de Maceió. Discutimos a questão à luz das divergências de classe acerca das noções jurídicas de crime, legalidade e legitimidade e que ganham sentido material nas formas de apropriação e uso do espaço urbano pelos distintos agentes envolvidos nos conflitos.

Por fim, demonstramos como os poderes públicos municipal e estadual “solucionaram” os conflitos respaldando-se na tradicional lógica de dominação hegemônica caracterizada pela supressão de alternativas solidárias e, também, através da reprodução de velhas práticas urbanísticas responsáveis pela segregação socioespacial e promoção de déficit habitacional seguida de pobreza e desigualdade social.

3.1 Criminalização dos movimentos sociais

*[...] Oh senhor cidadão,
eu quero saber, eu quero saber
com quantos quilos de medo,
com quantos quilos de medo
se faz uma tradição?*

*Oh senhor cidadão,
eu quero saber, eu quero saber
com quantas mortes no peito,
com quantas mortes no peito
se faz a seriedade?[...]*

(Tom Zé, Senhor Cidadão)

No Brasil, não raro, as ocupações de áreas rurais e urbanas pelos movimentos de sem-terra e de sem-teto são qualificadas, pela racionalidade hegemônica, como *ilegais* e, portanto, como *criminosas*.

Nesse sentido, detendo-se a nossa análise, precisamos contextualizar as ações de ocupação de vazios a partir de duas interpretações distintas acerca do que seja crime: a do proprietário da terra ou do imóvel vazio e; a dos sem-teto.

Para o poder proprietário, a ocupação de seu vazio – de acordo com o sistema discursivo e normativo construído pela racionalidade hegemônica – representa uma *invasão*, um *crime contra seu direito de propriedade* e que, portanto, deve ser combatido. Para os sem-teto – que também possuem um sistema discursivo e normativo contrário – *crime é a existência de vastas áreas da cidade vazias* que servem para atendimento das necessidades mercadológicas de alguns em detrimento das necessidades sociais de grande parcela da população.

De fato, como firma Dornelles (1988, p. 17) “cada maneira de explicar o crime vai ser fundamentada a partir de diferentes concepções sobre a vida e o mundo” de modo que “não existe um conceito uniforme sobre o crime”:

o crime pode ser visto como uma transgressão à lei, como uma manifestação de anormalidade do criminoso, ou como o produto de um funcionamento inadequado de algumas partes da sociedade (grupos sociais, classes, favelas, etc.). Pode ser visto ainda como um ato de resistência, ou como o resultado de uma correlação de forças em dada sociedade, que passa a definir o que é crime e a selecionar a clientela do sistema penal de acordo com os interesses dos grupos detentores do poder e dos seus interesses econômicos ¹⁵⁰ (*ibidem*).

Nesse sentido, concordamos com Foucault (1986, p. 240) para quem

[...] não há então natureza criminosa, mas jogos de força que, segundo a classe a que pertencem os indivíduos, os conduzirão ao poder ou à prisão: pobres, os magistrados de hoje sem dúvida povoariam os campos de trabalhos forçados; os forçados, se fossem bem nascidos, tomariam assento nos tribunais e aí distribuiriam justiça.

Para Thomaz Hobbes (*apud* FELIX 2002, p. 8 *apud* MELGAÇO, 2005, p. 17)¹⁵¹ “um crime é um pecado que comete aquele que, por atos ou palavras, faz o que a lei proíbe ou se abstém de fazer algo que ela ordena”. Nessa perspectiva, simbolicamente tratando, tanto os agentes contra-hegemônicos como os hegemônicos poderiam ser enquadrados como criminosos. Os primeiros por ocuparem propriedades vazias ferindo o *direito de propriedade*

¹⁵⁰ O fragmento de um depoimento que extraímos do estudo de Vasconcelos (2005, p. 147) retrata bem essa última noção. O depoente chama a atenção para a arbitrariedade do julgamento de uma ação criminosa: “[...] eu não conheço alguém que se apropriou de forma irregular de recursos públicos que esteja preso. Não conheço. Agora conheço trabalhadores que, por entrarem numa fazenda, passam dois meses, três meses presos”.

¹⁵¹ FELIX, Sueli Andruccioli. **Geografia do Crime: interdisciplinaridade e relevâncias**. Marília: Marília-UNESP-Publicações, 2002. 200 p.

e os segundos por se absterem de aplicar e cumprirem os instrumentos jurídico-urbanísticos de combate à especulação e destinação dos vazios ao interesse e uso social/coletivo¹⁵².

De acordo com Melgaço (2005, p. 19) “a discussão do conceito de crime precisa ser necessariamente acompanhada do debate sobre o que é o *legal* e o que é o *legítimo*” (grifos no original). Para esse autor “quando falamos em crime estamos falando daquilo que inflige à lei, ou seja, o ilegal”. No entanto, segundo ele, “as leis [...] são construções sociais criadas por grupos, na maioria das vezes, hegemônicos” de modo que “[...] a concepção de legitimidade também é social e dependente do lugar, da classe, do grupo e dos interesses daqueles que avaliam a situação em questão” (*ibidem*).

Não é por acaso que proprietários de terras vazias e movimentos sociais operam com conceitos valorativos distintos – *invasão* para os proprietários e para os agentes do Estado e de seus aparelhos burocráticos; e *ocupação* para os sem-teto – a fim de legitimar a ação segundo suas razões.

Porém, entendemos que a interpretação da ocupação como invasão e, portanto, como crime, parte daquele que não quer perder o seu lugar e o seu discurso de poder, pois, do ponto de vista do que sofre a carência, sua ação consiste fundamentalmente em tática de sobrevivência. Nessa perspectiva, consideramos a ação de ocupação de um vazio urbano por movimento de sem-teto como tática, e não como crime, exercício do direito à moradia e, portanto, à vida.

A questão é que, como afirma Boris Fausto (2001, *apud* MELGAÇO, 2005, p. 71)¹⁵³, “a criminalização dos subalternos revela-se como poderoso instrumento de controle social” sendo fundamental às forças hegemônicas que precisam, constantemente, legitimar as suas formas de apropriação corporativa do solo urbano. Além da criminalização das ações de ocupação existe a associação entre pobreza e criminalidade o que reforça a idéia de que a ação praticada pelos sem-teto (que geralmente são pobres) corresponde a uma ação criminosa.

É dessa forma que muitas vezes, a criminalização dos movimentos sociais pelos agentes hegemônicos é acompanhada da violência institucionalizada. Como afirma Caldeira

¹⁵² Dornelles (1988, p. 18) afirma que “expectativas sociais que se tornaram normas sociais podem, ou não, se transformar em lei, em normas impostas pelo poder. Dessa maneira, a determinação de uma conduta como desviante não a torna necessariamente transgressora de norma jurídica ou criminosa. Como pode também ocorrer o inverso: uma conduta que é definida legalmente como criminosa e que socialmente passa a ser tolerada e aceita como normal”.

¹⁵³ FAUSTO, Boris. **Crime e Cotidiano**: a criminalidade em São Paulo (1880-1924). São Paulo: Edusp, 2001.

(2003, p. 89) “a confusão entre pessoas pobres e criminosas pode ter sérias conseqüências, considerando-se que a polícia também opera com os mesmos estereótipos¹⁵⁴”.

O fato é que essa relação entre pobreza e criminalidade estrategicamente formulada e concebida pelo imaginário social, pode servir, ainda, para, mais uma vez, legitimar as práticas hegemônicas que visam a desarticulação de qualquer ação contra-hegemônica organizada. Em verdade, quando a polícia é enviada ao território ocupado essa vai como agente em defesa dos interesses do poder proprietário, muitas vezes, representando grupos corporativos que exercem influência nas áreas ocupadas pelos sem-teto.

Além do mais, em Alagoas, os conflitos territoriais envolvendo movimentos sociais rurais e urbanos, muitas vezes incorporam um tipo de violência referenciada “em bases coronelistas e patriarcais, e numa certa ‘*cultura sertaneja*’ fortemente arraigada em códigos culturais que realçam valores como a honra, a coragem e a valentia” (aspas e grifo no original) (VASCONCELOS, 2005, p. 16 e 17) e que encontram relativo respaldo no próprio sistema jurídico-institucional e político-institucional local.

Desse modo, muitas disputas territoriais em que envolve proprietário e ocupante, são resolvidas fora das instâncias político-judiciais, em que a noção de “direito natural de propriedade” justificaria qualquer ação arbitrariamente violenta contra os ocupantes.

Para Carvalho (2001 *apud* VASCONCELOS, 2005, p. 24) “o que consubstancia a política coronelista é a convicção de que o coronel está acima da lei [...] que a lei existe para além das fronteiras de suas propriedades, não ultrapassando o limite (im)posto pelas ‘porteiros de suas fazendas’” (aspas no original).

Essa cultura da violência que objetiva a anulação de vozes e ações contestatórias e ao mesmo tempo propositivas, parte de uma racionalidade econômica avessa a princípios sócio-democráticos e que buscam materializar a todo custo seus interesses no território alagoano. Como afirma Vasconcelos (2005, p. 27) “entender a violência no Estado de Alagoas pressupõe contextualizá-la numa formação social, política e econômica fortemente agrária, latifundiária e com acentuada concentração de renda”.

A partir do exposto constatamos não ser possível reduzir as ações dos movimentos de sem-teto a uma questão dicotômica entre legalidade e ilegalidade; já que esse reducionismo consiste em mais uma estratégia hegemônica para desarticulação das organizações contra-

¹⁵⁴ “Na verdade, se a desigualdade é um fator explicativo importante, não é pelo fato de a pobreza estar correlacionada diretamente com a criminalidade, mas sim por que ela reproduz a vitimização e a criminalização dos pobres, o desrespeito aos seus direitos e a sua falta de acesso à justiça” (*ibidem*, p. 134).

hegemônicas. Buscamos, então, nos conflitos instaurados nos territórios ocupados o sentido das ações dos sem-teto.

3.1.1 Conflitos territoriais: questões gerais

A compreensão dos conflitos territoriais urbanos entre agentes hegemônicos e contra-hegemônicos deve partir da noção de que o espaço “é, ao mesmo tempo, objeto de uma razão global e de uma razão local, convivendo dialeticamente” (SANTOS 2008a, p. 339).

Adaptando essa noção à nossa análise podemos dizer que a razão global condiciona o valor de uso do vazio urbano desocupado ao seu valor de troca estimado a partir da materialidade e funcionalidade existente em seu entorno; já a razão local é a dos movimentos de sem-teto que entendem esse mesmo vazio como possibilidade de uso para moradia condicionado a necessidade de sobrevivência. São duas razões distintas convivendo dialeticamente.

Como já vimos, essas razões orientam as práticas dos agentes cujas ações são intencionalmente territorializadas. Quando as duas razões/práticas contraditórias incidem sobre uma mesma fração do espaço ocorre um conflito racional/territorial. Temos, assim, o espaço da cidade como território normado pela racionalidade hegemônica e dentro deste os subespaços que negam essa racionalidade. Como afirma Moreira (2001, p. 29)

espaço e contra-espaço conflitam, dessa forma, dentro de um mesmo espaço, o espaço hegemônico, a tensão se manifestando num confronto entre o espaço da ordem e o espaço da desordem, o espaço legal e o espaço proibido, o espaço explícito e o espaço oculto, modos de existir do espaço e do contra-espaço marcando a presença reativa da alteridade negada.

Desde já devemos considerar as relações dos agentes hegemônicos e contra-hegemônicos como relações de poder e de força que orientam os usos e as práticas espaciais¹⁵⁵. Como afirma Foucault (2004, p. 175) o poder “[...] não se dá, não se troca nem se retoma, mas se exerce, só existe em ação [...] o poder não é principalmente manutenção e reprodução das relações econômicas, mas acima de tudo uma relação de forças”.

Essa relação de forças conflitantes institui os territórios intra-urbanos como instância política, de modo que, como afirma Rancière (1996, p. 373) “antes de ser um conflito de classes ou de partidos, a política é um conflito sobre a configuração do mundo sensível na qual podem aparecer atores e objetos desses conflitos”.

¹⁵⁵ Souza (1995, p. 75 e 107) nos diz que “o território [...] é fundamentalmente um *espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder*” já que “[...] o exercício de poder não é concebível sem territorialidade [...]” (grifos no original).

Por isso, não basta compreender a *não efetivação do direito à moradia* tão somente pelo sistema normativo e pelas ações hegemônicas vigentes na atualidade devendo-se buscar o entendimento nos conflitos a partir das *condições materiais e imateriais (des)iguais* as quais agentes hegemônicos e contra-hegemônicos são impelidos a jogar.

Comumente, verificamos os conflitos de ocupação de vazios urbanos serem encerrados na instância jurídica e nos meios de comunicação como uma prática criminosa. Essa ação tem contribuído para a anulação do debate político em torno da situação em que o território urbano vem sendo usado pelos agentes hegemônicos, logo, indica a anulação das práticas contrárias ao projeto econômico que aprofunda as desigualdades na cidade.

Esse movimento estrategicamente consensual traz sérias conseqüências ao planejamento e gestão urbanos, visto que os usos dos vazios para fins econômicos/especulativos passam a ser legitimados sem uma precisa e necessária reflexão acerca das ações contra-hegemônicas que pretendem disputar o uso do espaço com vistas a diminuição ou anulação da desigualdade sócioespacial. Como afirma Ribeiro *et al.* (2001, p. 41)

[...] os praticantes de espaços podem ser, por meio de orientações analíticas por nós acionadas, extraídos física ou simbolicamente do seu lugar, já que, para o olhar dominante, apenas existem como fato ou como condição a ser mantida ou ignorada. Estabelece-se, pelo distanciamento, a reprodução de uma outra forma de naturalização, em que o discurso aparece como objeto, juntamente com mapas e imagens. O discurso descontextualizado perde parte de sua vitalidade e, portanto, parte da sua significação.

Nesse sentido, a partir da proposta de Ribeiro *et al.* (2001, p. 37), buscamos compreender os conflitos territoriais dos sem-teto a partir da valorização de “contextos, lugares e narrativas¹⁵⁶” nas quais se inscrevem as suas ações, de modo que contrariamos “o olhar predominante da modernidade [que] omite a escuta ou a compreensão de narrativas [...] [e que] renega a experiência dos que praticam o espaço¹⁵⁷”.

É dessa forma, conforme Boaventura de Souza Santos (2001, *apud* MIRANDA, 2005, p. 35 e 36)¹⁵⁸, que

¹⁵⁶ “Operações sobre os lugares, os relatos exercem também o papel cotidiano de uma instância móvel e magisterial em matéria de demarcação” (CERTEAU, 1994, p. 207).

¹⁵⁷ Como afirma Boaventura de Souza Santos (2007, p. 202), “[...] O poder [hegemônico] tende a representar a realidade social e física numa escala escolhida pela sua virtualidade para criar os fenômenos que maximizam as condições de reprodução do poder. A representação/distorção da realidade é um pressuposto do exercício do poder”.

¹⁵⁸ SANTOS, Boaventura de Sousa. As tensões da modernidade, 2001. Disponível em: <http://www.antroposmoderno.com/antro-articulo.php?id_articulo=464/>. Acessado em: 30/07/2004.

o conflito se torna, portanto, um importante dado do presente, à medida que destaca as contradições da sociedade e inscreve no território a ação social constantemente ocultada pelo discurso dominante, ajudando a registrar a história, não só dos “vencedores”, a partir de sua própria versão, mas, também, a dos “vencidos”.

Para a compreensão dos conflitos nos vazios ocupados, usamos a *cartografia da ação*, uma proposta metodológica desenvolvida por Ribeiro *et al.* (2001, p. 48) que nos permite a análise a partir do registro das ações “de atores sociais e políticos, de mediadores, dos objetivos da ação e, também, das formas de repressão sofridas pelos manifestantes¹⁵⁹”.

Em verdade, concordamos com Porto-Gonçalves (2009, p. 22) para quem “as possibilidades de superação das enormes desigualdades sociais [...] só terão oportunidade de ser consistentes se, de fato, forem capazes de incorporar o próprio conflito enquanto dimensão instituinte da vida social”.

É nesse sentido que analisaremos dialeticamente as ocupações de vazios urbanos pelos sem-teto a partir dos discursos e ações (i) dos *agentes proprietários* dos terrenos e prédio vazios ocupados pelos sem-teto; (ii) dos próprios *sem-teto* como agentes que subvertem o poder proprietário e, por isso, instauradores dos conflitos; (iii) da(s) *comunidade(s) contíguas aos vazios urbanos ocupados* pelos sem-teto como agentes que participam *indiretamente* dos conflitos, mas que apresentam extrema importância nas ações e decisões dos agentes envolvidos *diretamente* nos conflitos; (iv) e por fim, da *mídia* como instrumento de poder discursivo a ser usado na disputa territorial¹⁶⁰.

3.1.2 Os conflitos da UMMAL

Cada ocupação de vazio apresenta uma situação conflitante particular, mas relacionada a situações gerais de modo que cada uma delas deve ser contextualizada a partir das determinações e relações entre lugar ⇔ local e local ⇔ global. Nesse sentido, apresentamos

¹⁵⁹ “O gradual registro analítico dessas informações contraria: (a) as formas de classificação da informação utilizadas pelos veículos de comunicação; (b) a incoerência e a fugacidade com que, em geral, é tratada a ação social; (c) o ocultamento do esforço realizado por sujeitos sociais para garantir a sua presença no espaço público; (d) a tendência ao esquecimento da repressão e de seus responsáveis” (RIBEIRO, 2001, p. 48).

¹⁶⁰ Um exemplo de como a mídia pode ser favorável ao poder hegemônico é quando os jornais de grande circulação, dominados por grupos corporativos, apresentam discursivamente as ações contra-hegemônicas como impeditivas do desenvolvimento/modernização plena da cidade e/ou país. Assim, interesses econômicos e político-partidários encontram as condições mais ou menos favoráveis para sua realização/materialização. Pouco ou nunca se discute as condições de miséria que levam os “sem” a agir fora das conveniências do poder dominante. É nesse sentido que a mídia se constitui como importante instrumento de controle, dominação e alienação das massas, mesmo daquelas que não constituem as classes dominantes. No entanto, ao tempo em que determinadas mídias servem ao poder hegemônico outras podem servir as ações contra-hegemônicas.

os principais eventos conflitantes da UMMAL e, no subcapítulo que se segue, os do MTL numa seqüência temporal e espacial.

Usando a *cartografia da ação*, elaboramos as figuras 4 e 5 que registram as ações contra-hegemônicas, de modo que sugerimos que a leitura abaixo seja remetida às figuras.

- Ocupação Cidade de Lona: em 19 de março de 2003 cerca de 300 moradores da Cidade de Lona bloquearam a BR-104 e reivindicaram uma negociação mais célere do *poder público local* para resolver a situação dos ocupantes.

Em 15 de abril de 2003 houve uma reunião com o *Secretário de Habitação do Município* e o *Secretário Metropolitano* na qual os moradores indicaram uma área na Via Expressa como alternativa para transferência. As autoridades afirmaram a impossibilidade de reassentamento, em virtude do terreno [sugerido pelos sem-teto] pertencer à propriedade particular.

Em 28 de agosto de 2003, após denúncias quanto a precariedade das condições de habitabilidade e de violação ao direito à moradia das já duas mil famílias da ocupação, Nelson Saule Jr. (*Relator Nacional do Direito à Moradia Adequada*) e Leticia Marques Osório, ambos do *Instituto Polis*¹⁶¹, realizaram uma visita à *Cidade de Lona, Conjunto Denisson Menezes e Conjunto Santa Helena* para verificar tais violações¹⁶².

No dia seguinte, em 29 de agosto de 2003, cerca de 100 representantes da Cidade de Lona, Conjunto Denisson Menezes, Conjunto Santa Helena e lideranças de comunidades vizinhas realizaram uma passeata do Eustáquio Gomes até a *Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)* no Centro da Cidade [cerca de 20 km] onde ocorreu a Audiência Pública envolvendo

¹⁶¹ “Na época, o Projeto Relatores Nacionais em Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais tem por objetivo contribuir para que o Brasil adote um padrão de respeito aos direitos humanos econômicos, sociais e culturais, com base na Constituição Federal, no Programa Nacional de Direitos Humanos e nos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos ratificados pelo país, através da nomeação de especialistas relacionados a direitos específicos (educação, saúde, alimentação, moradia adequada, trabalho e meio ambiente). Este projeto é coordenado pela Plataforma Brasileira de Direitos Humanos Econômicos, Sociais e Culturais, com apoio do Programa das Nações Unidas para o Voluntariado e da Secretaria de Estado dos Direitos Humanos. Os Relatores Nacionais [...] foram nomeados pela sociedade civil com a prerrogativa de relatar e reportar a situação de cumprimento e proteção destes direitos pelo Estado Brasileiro, realizando, para tanto, missões (visitas *in loco*) com o propósito de receber denúncias, investigar violações aos direitos humanos e elaborar informes analíticos e propositivos sobre a realidade encontrada em relação aos direitos específicos” (INSTITUO PÓLIS. Disponível em: www.polis.org.br Acesso em 23 out. 2009).

¹⁶² “A missão foi realizada com o apoio da Central dos Movimentos Populares, [representado pelo] Sr. José Cláudio Santos; do Grupo de Estudos Sobre Problemas Urbanos – GEPUR do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas, Sra. Regina Dulce Barbosa Lins, Movimento Nacional de Luta pela Moradia, da União Nacional dos Movimentos por Moradia do Sindicato dos Bancários de Alagoas, do Instituto POLIS, do COHRE – Centro pelo Direito à Moradia contra Despejos e da OXFAM/Brasil” (*ibidem*).

lideranças populares, Ministério Público Estadual, Secretaria Municipal de Habitação (atual Secretaria Municipal de Habitação Popular e Saneamento, SMHPS), Agência Alagoana de Habitação e Urbanismo (atual Secretaria de Infraestrutura do Estado de Alagoas, Seinfra), e Ministério das Cidades com o objetivo de discutir a situação dos ocupantes e propor soluções para promoção do direito à terra e à moradia (ibidem)¹⁶³.

Nenhuma ação foi efetivada pelo poder público após as reivindicações. Cinco anos após as manifestações, em 26 de novembro de 2008, cerca de 150 moradores da Cidade de Lona bloquearam a BR-104, nas mediações da Ocupação, para reivindicarem as casas no Conjunto Verdejante [Cidade Sorriso I], executado pelo Poder Público no bairro Benedito Bentes. Um veículo furou o bloqueio e atropelou a *militante* Eliane da Silva. O *Promotor de Justiça*, Tácito Yuri, empunhou uma pistola e mostrou aos manifestantes (GONÇALVES, 26 nov. 2008).

- Ocupação Chico Mendes: quando os sem-teto ocuparam o prédio vazio na Praça dos Palmares, Centro de Maceió, o proprietário do imóvel não era mais o INSS e sim um indivíduo que arrematou o prédio em leilão, mas que não quitou a dívida de modo que o INSS conseguiu a reintegração de posse.

Quando os sem-teto se instalaram no edifício vazio haviam *outros grupos sociais* ocupando aquele local. Eram sujeitos que utilizavam o espaço para esconder produtos contrabandeados de lojas e de transeuntes do comércio; e para consumo de droga (UNIÃO DE MOVIMENTOS DE MORADIA EM ALAGOAS, 23 abr. 2008).

De imediato instaurou-se um conflito e uma disputa interna entre os sem-teto e os outros grupos. Os sem-teto sofreram também rejeição dos *camelôs* que comercializavam na rua em que se localizava o prédio. Para os camelôs, de acordo com o Movimento, aquela ocupação atrapalhava os seus negócios uma vez que a área ficou estigmatizada pelos *antigos clientes* que não “gostavam” daquela ocupação.

Após intervenções constantes da UMMAL para dirimir os conflitos, seguido de trabalhos de conscientização, os grupos sociais que já ocupavam o prédio antes dos sem-teto e

¹⁶³ Participaram representantes das seguintes organizações comunitárias de Maceió: Associação Clube de Mães do Trapiche da Barra e Dique Estrada; Sindicato dos Urbanitários de Alagoas; União da Juventude Rebelião; Movimento do Livre Acesso à Universidade; Movimento de Resistência Cultural; Central de Movimentos Populares; Projeto Fênix/AL; Associação dos Moradores da Vila Kennedy I e II e Adjacência; Associação Comunitária das Mulheres do Clima Bom I; Associação de Moradores e Amigos do Conjunto Freitas Neto; Associação Comunitária Juventude Amiga do Menino Jesus; Associação Comunitária da Área Concretal; Associação Comunitária Miramar do Conjunto Frei Damião; Associação da Gruta do Padre; Associação Clube de Mães da Grota do Cigano da Mangabeira de Maceió; Coordenação Amadora de Esporte e Lazer Pajuçara Clube; Centro Comunitário dos Moradores do Conjunto Selma Bandeira (*ibidem*).

os camelôs aceitaram conviver com os militantes do Movimento. No entanto, *o conflito* entre os *sem-teto*, o *proprietário do prédio* e o *INSS* continuou.

Constatamos, a partir de depoimento do Movimento, que algumas estratégias foram efetivadas pelo poder público a fim de desarticular a Ocupação:

[...] As autoridades locais não ajudaram a gente [enquanto ocupávamos o prédio do INSS]. Eles estavam apostando que nós não ficaríamos. Nunca colocaram nada em disposição da gente para tirar o lixo, para tirar a água que tinha lá. [E] com a chegada das pessoas, os dejetos foram aumentando. Nós fizemos o básico: nós limpamos tudo, tiramos todo o lixo, mas as autoridades locais não ajudaram (UNIÃO DE MOVIMENTOS DE MORADIA EM ALAGOAS, 26 jan. 2009).

Em 22 de abril de 2008, dois anos após a ocupação, os *sem-teto* ocuparam a sede do INSS na Rua da Praia quando solicitaram uma reunião com o *Superintendente da Instituição*, Ronaldo Medeiros, para a suspensão da reintegração de posse do prédio ocupado na Praça dos Palmares desde 2006 (GALVÃO e VILAR, 22 abr. 2008).

Depois da ocupação da sede do INSS, o Movimento se deslocou para a Prefeitura de Maceió em Jaraguá e após os funcionários fecharem a porta para impedir a entrada dos *sem-teto*, eles ameaçaram arrombar. O protesto ocorreu na tentativa de derrubar a ação de despejo das famílias. Sob pressão, a Prefeitura informou que casas seriam construídas e entregues aos ocupantes e até a execução da obra poderiam permanecer ocupando o antigo Prédio do INSS na Praça dos Palmares. O *Secretário de Comunicação*, Marcelo Firmino, convenceu os *sem-teto* a organizar uma comissão para expor as reivindicações do Movimento mesmo sem a presença do *Prefeito Cícero Almeida* (BEZERRA, 22 abr. 2008).

- **Ocupação Nilda Ferreira:** de acordo com a Seinfra (SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO DE ALAGOAS, 16 mai. 2008), a UFAL exigiu a retirada da ocupação e a reintegração de posse. Em atendimento ao pedido da UFAL, o *Governo do Estado* concordou em cadastrar as famílias ocupantes com a condição de que estas deixassem a área. O Governo esclareceu que não resolveria o problema de habitação deles naquele momento devido à demanda de modo que as famílias teriam que se dispersar e “esperar na fila”, pois não haveria lugar para levá-los naquele momento.

De acordo com a UMMAL, a respeito do conflito:

[...] houve uma conversa por telefone [com a Reitora Ana Dayse]. Só que [...] eu imaginava que [a UFAL] primeiro [buscasse] uma negociação, uma conversa com o Movimento. [Entretanto] foi direto para uma ação judicial. Lógico [que] como Reitora [ela deve] zelar [pelo Patrimônio Público], mas aí você tem um outro papel social enquanto Universidade Federal. [...] Eu acho [que] uma postura [...] de Universidade Federal [seria] chamar as lideranças [do Movimento e] conversar, tentar negociar, tentar até ser parceiro do Movimento pra se conseguir com os poderes

estabelecidos do Município ou do Estado para que aquelas famílias [conseguissem seus objetivos e] não entrar diretamente com a ação. A UFAL entrou com a ação de reintegração de posse. E aí vem a questão no campo judicial. Teve audiência [...] com mediações [...] tentando encontrar algo que favorecesse, mas é sempre isso: a questão era sair (UNIÃO DE MOVIMENTOS DE MORADIA, 11 fev. 2009).

A ocupação resistiu e se recusou a sair do local. A discussão entre o movimento social e o Governo de Alagoas se deu em torno da condição proposta até que o *Ministério Público Estadual* obrigou a antiga Agência Alagoana de Habitação e Urbanismo (AGAHU), atual Secretaria de Infraestrutura do Estado de Alagoas (Seinfra), a fazer o cadastro. A Agência se recusou, pois, segundo a AGAHU não foi isso que ficou acordado em reunião.

O Governo do Estado diz que a condição imposta pela Agência, para fazer o cadastro apenas se eles saíssem, foi acordada em reunião com o Movimento, mas esse acordo não ficou claro na Ata desta reunião feita pelo Ministério Público, apesar de todos os envolvidos (UFAL, AGAHU, Movimento Social e MP) saberem dessa condição.

Com relação a atuação do Ministério Público, o Movimento diz que

[...] O Ministério Público só aparece para regulação dos conflitos, mas não é um MP atuante em relação a exigência de políticas públicas. A maioria da população alagoana não se envolve em causas sociais: desconhecem seus direitos e criticam aqueles que vão em busca da efetivação desses direitos (UNIÃO DE MOVIMENTOS DE MORADIA EM ALAGOAS, 23 abr. 2008).

Em Julho de 2008, após protestos na porta da Prefeitura, 113 famílias foram cadastradas pela Secretaria Municipal de Habitação Popular e Saneamento (SMHPS) (UNIÃO DE MOVIMENTOS DE MORADIA EM ALGOAS _a, 19 out. 2009)

3.1.3 Os conflitos do MTL

- **Ocupação Paulo Bandeira:** na semana em que o MTL ocupou o terreno da CARHP na Avenida Cachoeira do Mirim dando início ao Acampamento Paulo Bandeira “o *Prefeito Comunitário do Benedito Bentes* anunciou na rádio local para que a população tivesse cuidado, pois os sem-terra estavam acampados no Bairro e poderiam saquear os supermercados da região” (MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE, 12 fev. 2009).

Esse é um indício de como *a mídia é usada como* instrumento de criminalização do Movimento. É dessa mesma forma que determinadas mídias de massa a serviço dos agentes hegemônicos funcionam para criminalização dos movimentos sociais de modo que a

formação do imaginário social passa a operar a partir de uma relação casual entre ocupação e crime sem conseguir apreender os contextos em que se dão as ações.

Em 13 de março de 2006, 18 dias após a ocupação, os acampados sofreram um mandado de despejo ensejado pelo *Governo do Estado*, sob a gestão à época do *Governador Ronaldo Lessa* do Partido Socialista Brasileiro (PSB). Como atesta o MTL¹⁶⁴

[...] Apesar de [ter sido] um governo de movimento social, o governo dele [do Ronaldo Lessa] [realizou] despejo. Sofremos a maior perseguição [em seu Governo], perseguidos de surpresa [pelo] BOPE [que] veio para cá [e] fez uma ação pesada aqui [...] (MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE, 12 fev. 2009).

De acordo com relato do Movimento, não houve uma negociação prévia e sim, um ato, que pelas suas palavras, pode-se caracterizar como um atentado a integridade física e moral dos militantes:

O policial [no dia do resultado do mandado de despejo] embriagou-se e passou aqui com uma bicicletinha, a pochetsinha dele e a arma e aí perguntou quem era [a] *liderança* [da Ocupação]. O pessoal não quis informar quem era por que a gente estava assistindo jornal quando deu o resultado de despejo. O pessoal [da ocupação respondeu]: “eu não sei quem é.” Mas tinha uma senhora que estava com a nora dela que era acampada com a gente e aí ela disse [quem era a liderança daquele acampamento]. Então o cara chamou [a liderança] e disse: “é com você mesmo que eu quero falar.” [A liderança percebeu] que ele ia assassiná-la naquela hora. [Havia] um pessoal ao lado [que] chegou perto [da liderança para protegê-la]. [...] Quando [o policial] disse “é com você que eu quero falar” ele já foi abrindo a pochete para pegar a arma. [...] Uma viatura por sorte ia passando na rua, na pista [e] parou a viatura. Quando desceu *os policiais*, o pessoal [relatou o que estava acontecendo]: “olhe, esse rapaz está dizendo que é policial militar, mas está embriagado e puxou a arma aqui para companheira.” [Os policiais à paisana] pegaram ele, levaram até o ponto de ônibus que tem aqui na frente e o soltou, mandando-o ir para casa. Quando a polícia foi embora ele [voltou ao redor da] quadra que a gente está aqui hoje e começou a atirar no acampamento [Paulo Bandeira]. Eu lembro que eu estava aqui nessa outra rua em pé e tinha um rapaz logo na minha frente que estava de blusa branca, todo magrinho, [...] a noite [e] não tinha essa claridão que hoje tem por que era noite de acampamento [e] estava todo mundo se organizando. [Então o policial] começou a puxar a arma para atirar e eu ainda falei para o rapaz: “[Fulano], abaixa que o cara está atirando.” Aí eu me abaixei com ele atirando. [O Fulano] escapou [dos tiros] por que [o policial] mirou nos peitos do menino [e] aí pegou uma bala de raspão que é aquela reportagem que tem ali [pregada na parede]. Foram dois tiros que pegou nele e um tiro pegou na manga do braço e um outro mirou no peito. Eram quase 11h da noite [quando] isso aconteceu. [Então] a gente foi pra delegacia do 5º [Batalhão], chegamos lá [e o policial] estava sendo tratado muito bem. *Segundo a polícia não foi uma tentativa de homicídio. Foi uma lesão corporal na altura do peito* e a gente correndo atrás para que [o policial] fosse preso [e] respondesse por isso. Fomos na Secretaria, denunciemos a *Secretaria de Ação Social*, fizemos corpo de delito. E aí o cara se afastou. Respondeu sindicância, mas está respondendo em liberdade. Por que é um policial e [...] a lei garante isso. [...] Uns dez dias depois passaram *uns vinte rapazes* de bicicleta armado e meteu bala dentro do acampamento (MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE, 12 fev. 2009).

Esse evento demonstra: (i) a arbitrariedade do uso da força policial efetivada por um agente representante de interesses hegemônicos; (ii) a consciência da situação de risco

¹⁶⁴ Os relatos que se seguem encontram-se publicados em NOBRE (2009).

acompanhada da solidariedade e cumplicidade dos militantes para com a liderança, mesmo diante da ameaça de morte; (iii) a omissão do poder público após o pedido de ajuda diante da situação de risco iminente que os sem-teto vivenciavam; (iv) a omissão e descaso do delegado mesmo comprovado o atentado contra a vida dos ocupantes.

Essa situação coaduna-se com o que expusemos anteriormente: de fato, o julgamento de um crime é respaldado pelo juízo de valor em que o sujeito que julga tem sobre o julgado revelando que, de fato, as instituições que deveriam servir ao interesse social, servem como base para as estratégias do poder hegemônico.

Como afirma Kosik (1976, p. 214)

Do ponto de vista da técnica e da execução, o ato de matar um homem é um serviço simples. O punhal, a espada, o machado, a metralhadora, as pistolas, as bombas, são instrumentos de eficácia comprovada. Mas o “serviço simples” se complica assim que passamos da “execução” para a “avaliação”, da “técnica” para a “sociedade”. Quem mata por motivos pessoais, com suas próprias mãos e como particular, é um assassino. Quem mata por ordem superior e no “interesse da sociedade” não é um assassino.

No dia 17 de maio de 2006 a liderança do Movimento sofreu uma emboscada e o *Batalhão de Operações Especiais* (BOPE) realizou uma operação violenta contra os ocupantes:

[...] Dia 17 de maio [de 2006] houve uma [suposta] ocupação irregular do pessoal na Via Expressa [e] o *Coronel* [xxxxxxx] liga para mim e pergunta se era o MTL que estava lá. Eu [respondi]: “não.” [E ele disse]: “Vá lá e oriente o pessoal.” [...] Eu peguei uma moto [com um] rapaz e [...] quando cheguei lá era uma cilada e eu acabei sendo presa. [...] A gente percebeu que foi uma estratégia que eles fizeram para me prender, [pois] [...] eles tinham interesse em despejar [a ocupação Paulo Bandeira]. [...] Eu fui presa. Quando cheguei no 5º Distrito queriam me processar. [...] Já estava lá a *imprensa*, a *CUT*, [...] Dr. Narciso, que era *presidente estadual da OAB* na época compareceu também, *Lenilda* que é do PT [e] da marcha mundial das mulheres se envolveu no caso, o Isaac *presidente da CUT* levou a *advogado da CUT* e aí o delegado [alegou]: “eu não posso prender ela [a liderança] por que ela não cometeu crime nenhum.” Me prenderam, me botaram na viatura e tomaram meu telefone e me levaram para delegacia. [...] Enquanto eu estava na delegacia cercada de policial o pessoal aqui [do acampamento] também estava cercado [pelo] BOPE. O BOPE jogava bomba de gás, bala de borracha [e] o povo pegava as bombas e jogava de volta. [...] Foi uma guerra que saiu em reportagem na época. [...] [Está no Jornal] a *Gazeta* [do dia] 17 de maio. [...] A gente [soube que haveria] despejo, mas [não havia documento formal]. [Desconfiamos] [e] denunciamos [à *Secretaria de Defesa Social*]. A *CUT* fez um documento, a *Marcha Mundial das Mulheres* [representada por] *Lenilda* [também participou do manifesto] e aí fomos para Delegacia de Defesa Social, denunciamos na imprensa, fizemos corpo de delito no povo e aí afastaram [o suposto mandante que atuava no 5º Batalhão] da Região do Benedito. [Desconfiamos] que foi [o suposto Major do 5º Batalhão] quem articulou aquela operação [já que o processo de despejo] não passou pela Secretaria de Defesa Social¹⁶⁵ (MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE, 12 fev. 2009).

¹⁶⁵ Lapiere (*apud* MORAIS, 1981, p. 3 *apud* MELGAÇO, 2005, p. 16) diz que “[...] a brutalidade é a violência dos fracos, e a violência dos poderosos é calma, fria, segura de si mesma; suas técnicas de opressão são discretas, refinadas e, enfim, terrivelmente eficazes”. In: MORAIS, Regis de. **O que é Violência Urbana**. São Paulo: Brasiliense, 1981. 116 p.

Esse evento demonstra as estratégias do poder dominante para desarticulação do Movimento. No entanto, o considerável nível de conscientização, inclusive de direito, impeliu os ocupantes a registrarem queixa e exigirem que providências fossem tomadas. Cabe notar, ainda, a formação de uma rede solidária de agentes que compõem instituições em defesa e proteção dos sem-teto seguida de uma conseqüente legitimação da luta.

Esses eventos apontam para a força do Movimento capaz de agir contrariamente às forças hegemônicas. As resistências comprovaram a capacidade organizacional do Movimento e permitiu que aquele território continuasse sendo usado como base para as ações reivindicatórias em Maceió.

- Ocupações Dandara e Zumbi: a aparente ausência de conflito cessou no momento em que a *Prefeitura* anunciou a construção de um conjunto habitacional para os servidores públicos municipais naquela área, de modo que as famílias estão sob processo de despejo¹⁶⁶. No entanto, a *Secretaria de Estado da Infraestrutura* (Seinfra) pretende buscar uma nova área para a ocupação (LINS, 2009, acesso em 06 nov. 2009).

O fato é que as ocupações do MTL se localizam na área de influência do recém inaugurado *Shopping Pátio Maceió*, logo, o *setor imobiliário* apresenta interesse em se apropriar dos vazios daquela região que sofrem acentuada valorização após a construção daquele equipamento.

É preciso mencionar, ainda, que no período em que os sem-teto ocuparam os vazios no Benedito Bentes, o Movimento tentou estabelecer relações com os *Poderes Públicos Municipal e Estadual*. No entanto, a *Prefeitura Municipal* negou e o Governo do Estado aceitou negociar:

Quando o governo [Teotônio Vilela, do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB)] ganhou as eleições [em 2006] ele chamou e disse: “a gente não quer problema. A gente quer resolver o problema da habitação com vocês (MOVIMENTO TERRA TRABALHO LIBERDADE, 12 fev. 2009).

Já a gestão do Prefeito Cícero Almeida do Partido Progressista (PP) recusou uma relação mais próxima do Movimento como atesta o MTL:

Quando a gente ocupou as áreas [...] a gente mandou ofício para o Estado para pedir habitação popular [e] para Prefeitura pra pedir também habitação popular. O município teve quatro anos do governo Cícero Almeida [2005-2008] e nunca respondeu a um ofício nosso. [Não] estou falando da pessoa do Cícero Almeida, mas estou falando da Administração do Cícero Almeida. [...] Ele nunca atendeu um ofício do MTL por que ele nunca se preocupou com o movimento social. Ele não é um

¹⁶⁶ No *site* do Sindspref é anunciado a construção do Residencial Celly Loureiro 2, pelo Programa Minha Casa Minha Vida, financiado pela Caixa Econômica Federal, a ser executado nos terrenos ocupados pelo MTL.

governo aberto para movimento social. [...] A gestão dele não é. Eles não agem com movimento social. Eles não procuram os movimentos (MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE, 12 fev. 2009).

Os conflitos que apresentamos consistem apenas em um recorte temporal e espacial que objetivou evidenciar aqueles de maior relevância do ponto de vista político e espacial. Consideramos esses conflitos relevantes, pois eles evidenciam as relações de força dos agentes em questão, mas principalmente, revelam as desigualdades materiais e imateriais que condicionaram a disputa pelo território.

Nesse sentido, apresentamos na próxima seção as ações do poder público na resolução dos conflitos em torno dos vazios ocupados pelos sem-teto.

3.2 As ações do poder público na resolução dos conflitos em torno dos vazios ocupados pelos sem-teto de Maceió

A dimensão mais importante da natureza da cidade é aquela da co-existência. E isto significa, desde logo, assumir a cidade como o lugar do debate. É neste sentido que o urbanismo racional funcionalista que impregnou as cidades deste século, falhou: ao separar as funções da cidade por zona, feriu este princípio de co-existência que é o debate, destruindo portanto a urbanidade.

(Maria Adélia Aparecida de Souza, Cidade: Lugar e Geografia da Existência)

O período de ocupação de um vazio urbano por movimento social é acompanhado de muita tensão. A luta cotidiana é marcada por protestos, conflitos e negociações cujos desfechos podem ser favoráveis ou desfavoráveis aos que reivindicam moradia. Enquanto algumas ocupações conseguem algum benefício, mesmo que imediato, outras sofrem despejo.

De acordo com Osório (2006)

Os despejos forçados têm sido implementados em uma variedade de circunstâncias e por distintas razões, tais como falta de segurança na posse dos moradores de assentamentos informais; não efetivação da obrigação legal de regularização fundiária e urbanização de assentamentos informais pelo Estado brasileiro; desenvolvimento de projetos de infraestrutura, de embelezamento urbano e de revitalização de áreas centrais; conflitos fundiários entre sem-terras e latifundiários; dificuldade de acesso a subsídios e financiamentos habitacionais pelos grupos de baixa renda; transferências e reassentamentos forçados no contexto de conflitos armados entre policiais e traficantes; discriminação contra grupos étnicos ou raciais; reivindicação de terras públicas; dentre outros.

Para a autora (*ibidem*) “esses despejos [...] são efetivados com base em decisões judiciais fundamentadas em leis nacionais que se encontram defasadas ou desconformes em relação aos instrumentos internacionais de direitos humanos dos quais o Brasil é signatário”. Como exemplo, ela cita “a legislação processual nacional [...]” que “não considera a natureza coletiva dos conflitos fundiários envolvendo população de baixa renda e grupos vulneráveis e [que] é inadequada para responder à complexa realidade urbana e rural brasileira¹⁶⁷”.

Para além dessa questão jurídica, as desocupações por despejo ou reassentamento ocorrem por um processo, em que se institui uma norma global como padrão de controle e funcionamento das cidades, que desconsidera parcial ou totalmente as práticas espaciais de sujeitos que reivindicam o seu espaço. Conforme Ribeiro (s/d, p. 27)

Esta ordem [que acompanha a globalização da economia], tantas vezes imposta como diretriz para a ação do Estado, surge, basicamente, na forma de monitoramento de hábitos e costumes, padronização de ideários para a renovação urbana e intolerância. Esta ordem recusa a singularidade dos lugares, as memórias e, as estratégias e táticas de sobrevivência das camadas populares. E, também, nega o acúmulo de experiências políticas que pode permitir a afirmação de sujeitos sociais portadores de alternativas de futuro, para a experiência coletiva.

Nesse sentido, não raro, a solução encontrada pelo poder público, que confunde constantemente o direito público com o direito privado, é afastar os sem-teto dos espaços racionalizados pela hegemonia de modo que o direito de permanecer não lhes é reconhecido, tampouco efetivado. Como afirma Porto-Gonçalves (2002, p. 246) “a questão que se apresenta não é simplesmente a do direito de ir e vir, tão destacado pelo liberalismo mas, também o direito de permanecer [...] o direito de soberanamente decidirem/pactuarem o permanecer ou o deslocar”.

No entanto, no período entre 1999-2009 registramos as desocupações dos sem-teto em dois processos distintos: (i) desocupação por despejo empreendido pelo poder judiciário; (ii) desocupação por reassentamento em conjuntos habitacionais populares empreendidos pelos Poderes Públicos Municipal e Estadual.

Muitos dos eventos que influem nos processos de despejo desconhecem a história de luta dos sem-teto bem como as razões que os levaram a se organizarem e lutarem por um direito. São eventos que emanam de cima para baixo, de territórios estranhos à realidade local, e quando descem para tratar os de baixo, por não terem lógica com a racionalidade desses últimos, agem em desconformidade com os que sofrem a ação. Para melhor compreender

¹⁶⁷ Os procedimentos da ação de reintegração de posse datam de 1973, quando foi sancionado o Código de Processo Civil e até hoje [2006] não sofreram alterações substanciais (*ibidem*).

esses processos de despejo, analisaremos cada situação particular, como viemos fazendo anteriormente.

- **Desocupação Chico Mendes:** a repercussão das ocupações de prédios vazios do INSS ocorridas em 11 de abril de 2006 causou impacto nos setores que tratam da política habitacional brasileira. Pode-se dizer que o objetivo de chamar a atenção das três esferas de governo e das instituições públicas para a co-existência de déficit habitacional e de vazios urbanos potencialmente úteis à habitação foi alcançado.

Ao menos, após 2006, há uma intensificação dos discursos político-institucionais apresentados pela mídia e de alterações legislativas que apontam intenções de refuncionalização dos vazios da União para habitação de interesse social¹⁶⁸.

Uma notícia oficial da Secretaria do Patrimônio da União, por exemplo, (SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, s/d, acesso em 01 out. 2008) anuncia que

a determinação do governo de consolidar a destinação do Patrimônio da União como função socioambiental será efetivada com o aproveitamento de dezenas de milhares de bens da União, próprios ou de suas autarquias, fundações ou empresas, que se encontram vazios ou sub-ocupados. Os imóveis nessa situação atualmente oneram os cofres públicos. É o caso dos imóveis ociosos do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) e da Rede Ferroviária Federal (RFFSA) - em liquidação. A MP [Medida Provisória] 292 traz mecanismos que permitem a alienação pela venda direta destes imóveis aos beneficiários de programas de regularização fundiária ou de provisão habitacional de interesse social¹⁶⁹.

Outro impacto verificado a partir das ocupações dos vazios da União se deu na alteração da lei n. 9.636/1998 que dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União. A lei n. 11.481/2007 em seu artigo 1º deu nova redação aos dispositivos daquela lei autorizando o poder executivo a reconhecer oficialmente as ocupações de população de baixa renda em propriedades da União:

Art. 1º - O art 1º da Lei n. 9.363, de 15 de maio de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 1º É o poder executivo autorizado, por intermédio da Secretaria do Patrimônio da União do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a executar ações de identificação, demarcação, cadastramento, registro e fiscalização das ocupações nesses imóveis, inclusive de assentamentos informais de baixa renda, podendo, para tanto, firmar convênios com os Estados, Distrito Federal e Municípios em cujos territórios se localizem e, observados os procedimentos licitatórios previstos em lei, celebrar contratos com a iniciativa privada” (NR).

¹⁶⁸ Para uma busca mais ampla de notícias a respeito de políticas de reconversão de vazios urbanos da União para habitação de interesse social nas principais capitais brasileiras, acessar o sítio eletrônico do Ministério das Cidades: www.cidades.gov.br

¹⁶⁹ Uma das principais alterações da MP 292 sugere que o uso de imóveis vazios e subutilizados [devem servir] para habitação social, com alienação para venda direta aos beneficiários de programas habitacionais (*ibidem*).

No entanto, ao mesmo tempo em que essa alteração do dispositivo da Lei n. 9.636/1998 favorece o reconhecimento das ocupações de vazios da União, existe uma alteração no art. 9º, inciso I, que impede a inscrição de ocupações que ocorreram após 27 de abril de 2006¹⁷⁰.

O fato é que, no caso da Ocupação Chico Mendes, não houve, por assim dizer, nenhuma ação no sentido de se tentar conquistar o prédio do INSS por vias judiciais. Várias dificuldades foram impostas pelo poder público local que se utilizou de estratégias para desfazer o mais depressa possível aquela ocupação.

Uma das mais marcantes foi a recusa em coletar os resíduos sólidos produzidos pelos sem-teto, de modo que o lixo se amontoava na porta do prédio e em meio às famílias ocupantes que se desfaziam dele como podiam (Informação verbal fornecida por uma ocupante do prédio em maio de 2008).

Para a UMMAL,

[...] Os representantes dos poderes públicos [poderiam] agir de forma [a] trazer essas pessoas [necessitadas] para habitar áreas mais centrais, por que hoje se sabe que tem um grande número de casas ou de prédios públicos que não são habitados [e] que se poderia utilizar para que essas famílias pudessem habitar, [já que] às vezes [...] [o edifício ou a casa] não tem uma utilização para o fim que foi criado ou [mesmo] [...] é subutilizado (UNIÃO DE MOVIMENTOS DE MORADIA EM ALAGOAS, 11 fev. 2009).

Mas é preciso considerar, ainda, que aquele prédio se localiza no Centro Comercial de Maceió de modo que se torna alvo de interesse de agentes comerciários.

Em outubro de 2008 a justiça concedeu reintegração de posse ao INSS e as famílias foram despejadas. Os sem-teto se locomoveram em média 25 km do Centro para o terreno da CARHP na Cidade Universitária e se instalaram ao lado da Cidade de Lona¹⁷¹ (ver figura 3).

- Desocupação Nilda Ferreira: em agosto de 2008 os sem-teto receberam ordem de despejo acionada pela Reitora da UFAL sendo obrigados a deixar o terreno em 90 dias. Em 02 de novembro de 2008 os ocupantes se retiraram para o terreno da CARHP, ainda no bairro Cidade Universitária, e ficaram ao lado dos sem-teto da Chico Mendes (ver figura 3). Nesse processo de despejo, metade da ocupação se desfez.

¹⁷⁰ Verificamos, nesse sentido, uma estratégia do poder proprietário no sentido de coibir as ações que “ameaçam” o seu poder, fazendo uso do sistema normativo que objetiva sustar as ações subversivas e contra-hegemônicas.

¹⁷¹ Ainda em 2006 foi feito um cadastramento pela SMHPS. No entanto, alguns sem-teto chegaram após o cadastramento, de modo que esses não foram contemplados com o Conjunto Habitacional Cidade Sorriso 1 implementado pela Prefeitura Municipal em maio de 2009.

Ao lado da gleba onde estão os sem-teto, está sendo construído um conjunto habitacional pelo Governo do Estado para abrigar os moradores das favelas do Dique Estrada, localizadas na orla lagunar de Maceió. Segundo conversa informal com uma ocupante, a Seinfra tenta afastar a ocupação de perto do novo conjunto habitacional. Ela diz que a Secretaria tenta negociar o reassentamento provisório daquela população em um terreno da Caixa Econômica com barracos 2,20 x 4. No entanto, os sem-teto resistem em sair temendo mais um despejo ensejado pelo Banco proprietário do terreno e exigem as casas construídas pelo Poder Público Municipal na Cidade Sorriso 2, no bairro Benedito Bentes (ver figura 6).

- **Desocupação Cidade de Lona:** os acontecimentos responsáveis pelo reassentamento das famílias da Cidade de Lona tiveram origem numa disputa político-partidária que ilustra significativamente a *negação* do direito dos sem-teto em decidir pela permanência no lugar, de modo que a vida deles é decidida por agentes alheios à realidade em que vivem.

Segundo o MTL (MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE, 12 fev. 2009), o Governo Municipal, antes da Gestão do Prefeito Cícero Almeida, se comprometeu em construir as casas para os sem-teto da Cidade de Lona, mas até 2008 nenhuma ação foi efetivada nesse sentido. Em 2008 o Governo do Estado, na Gestão Teotônio Vilela, anunciou a construção de habitação de interesse social naquele terreno ocupado pela Cidade de Lona. O embate político-partidário responsável pelo reassentamento das famílias tem início nessa decisão do Governo Estadual.

Como os partidos da gestão municipal e da gestão estadual são oposição um em relação ao outro, ocorreu que aquelas famílias assistidas pela Prefeitura ficaram amarradas às ações da Prefeitura; e as famílias assistidas pelo Estado, ficaram amarradas às ações do Estado.

Resultado: como o conjunto habitacional construído no terreno da CARHP consistiu numa obra do Governo de Alagoas, os sem-teto da Cidade de Lona tiveram que ser removidos para um conjunto habitacional construído pela Prefeitura no Benedito Bentes. Essa ação combinada entre Governo Municipal e Governo Estadual contrariou à vontade e o desejo das famílias da Cidade de Lona em permanecerem no território em que haviam desenvolvido um sistema de relações a partir da materialidade existente naquele local e que lhes possibilitavam a sobrevivência. Como atesta a UMMAL, antes da remoção das famílias:

[...] A Cidade de Lona a princípio não queria [sair do terreno que ocupam] por que a idéia [daquelas] pessoas era permanecer [lá, já que] eles moram [há] [...] quase 10 anos [naquele local]. Moram em barraco de lona, mas ali criaram os laços. [...] Não é que as famílias queiram ficar [em] barraco de lona. Mas elas querem permanecer naquele lugar onde eles já criaram raiz. [...] A grande

maioria são trabalhadores informais, catadores de resíduos sólidos e vive de sucata, dessas coisas ou desempregados [que] fazem os bicos da vida: empregada doméstica, [etc.]. Mas essas pessoas, de qualquer forma, criaram uma relação [com aquele local], uma rede de trabalho. Então a princípio não queriam sair por que queriam ficar ali, por que queriam que as casas deles fossem construídas ali, mas não tinha como. [...] Aquele terreno tem pendência judicial (UNIÃO DE MOVIMENTOS DE MORADIA, 12 fev. 2009).

- **Desocupações Dandara e Zumbi:** essas ocupações estão em uma região de influência do novo *Shopping*, o Pátio Maceió, de modo que os terrenos onde se localizam as ocupações Paulo Bandeira, Dandara e Zumbi são de interesse do mercado imobiliário e do governo municipal e estadual para construção de conjuntos habitacionais populares pelo Programa do Governo Federal Minha Casa Minha Vida e que devem servir aos servidores públicos municipais e estaduais inscritos no Programa.

Portanto, aquela área que se tornou mais valorizada com a construção do *Shopping* constitui-se um ponto estratégico para o mercado imobiliário. Apesar de ser um bairro popular, há um forte interesse e atuação do mercado imobiliário voltado para a média e alta renda. Naquele momento, as famílias ocupantes se encontram sob ameaça de despejo.

Esses depoimentos denunciam as velhas práticas de gestão urbana em que as decisões relacionadas à população pobre e excluída são tomadas unilateralmente pelos agentes que assumem o controle do uso e ocupação do espaço e que fecham, constantemente, as arenas de debate político em que podem emergir interesses e alternativas contrárias à ordem hegemônica. Ignora-se, assim, a vida dos demais usuários da cidade com suas ações e falas propositivas.

Interpretamos que as práticas da gestão pública local não se coadunam com os discursos recentes emanados das diferentes esferas de governo que apregoam a necessidade da política participativa e do combate a segregação. Uma vez que os processos de despejo e reassentamento que relatamos ignoraram as alternativas de moradia incluindo o acesso à materialidade necessária à sobrevivência, que foram exaustivamente apresentadas pelos sem-teto, não é possível identificar avanços no sentido da política participativa e da integração da população pobre aos vazios em áreas centrais.

A exceção, talvez, caiba ao processo de reassentamento da Ocupação Paulo Bandeira cuja experiência demonstrou uma relativa participação direta dos sem-teto nas decisões tomadas pelo Governo Estadual com relação a construção do Conjunto Habitacional que levou o mesmo nome da ocupação. Como veremos a seguir, o dissenso instaurado espacialmente pelas ocupações caminhou para um consenso do tipo apresentado no tópico 1.2.3, em que nas palavras de Rancière (1996, p. 379-380) convida “os atores sociais” para

“verificar que a solução ‘mais razoável’ é na verdade a única solução possível, a única autorizada pelos dados da situação tais como os conhecem os Estados e seus especialistas” (aspas no original).

3.2.1 Do dissenso ao consenso: a supressão das alternativas contra-hegemônicas

Vasconcelos (2006, p. 26) diz que “já não é possível focalizar o Estado como um pólopositor aos movimentos [sociais], mas sim como um co-gestor das políticas públicas propostas na articulação entre os movimentos e o próprio Estado democrático [...]”.

Embora haja uma relativa autonomia dos movimentos sociais em relação ao Estado, esses não recusam de modo frontal a possibilidade de uma negociação (JACOBI, 1993, p. 154) de modo que “não pode ser desconsiderado o fator negociação na relação entre movimentos e Estado” (BOSCHI; VALADARES, 1983 *apud* JACOBI, 1993, p. 17)¹⁷².

Nesse sentido, é preciso compreender que é possível ocorrer “mudanças nas motivações e nos objetivos da ação social” a partir da “mediação de instituições” e de corriqueiras “alianças políticas”, como aponta Ribeiro (2009, p. 154). Esse foi o caso da Ocupação Paulo Bandeira. A ocupação estabeleceu estreitos laços de cooperação com a Gestão do Governador Teotônio Vilela. Como afirma o MTL

[...] O Governo entendeu que a gente já tinha brigado muito ainda na época do Ronaldo Lessa [e] foi chamando [os movimentos sociais] para sentar dizendo que queria discutir o projeto [de habitação de interesse social] junto aos movimentos sociais. Numa reunião ele [o Governador] dizia [a] mim: “me dê um voto de confiança.” E a gente [do MTL pensava]: “é um usineiro. Como é que a gente vai dar voto de confiança?” Mas a gente tem que entender que nem tudo é quebra de braço. Tem uma época que você tem que ceder e ver aonde é que vai chegar. Por que como é que eu posso dizer que eu confio em tu se eu não te dou espaço para que tu mostres o teu lado. (MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE, 12 fev. 2009).

Nesse processo de negociação, o Governo de Alagoas ofereceu um terreno para construção de um conjunto habitacional em uma área distante da que os sem-teto ocupavam. Essa área localiza-se na periferia do bairro Benedito Bentes. Por isso, os sem-teto resistiram, inicialmente, em aceitar a proposta do governo estadual, pois se preocupavam com a distância do novo conjunto em relação às áreas mais centrais e de mais fácil acesso a transporte e trabalho. No entanto, acabaram concordando com a localização do terreno, pois tinham receio

¹⁷² BOSCHI, Renato; VALADARES, Lícia do Prado. Problemas teóricos na análise de movimentos sociais: comunidade, ação coletiva e o papel do Estado. **Espaço e Debates**. São Paulo, NERU, 8, jan./abr. 1983.

de serem esquecidos pelo próximo Governo de modo que aceitaram a proposta. Segundo o MTL

[...] [Para construção do Conjunto] Paulo Bandeira o estado já tinha [o terreno]. A gente [queria] muito que fosse rápido e o [Governador Teotônio Vilela através da Resolução 460 ofereceu] [...] o terreno que é o [da] Cidade Verdejante I [e] a gente [respondeu que íamos] pensar. [...] Fomos para a base, fizemos assembléia e aí o pessoal decidiu que queria. [Em uma] próxima reunião com o Governador a gente foi lá e disse [que] o pessoal aceitou, mas [que] antes a gente [iria] visitar. [Visitamos e] o pessoal [concordou em aceitar o terreno]. [Então] o Governador marcou e assinou a ordem de serviço. Então houve um envolvimento do povo se queria [ou] se não queria. [Mas] a gente disse [que havia] dificuldade [de] transporte (MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE, 12 fev. 2009).

Em verdade, a escolha das áreas para implantação de conjunto habitacional para sem-teto, restringe-se ao poder público. As únicas opções dos sem-teto da Paulo Bandeira, por exemplo, eram *aceitar* ou *não aceitar*, de modo que a opção de usar o vazio que ocupavam para implantação das casas, mesmo essa constituindo uma possibilidade, foi descartada pelos próprios agentes do Governo.

Como afirma a UMMAL, não há participação dos movimentos sociais nas escolhas dos locais para intervenções do poder público quando se trata de projetos para população pobre, mas no caso dos setores imobiliários lhes são conferidas a decisão das áreas para materialização das intervenções públicas e privadas. A UMMAL reclama que

No Programa Social de Habitação [Programa de Subsídios à Habitação de Interesse Social] (PSH) que o Município e o Estado trabalham nós não temos nenhuma influência na escolha [do] terreno como também não temos nenhuma influência com relação ao projeto da casa. Então a coisa já é pronta, é aquele modelo, o terreno é X por X e tem a casinha nesse modelo tradicional que nós conhecemos [e] que inclusive é muito discutido por que não atende as necessidades das famílias. [...] Então hoje não há [...] consulta [aos que vão ser beneficiados com algum projeto de habitação popular]. E geralmente esses terrenos, como eu tinha até falado anteriormente, são terrenos distantes dos centros, que às vezes oferece uma infraestrutura [ou] não. Então [a ação dos poderes públicos é a de] afastar. Quanto mais afastado dos centros, melhor (UNIÃO DE MOVIMENTOS DE MORADIA DE ALAGOAS, 11 fev. 2009).

No entanto, a Ocupação Paulo Bandeira atendida pelo Programa Operações Coletivas regulamentado pela Resolução 460/518, foi exceção no que toca a participação, mesmo que relativa, na elaboração do projeto e execução das casas. De acordo com o Movimento, os técnicos só se preocupavam com a construção da casa que possuía 32m² conforme o projeto. O Movimento não se contentou apenas com as 780 casas e exigiu: equipamentos de uso coletivo; a inserção de mais um quarto no projeto original¹⁷³, a contratação dos militantes das

¹⁷³ O projeto original contava apenas um quarto.

três ocupações do MTL pela construtora Borges e Santos para trabalharem na construção das casas e, um projeto social¹⁷⁴.

O fato é que, como atesta a UMMAL (UNIÃO DE MOVIMENTOS DE MORADIA DE ALAGOAS, 11 fev. 2009), as intervenções do poder público na construção de conjuntos habitacionais nem sempre dependem da ideologia e do projeto político-partidário do prefeito ou governador, mas da *capacidade* dos movimentos de sem-teto convencer o poder público a atender a demandas específicas desses grupos. Desse modo, as políticas públicas locais dependem, relativamente, das alianças políticas e de um agir comunicativo que engendra relações pessoais envolvendo movimento social, gestores públicos e agentes externos.

Nesse sentido, verificamos a existência de uma rede de relações inter-agentes determinante para as conquistas dos Movimentos: a UMMAL, por exemplo, se relaciona com gestores da SMHPS, da Seinfra e Caixa Econômica, bem como com um Deputado Estadual e com o Sindicato dos Bancários que oferecem, esses dois últimos, uma estrutura administrativa que facilita a organização do Movimento (*ibidem*). Para esse Movimento, a maior abertura para negociação e conquista dos objetos reivindicados dependem, relativamente, da visão de mundo do gestor que está à frente do cargo público.

Já o MTL, reafirma sua relação estreita com a Gestão do Governador Teotônio Vilela diante da insistente resistência da Gestão Municipal do Prefeito Cícero Almeida em receber as reivindicações do Movimento. Para esse Movimento, ocorre uma disputa político-partidária que acaba por envolver os movimentos sociais, de modo que se eles são acolhidos por uma gestão de um partido são automaticamente rejeitados pela outra:

[...] Em Maceió a gente ainda não conseguiu avançar com o Cícero Almeida por que é uma briga política de partido que aí quase todo mundo sabe dessa história do Município e do estado [que] aqui em Maceió é meio complicado. [...] A gente achou muito entendimento com o Secretário de Habitação da Seinfra, com a Superintendente [deste órgão público] [e] com a equipe das Assistentes Sociais [também deste órgão]. [Esse] pessoal sempre [viu o MTL] com bons olhos (MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE, 12 fev. 2009).

Entretanto, não podemos desconsiderar a importância das ocupações e protestos dos movimentos sociais a fim de pressionarem o poder público visando a conquista de acesso à materialidade urbana, de modo que essas ações politicamente organizadas constituem um método político-pedagógico de (re)conhecimento da realidade urbana que pode ser apreendida pelos gestores públicos. Conforme a UMMAL

¹⁷⁴ Esse projeto social consiste na promoção dos seguintes cursos profissionalizantes: *biscuit*, tintura em tecido, produtos de limpeza, frentista, camareira.

[...] Tudo [que conquistamos] foi na base da ocupação. TUDO. Desde uma casa, uma creche, uma escola, um ônibus de linha que é direito tudo isso foi ocupação que nós fizemos através dos protestos de bloqueio de estrada ou ocupação nos próprios terrenos, ocupações nas organizações do governo, nas sedes do governo. Então onde tem espaço a gente ocupa e é através da reivindicação que a gente consegue alguma coisa. Tudo isso que a gente conseguiu foi com reivindicação (UNIÃO DE MOVIMENTOS DE MORADIA EM ALAGOAS, 26 jan. 2009).

Essas são as formas de “consolidação do espaço como lócus de aprendizados políticos e de amplificação das reivindicações sociais” (RIBEIRO, 2009, p. 154) de modo que “a complexidade desse meio construído coletivo e plural, numa trama de relações desiguais, permeadas por interações de cooperação e conflito levam a uma constante negociação” (SANTOS, 1996 *apud* MIRANDA, 2005, p. 47)¹⁷⁵.

Infelizmente, como aponta Ribeiro (2000, p. 245), muitos dos resultados dessas negociações implicam “soluções rápidas para a questão urbana [e] justifica ações que não correspondem, ou que correspondem pouco, à historicidade da experiência urbana latino-americana, retendo o imaginário social e político e fragilizando lideranças populares”. Para essa socióloga (*ibidem*, p. 240) “existem atos a serem reconhecidos e valorizados e, ainda, vozes a serem ouvidas e inscritas na formulação dos futuros possíveis”.

No entanto, como demonstraremos a seguir, as experiências, bem como as falas dos sem-teto foram relativamente ignoradas uma vez que as intervenções do poder público local respaldaram-se em velhas práticas de gestão em que prevaleceu a segregação e a exclusão como resposta ao ordenamento da cidade segundo os preceitos econômicos/hegemônicos.

3.2.2 As intervenções hegemônicas e a reprodução de velhas práticas urbanísticas

De maneira geral, os gestores públicos encontram obstáculos para combate ao déficit habitacional por agirem respaldados em modelos econômicos baseados em lógicas econômicas espacialmente segregadoras. Uma das alternativas de combate ao déficit seria o uso do aparato jurídico-normativo que possibilitasse a utilização de vazios urbanos localizados em áreas materialmente consolidadas. Isto já traria um ganho aos usuários da cidade uma vez que o que se busca é a materialidade construída fundamental à sobrevivência. No entanto, as políticas dos governos, que insistem em setorizar as práticas de gestão urbana e

¹⁷⁵ SANTOS, Milton. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. **Boletim Gaúcho de geografia**. n.21, p. 7-14, 1996

os usos da cidade, acabam por ignorar essa alternativa. O fato é que nesse modelo econômico/hegemônico as políticas sociais se confundem com políticas econômicas.

O caso mais recente, que nos serve como exemplo, é o Programa Habitacional do Governo Federal: Minha Casa Minha Vida. Nesse Programa, há um incremento financeiro às imobiliárias para produção de habitação segundo faixas de renda (política econômica), mas não há uma preocupação com a localização dessas habitações (política social e urbana), de modo que alguns críticos chamam a atenção para a possível reprodução da segregação espacial pelo fato do programa não considerar aspectos fundiários e urbanísticos. Para Rolnik (*apud* PAIVA, 2009) uma intervenção desse tipo

não pode prescindir de uma estratégia fundiária e urbanística [...] caso contrário vai haver substancial aumento no preço dos terrenos, com duas possíveis conseqüências: o subsídio do governo vai escorrer pra os donos de terras ou a baixíssima renda vai ser alocada nos terrenos mais baratos e apartados [...] sem infraestrutura, emprego, reproduzindo nosso modelo clássico de desenvolvimento urbano.

Rolnik (*ibidem*) ainda critica a lógica do Programa Habitacional ao pensar “em uma única estratégia” que consiste “na produção de mais casas” quando alternativas como “urbanização e regularização de áreas precárias já construídas, aluguel subsidiado e ocupação de prédios vazios” constituiriam alternativas razoáveis.

Essa análise nos permite fazer um paralelo com as soluções e intervenções engendradas pelos poderes públicos locais para atendimento das reivindicações dos sem-teto que estudamos. Em Maceió, as intervenções habitacionais ocorreram de forma pontual, sem uma explícita política urbana que articulasse as ações e as necessidades materiais territorialmente localizadas.

Baseada no modelo de produção habitacional fundamentado no incremento financeiro dos setores imobiliários e sem uma política fundiária e urbanística de controle do preço da terra em áreas materialmente consolidadas – o que contrariaria os interesses hegemônicos – restou às gestões públicas maceioenses a opção pela reprodução da periferização dos sem-teto sem o devido cuidado em se evitar os riscos sociais decorrentes desse processo já conhecido pelos estudiosos do planejamento urbano.

As gestões públicas locais por não contarem com receita própria para intervenções habitacionais dependeram de incentivos financeiros do Governo Federal provindos do Orçamento Geral da União (OGU), da Resolução 460/518 e do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) entre 2000-2009. Todavia, a liberalização desses incentivos para construção de unidades habitacionais esteve condicionada à doação de terras em áreas

infraestruturadas pelos poderes públicos de Maceió e Alagoas. Como o Município e o estado não possuem banco de terras, política de combate à especulação de vazios em áreas centrais e nem política de uso de prédios públicos vazios como parte de uma política habitacional mais ampla; a alternativa encontrada diante da limitação dos recursos foi a aquisição de terras na periferia da cidade¹⁷⁶.

Nesse sentido, a gestão pública desconsiderou as alternativas propostas pelos sem-teto que consistiam no uso dos vazios públicos em áreas centrais e, respondendo à lógica hegemônica de uso e ocupação do solo, construíram os conjuntos habitacionais não só na periferia da cidade, mas na periferia dos próprios bairros periféricos caracterizada pela falta dos atributos espaciais necessários à sobrevivência. Sabemos que a questão é mais política do que técnica.

Se observarmos a figura 3, vemos, através das vias pavimentadas, que as ocupações estiveram localizadas em áreas centrais, densamente ocupadas e melhores servidas por infraestrutura e transporte. Mas quando observamos a figura 6 verificamos que as intervenções da gestão municipal e estadual no período compreendido entre 1999-2009 ocorreram nas áreas com escassez de atributos espaciais, ou seja, distante da centralidade dos próprios bairros.

Nesse processo de periferização, destacamos quatro intervenções da gestão municipal e estadual que resultaram das lutas socioespaciais engendradas pelos dois movimentos de sem-teto de Maceió. Sugerimos acompanhar a descrição do deslocamento dos sem-teto pela figura 7 que apresenta espacialmente o processo de periferização.

- **Conjunto Cidade Sorriso 1:** consistiu numa obra da Prefeitura Municipal de Maceió financiada pelo Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) tendo sido inaugurada em julho de 2007 no bairro Benedito Bentes. Em maio de 2009, 590 famílias da Ocupação Cidade de Lona e da Ocupação Chico Mendes que foram cadastradas em 2006 foram reassentadas nesse conjunto. Esse processo já foi descrito no tópico anterior. Além dessa ocupação planejada, o Conjunto abrigou mais três ocupações espontâneas: (i) parte da

¹⁷⁶ O Plano Diretor de Maceió (Lei n. 5.486 de dezembro de 2005) em seu artigo 114 dispõe que “na definição de locais para implementação de Zonas Especiais de Interesse Social 2 deverão ser priorizadas as áreas não edificadas, subutilizadas ou não utilizadas, providas de infraestrutura, de serviços e de saneamento básico”. Apesar dessa disposição, constatamos o não uso desse dispositivo pelas gestões públicas locais quando intencionam construir habitação de interesse social.

favela conhecida como Dique Estrada localizada na Orla Lagunar; (ii) comunidade Canaã, no bairro Canaã e; (iv) comunidade River Plate localizada no bairro Tabuleiro do Martins¹⁷⁷.

- **Conjunto Cidade Sorriso 2:** esse conjunto também foi executado pela Prefeitura Municipal de Maceió, inaugurado em 2008. Para lá está previsto o reassentamento da ocupação Chico Mendes e de 113 famílias da Ocupação Nilda Ferreira. Até outubro de 2009 as famílias continuavam acampadas no Eustáquio Gomes e reclamavam a morosidade no atendimento.

- **Conjunto Paulo Bandeira:** esse conjunto foi concretizado a partir da Resolução 460/518 que prevê recursos do FGTS para HIS. Foi inaugurado em setembro de 2009 pela Gestão Estadual e serviu para o reassentamento de 780 famílias da ocupação Paulo Bandeira e da Favela da Grota da Alegria.

- **Conjunto Santa Maria:** em fase de construção, essa obra do Governo de Alagoas localiza-se no terreno antes ocupado pela Cidade de Lona, tendo sido disputado pelas famílias que se fixavam naquele local há dez anos. Esse conjunto, que conta 821 unidades habitacionais, servirá à parcela dos não pescadores do Complexo de Favelas do Dique Estrada que não foram reassentados na Cidade Sorriso 1. As famílias que vivem da pesca serão abrigadas em outro conjunto intitulado Vila São Pedro que foi executado pela gestão estadual próximo ao Complexo de Favelas.

Apesar dessas quatro intervenções que destacamos, devemos considerar outras intervenções ocorridas entre 2000-2009 para reassentamento de inúmeras famílias de ocupações espontâneas. A tabela 1 abaixo apresenta as principais, bem como a figura 6.

TABELA 1: CONJUNTOS HABITACIONAIS IMPLANTADOS PELO PODER PÚBLICO MUNICIPAL (2000-2009)

Conjunto Habitacional	Bairro em que se localiza	n. de unidades habitacionais
Selma Bandeira	Benedito Bentes	335
Carminha/Freitas Neto	Benedito Bentes	2.400
Denisson Menezes	Cidade Universitária	682
1º de junho	Benedito Bentes	200
Carminha 1	Benedito Bentes	1.003

¹⁷⁷ As comunidades River Plate e Canaã foram ocupações espontâneas agregadas à UMMAL. No caso da Comunidade River Plate, as famílias ocupavam um terreno privado, cuja posse foi reintegrada em 2008 ao proprietário. Cerca de 74 famílias lutaram pela permanência no local junto aos poderes públicos Municipal e Estadual, mas foram despejados (SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO DE ALAGOAS, 16 mai. 2008).

Freitas Neto	Benedito Bentes	741
Cidade Sorriso I (Cidade Verdejante III)	Benedito Bentes	62
Cidade Sorriso I	Benedito Bentes	1.480
Cidade Sorriso II	Benedito Bentes	1.046
Conjunto Vila dos pescadores I e II	Trapiche da Barra	450 apartamentos

Fonte: Questionário SMHPS, setembro de 2009.

Como verificamos, a implantação de conjuntos habitacionais para baixa renda concentraram-se nos bairros Benedito Bentes e Cidade Universitária. No entanto, destacamos as quatro intervenções, pois elas foram concretizadas a partir da luta e reivindicação dos movimentos de sem-teto de Maceió que acabou por “beneficiar” famílias de outras ocupações espontâneas e mais antigas da cidade.

O que as quatro intervenções que destacamos tem em comum é a ausência de transporte, escolas, postos médicos, centros de lazer e trabalho como constatamos ao visitar aqueles locais. Não raro, diante desses problemas urbanos, as famílias, principalmente daquelas ocupações espontâneas, voltam a morar nos lugares de origem.

Esse processo de periferização possui uma lógica que serve ao controle do território urbano pelos agentes hegemônicos. Como afirma Guattari e Rolnik (1999, p. 148)

O Estado assistencial começa pela organização de uma segregação que empurra, para fora dos circuitos econômicos, uma parte considerável da população. E num segundo momento ele vem socorrer, vem dar assistência a essa população, mas com a condição de ela passar por esse sistema de controle.

Assim, notamos que as intervenções da gestão pública coadunam-se com a racionalidade hegemônica que estratifica a cidade segundo níveis de renda e nega o direito não só a moradia, mas a urbanidade. É nesse sentido que as práticas dos sem-teto foram genuinamente ignoradas, pois a decisão dos locais para onde as famílias deveriam ir restringiu-se aos gestores públicos fechando as possibilidades de conquista dos territórios ocupados pelos sem-teto.

Sobre esse processo de periferização que nega as alternativas e a participação dos sem-teto na escolha referente ao acesso às áreas centrais da cidade consta abaixo os depoimentos dos Movimentos

[A habitação popular é construída] onde [o governo] conseguir área e aí tem um problema sério que a gente sempre discute: infelizmente [há] uma [ação] muito ruim dos administradores públicos, e isso nacionalmente, [que] é a de colocar o pobre no lugar mais distante. Você além de ser excluído da sociedade, eu falo socialmente e economicamente, ele também tem que ser excluído da cidade que funciona, que oferece os acessos, dessa cidade que oferece transporte, que oferece educação, que [permita o] acesso aos lugares mais próximos, aos serviços, então a tendência é sempre colocar o mais distante possível e esconder também. Tem essa outra política do esconder. Eu tenho que esconder da minha cidade bonita, da minha cidade que funciona, da minha cidade dos ricos,

esconder os pobres. Eles têm que ficarem lá, por que são marginais, são analfabetos, são pessoas indecentes (UNIÃO DE MOVIMENTOS DE MORADIA DE ALAGOAS, 11 fev. 2009).

[Percebemos que para] o poder [público], ta na cara isso, é no país inteiro [e] não só em Alagoas, a gente agrada só de quatro em quatro anos. Mas na hora de resolver o nosso problema a solução é ir pra bem longe, bem longe. Bastante longe (MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE, 12 fev. 2009).

Nesse sentido, verificamos a incipiente política de planejamento urbano e de gestão democrática existente no Município de Maceió que necessita, urgentemente, ser repensada e refeita.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que expomos, verificamos que de fato há uma estreita relação entre gestão pública e interesses privados, visto que o Estado age fundamentalmente para salvaguardar os interesses econômicos de proprietários de terras e de agentes imobiliários.

Com relação às seis ocupações que estudamos, vimos que o poder público e a justiça agiram no sentido de desfazê-las através de instrumentos jurídicos que despejaram, em um primeiro momento, e reassentaram em um segundo momento. Apesar dos sem-teto lutarem pela permanência nas áreas centrais, mesmo sendo de um bairro periférico, vimos que a gestão pública municipal e estadual reassentou as populações nas áreas mais escassas dos bairros periféricos caracterizadas pela ausência ou incipiência de infraestrutura e equipamentos de uso coletivo, bem como de condições de acesso a possíveis empregos em áreas centrais da cidade. Nesse cenário, em que se reproduziu a segregação sócioespacial, não é difícil imaginar a reprodução, também, dos problemas urbanos estruturais como falta de emprego e renda, da violência como alternativa de vida e, possivelmente, da formação de novos movimentos de protesto e reivindicação que irão se apropriar, novamente, dos espaços hegemônicos.

Nosso trabalho se limitou a estudar as ocupações de vazios pelos sem-teto maceioenses. Mas é preciso compreender detalhadamente os limites e as possibilidades de uma política habitacional em Maceió que (re)organize o espaço urbano em função de um uso de áreas desocupadas que atenda os interesses da sociedade como um todo, e não só de alguns setores econômicos.

As ocupações de vazios urbanos por movimentos de sem-teto denunciam, em última análise, “o esgotamento das formas dominantes de construção das relações sociedade-espaço” (RIBEIRO, 2009, p. 151). Nesse sentido, sugerimos algumas idéias-força que poderiam servir a reconstrução dessas relações no contexto das racionalidades contra-hegemônicas. Seriam as seguintes idéias-força:

1. A política habitacional pode fazer parte de um planejamento territorial mais amplo que considere os vazios urbanos em áreas centrais da cidade e dos bairros como possibilidade de uso para combate ao déficit habitacional. Para tanto, é preciso inverter a lógica de apropriação desses vazios, subordinando o uso econômico e corporativo ao uso social e coletivo.

2. A gestão pública pode empreender “um projeto coletivo de sociedade, que subordine os muitos interesses privados a um interesse público maior” (COUTINHO, 1991 *apud* RIBEIRO, 2000, p. 250)¹⁷⁸ de modo que o direito de propriedade, como direito privado, possa ser subordinado ao direito à moradia, como direito coletivo. Para tanto, é preciso considerar o território usado como base de realização das ações de todos os agentes sociais.

3. É preciso considerar as demandas sociais do lugar. Nesse sentido, o planejamento urbano e a política habitacional tem de fazer um nexos com as práticas espaciais locais, considerando as inúmeras alternativas de formas de moradia apresentadas pelos usuários da cidade que não participam dos modelos econômicos e arquitetônicos globais.

4. É preciso conhecer a formação sócioespacial da cidade a fim de compreender o processo de segregação e exclusão de parcela da população. Essa compreensão por parte dos gestores públicos pode auxiliar o desvendamento de novas formas de combate à reprodução desse processo.

5. O planejamento, apesar de consistir num instrumento técnico, é essencialmente político. Portanto, é necessário que a gestão pública permita a participação efetiva dos movimentos sociais na elaboração dos projetos de intervenção pública e incorporem as escolhas advindas desses movimentos na apropriação e organização do território urbano.

6. Diante da capacidade organizacional dos movimentos sociais urbanos e do alcance de suas lutas, estes não podem mais ser ignorados pela gestão pública como portadores de projetos de cidade. Nesse sentido, acreditamos que a relação movimento social ⇔ gestão pública pode ser salutar à medida que suas ações representem chances de mudanças conjunturais e estruturais na conversão do processo de dominação da terra urbana e da produção habitacional.

7. Diante da apropriação corporativa do território urbano, resta aos sem-teto se utilizarem de táticas para terem acesso aos benefícios materiais disponíveis a apenas parte da população urbana. Nesse sentido, as táticas dos sem-teto devem ser contextualizadas territorialmente. A ocupação de vazio, como tática de luta, consiste na reivindicação do direito à moradia

¹⁷⁸ COUTINHO, Carlos Nelson. Pluralismo: dimensões teóricas e políticas. **Cadernos ABESS**, n. 4. 1991.

constituindo uma ação imprescindível à conquista da materialidade espacial. Cabe a gestão pública realizar as devidas contextualizações nos momentos em que aparece para mediar conflitos.

8. Diante da insistente criminalização dos movimentos sociais pelos agentes hegemônicos, é preciso considerar o outro lado, isto é, ouvir e entender as razões que orientam as práticas dos movimentos sociais. A busca dessa racionalidade contra-hegemônica deve partir da análise do território usado, objeto de disputa e de conflito de interesses entre agentes hegemônicos e contra-hegemônicos.

9. Em Maceió não existe uma política de uso dos vazios urbanos atrelada a uma política habitacional que vise combater o déficit e a segregação sócioespacial. As intervenções da gestão municipal e da gestão estadual para resolução do problema habitacional dos movimentos de sem-teto ocorreram em áreas periféricas destituídas de infraestrutura e equipamentos de uso coletivo. Desse modo, constatamos que apesar da crítica largamente difundida pelos estudiosos do planejamento urbano a respeito dos problemas da periferização da população pobre, a gestão pública local não a considerou. Nesse sentido, é preciso urgentemente, a elaboração de um planejamento urbano, articulado territorialmente, e que atenda às demandas de moradia considerando o acesso aos benefícios urbanos.

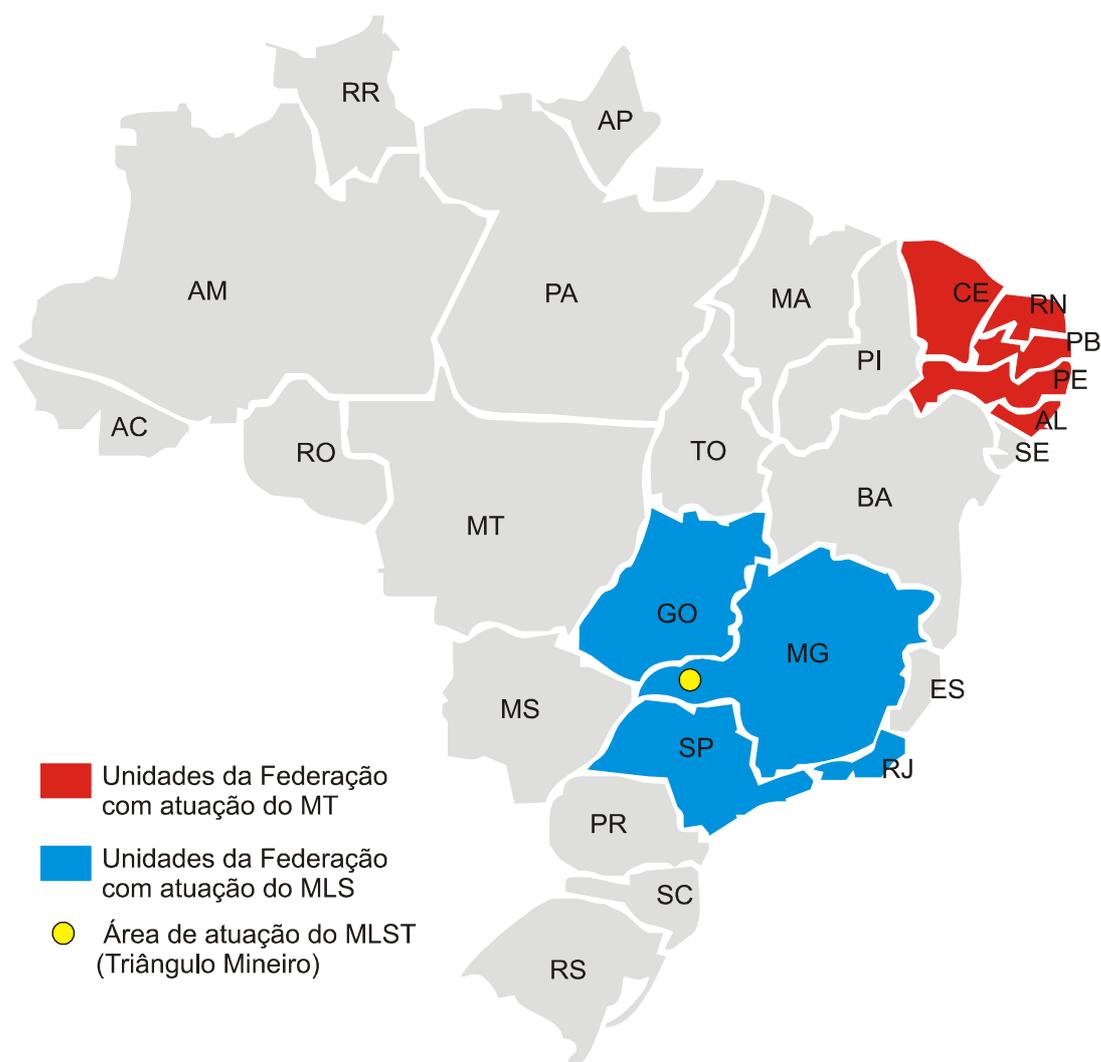
A partir desses apontamentos, precisamos considerar as ocupações de vazios urbanos não como ameaça à urbanidade e a convivência social, mas como ação política que visa combater os problemas sócioespaciais vivenciado por grande parte da população que não tem acesso à transporte, emprego, educação, saúde, etc. Como afirma Bitoun (1991, p. 44) “[...] a gestão da cidade não pode prescindir da expressão política dos segmentos sociais que fazem uso do espaço urbano”, e como diz Souza (1997) “discutir projetos sociais, desprezando o território, é aprofundar as desigualdades, pois a gestão do território não pode se distanciar dos desígnios da sociedade”.

Nesse sentido, concordamos com Ribeiro (2008)¹⁷⁹ quando se refere a justiça urbana. Ela nos diz que “não é só uma questão de acesso a terra e a distribuição de renda, mas saber como as injustiças não vão ser reproduzidas”. Uma alternativa seria considerar as práticas dos sem-teto quando estes se apropriam de determinados vazios urbanos.

¹⁷⁹ Conferência proferida pela Professora Ana Clara Torres Ribeiro, no Seminário Política e Planejamento ocorrido em Curitiba, Paraná, em agosto de 2008.

FIGURAS

Figura 1. Unidades da Federação onde atuam os Movimentos Sociais que deram origem ao MTL



Fonte: CENTRO DE MÍDIA INDEPENDENTE, 03 abr. 2004, acesso em 10 set 2009.

Elaboração cartográfica: Andréia Lopes Muniz Corrêa e Carlos Eduardo Nobre

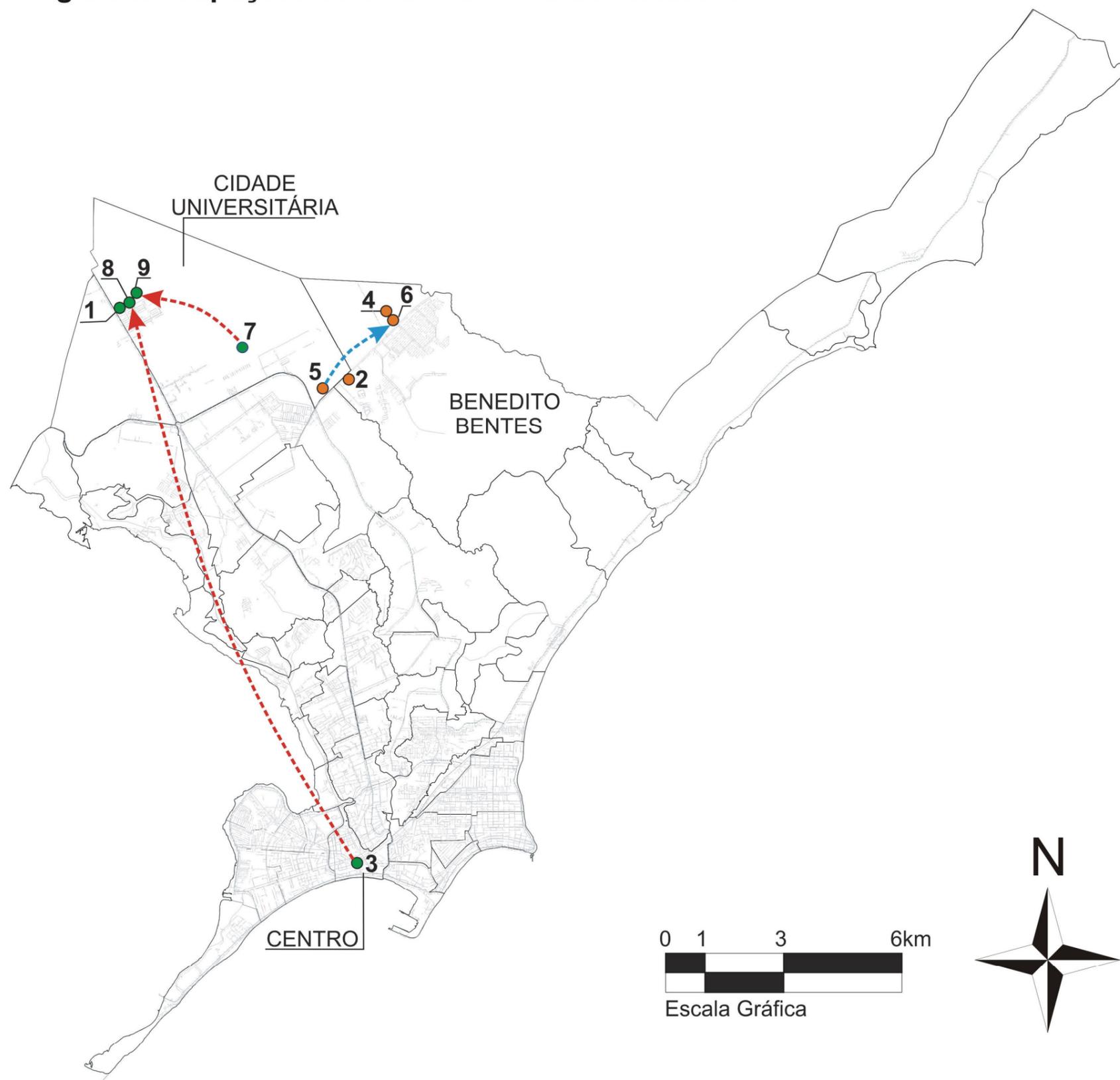
Figura 2. Unidades da Federação onde atua a UNMP



Fonte: União Nacional por Moradia Popular. Disponível em: <http://www.unmp.org.br/>
Acesso em 10 ago. de 2009.

Elaboração cartográfica: Andréia Lopes Muniz Corrêa e Carlos Eduardo Nobre

Figura 3. Ocupações do MTL e da UMMAL em Maceió



LEGENDA:

1. 1999 - Cidade de Lona
2. fev/2006 - Paulo Bandeira
3. abr/2006 - Chico Mendes (INSS)
4. nov/2006 - Dandara
5. ago/2007 - Zumbi
6. ago/2007 - Zumbi
7. jan/2008 - Nilda Ferreira
8. out/2008 - Chico Mendes
9. nov/2008 - Nilda Ferreira

- - - - - ➔ Deslocamento por despejo
- - - - - ➔ Deslocamento espontâneo
- Ocupações UMMAL
- Ocupações MTL

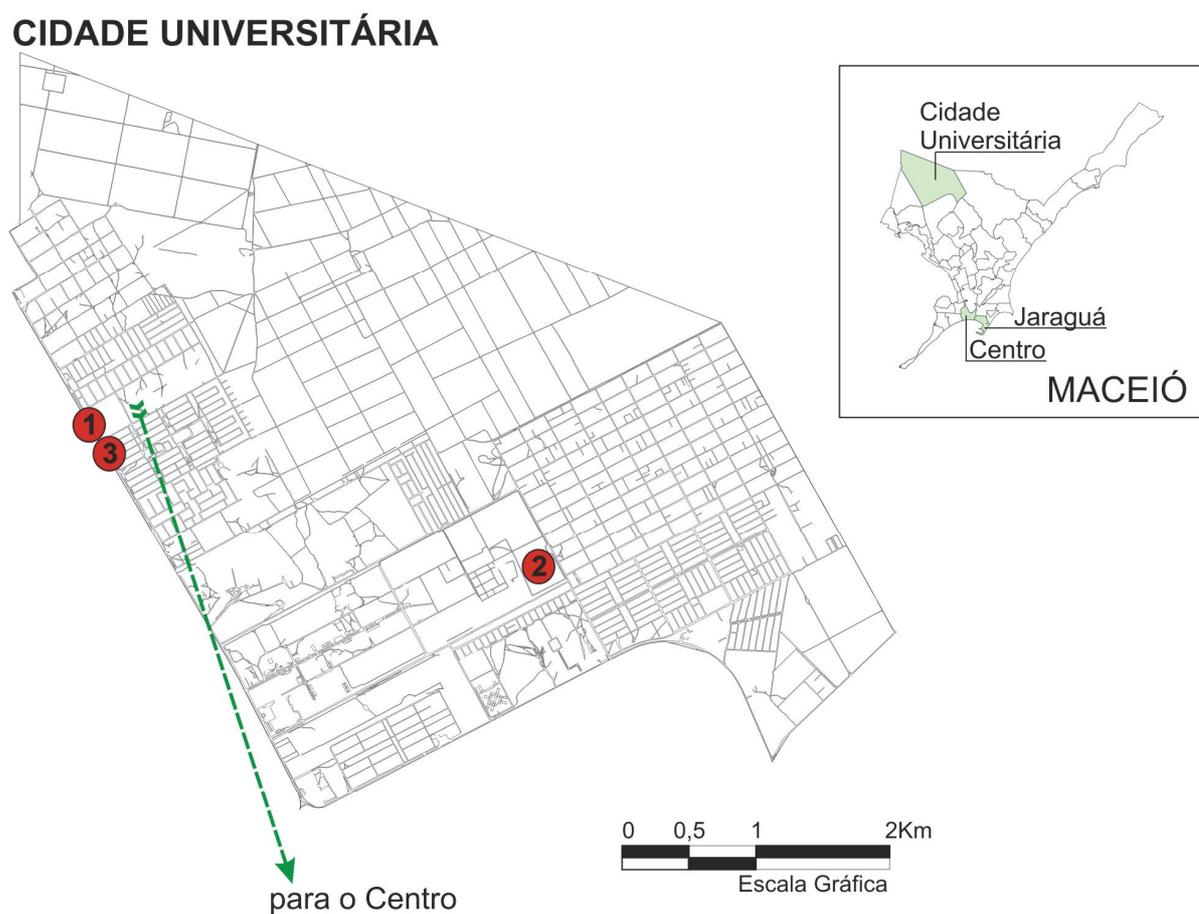
0 1 3 6km
Escala Gráfica



Fonte: Mapa base da Prefeitura Municipal de Maceió, 2000.

Elaboração cartográfica: Andréia Lopes Muniz Corrêa e Carlos Eduardo Nobre

Figura 4. Ações de protesto da UMMAL entre 2003 e 2008 em Maceió



Protestos da UMMAL

» — ➔ 29 ago. 2003: Passeata da Cidade de Lona para OAB (100 manifestantes)

① 19 mai. 2003: Bloqueio da BR 104 (300 manifestantes)

② jan.- ago. 2008: Resistência ao despejo da ocupação Nilda Ferreira.

③ 26 nov. 2008: Bloqueio BR 104 (150 manifestantes)

Fontes: BEZERRA, Jamylle. Primeira Edição. 22 abr. 2008;

Entrevista Seinfra, 16 mai. 2008.

GALVÃO, Cláudia e VILAR, Luis. Jornal Alagoas 24 horas. 22 abr. 2008;

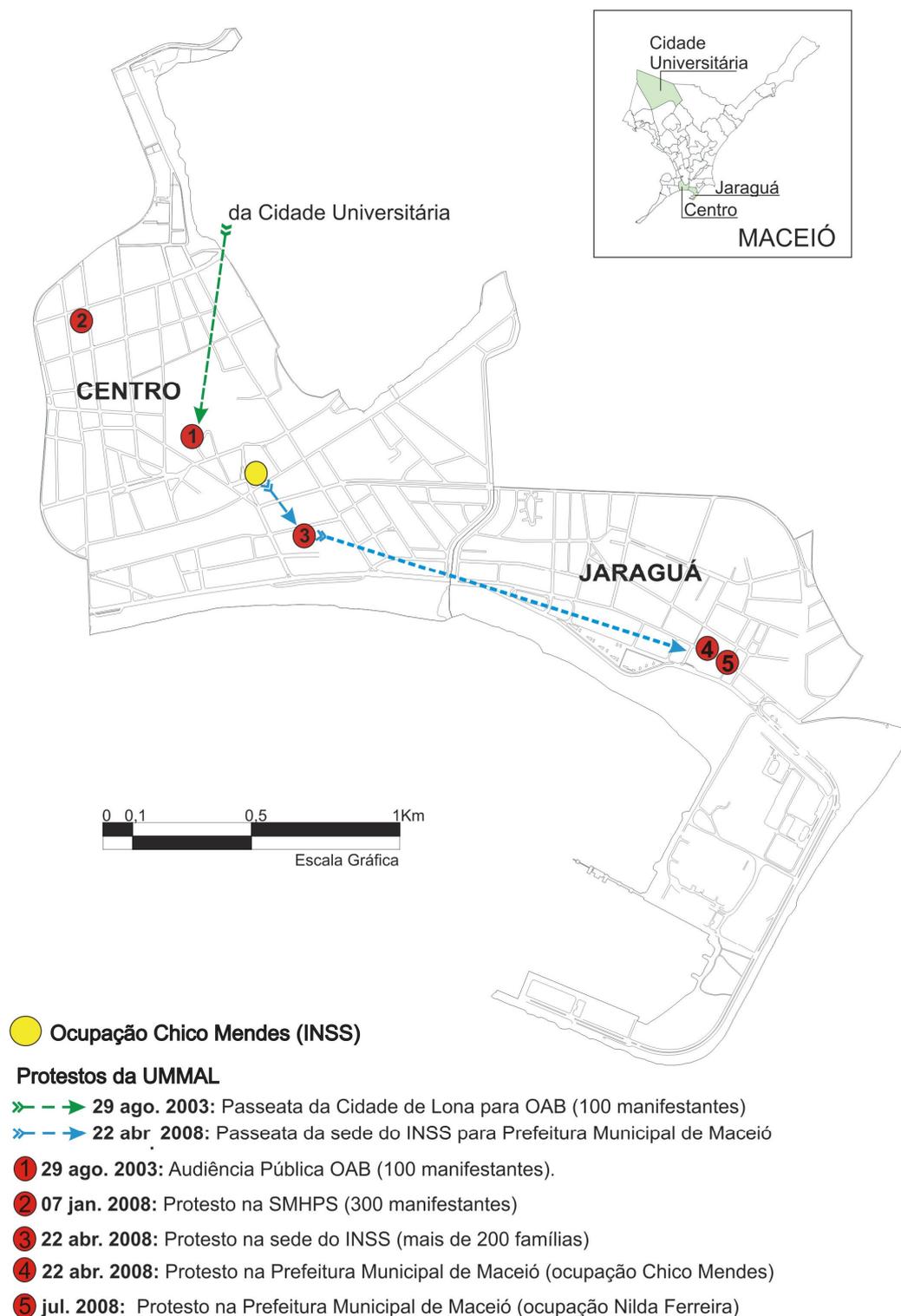
GALVÃO, C.láudia. Jornal Alagoas 24 horas. 07 jan. 2008;

GONÇALVES, Maurício. Gazeta de Alagoas. 26 nov. 2008.

INSTITUTO PÓLIS;

Elaboração cartográfica: Andréia Lopes Muniz Corrêa e Carlos Eduardo Nobre

Figura 5. Ações de protesto da UMMAL entre 2003 e 2008 em Maceió



Fontes: BEZERRA, Jamylle. Primeira Edição. 22 abr. 2008;
Entrevista Seinfra, 16 mai. 2008.
GALVÃO, Cláudia e VILAR, Luis. Jornal Alagoas 24 horas. 22 abr. 2008;
GALVÃO, Cláudia. Jornal Alagoas 24 horas. 07 jan. 2008;
GONÇALVES, Maurício. Gazeta de Alagoas. 26 nov. 2008.
INSTITUTO PÓLIS;

Elaboração cartográfica: Andréia Lopes Muniz Corrêa e Carlos Eduardo Nobre

Figura 6. Conjuntos Habitacionais implantados pelas gestões municipal e estadual entre 2000-2009 em Maceió para baixa renda

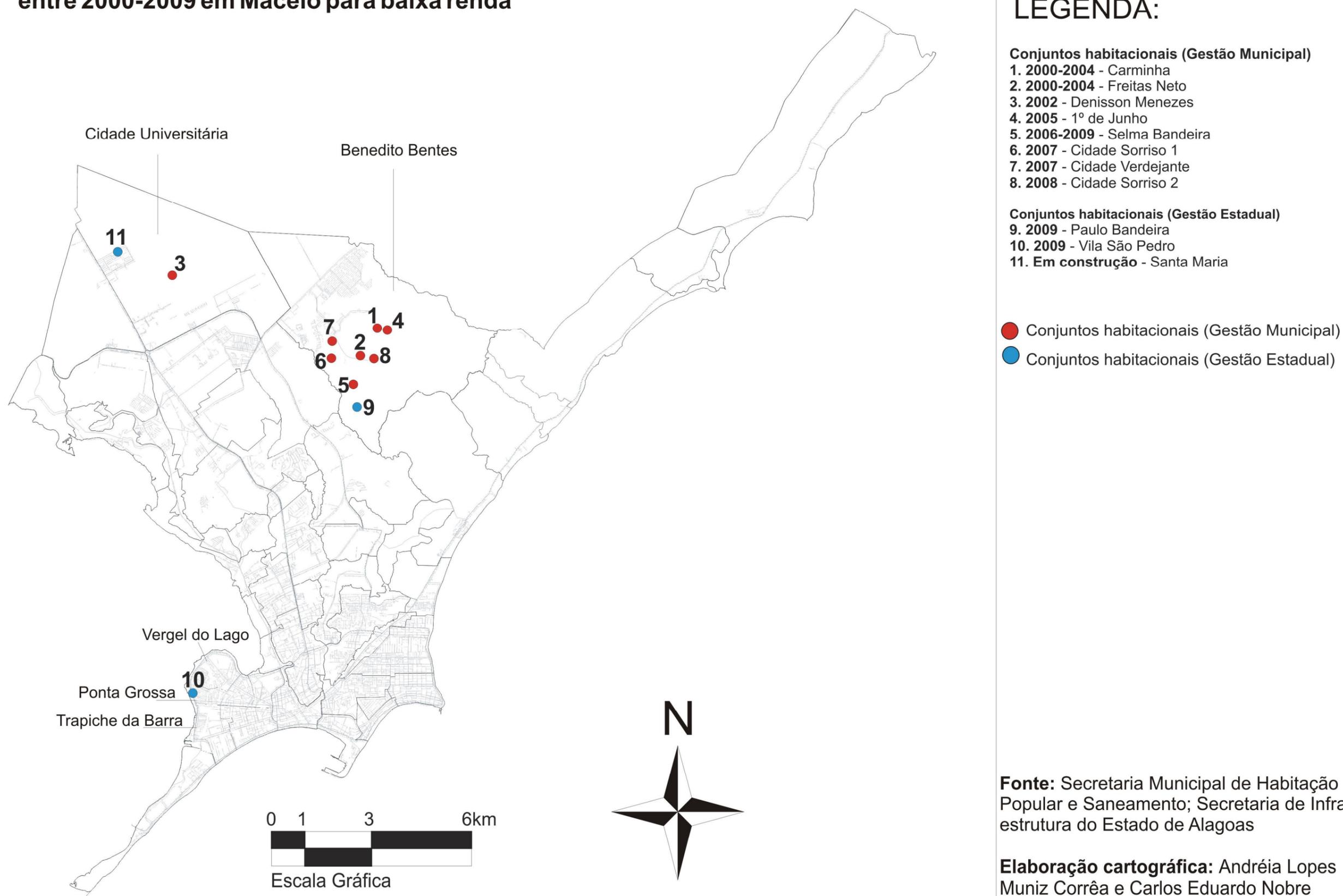
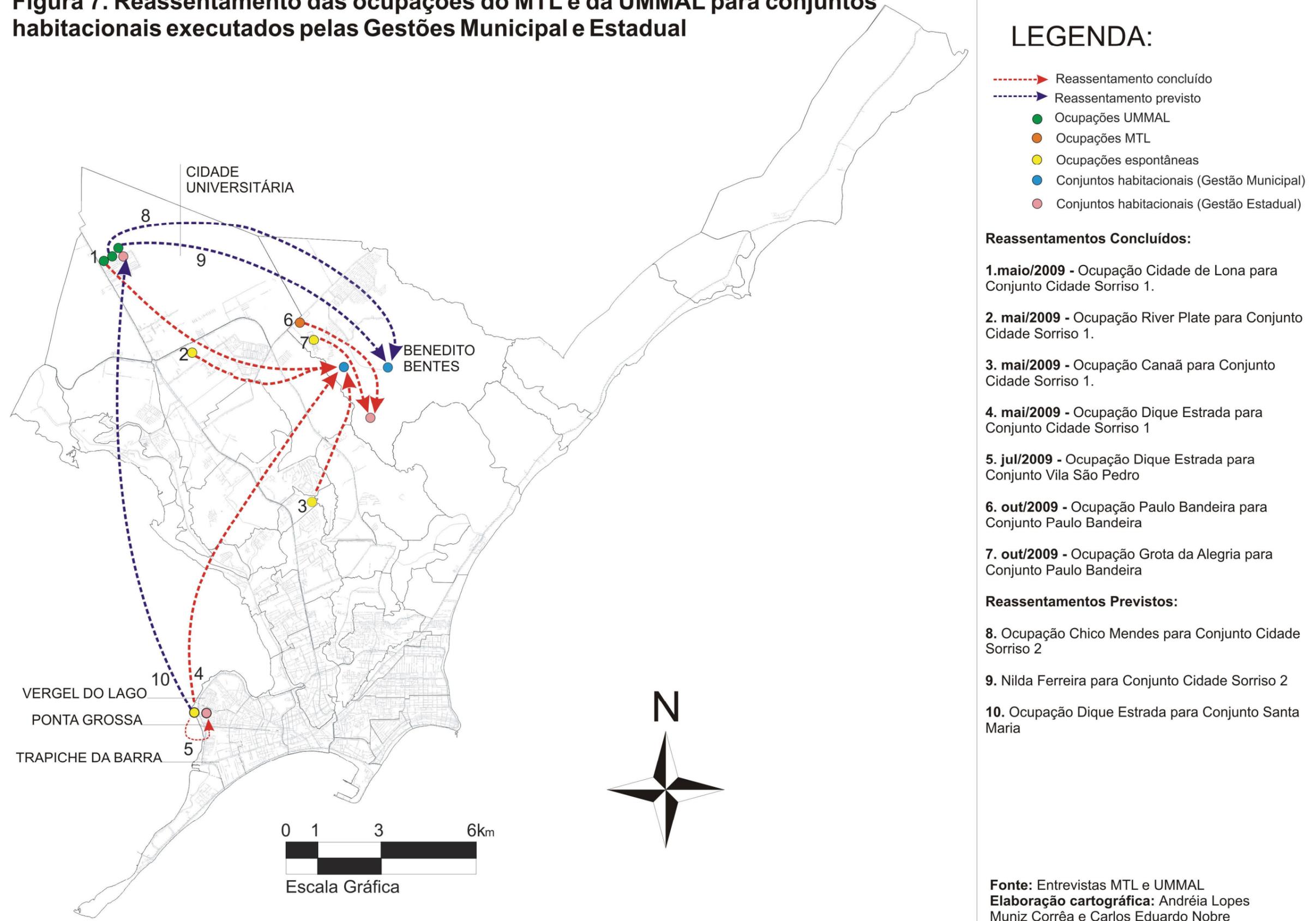


Figura 7. Reassentamento das ocupações do MTL e da UMMAL para conjuntos habitacionais executados pelas Gestões Municipal e Estadual



BIBLIOGRAFIA

ANTAS Jr. Ricardo Mendes. Elementos para uma discussão epistemológica sobre a regulação no território. **GEOUSP – Espaço e Tempo**. São Paulo. n. 16, 2004. p. 81-86.

ARENDT, Hannah. **Sobre a violência**. Trad. André Duarte. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. 114 p.

BITOUN, Jan. Movimentos sociais e a cidade: questões relevantes para a Geografia Urbana. In: **Boletim de Geografia Teórica**. vol. 21 (42), 1991. p. 39-46.

BORJA, Jordi. **Movimientos sociales urbanos**. Ediciones Siap – Planteos. 1975.

BRANDÃO, Luiz Felipe L. M. Conflitos Urbanos em Maceió: consideração sobre as Formas de Atuação do Coletivo Mobilizado. **Seminário Política e Planejamento: economia, sociedade e território**. Ago. 2008. Anais. Curitiba, PR. CD-ROM.

BRASIL. Lei n. 9.636, de 15 de maio de 1998. Dispõe sobre a regularização, administração, aforamento e alienação de bens imóveis de domínio da União, altera os dispositivos dos Decretos-Lei n. 9.760, de 5 de setembro de 1946, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987, regulamenta o § 2º do art. 49 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências.

BRASIL. Estatuto da Cidade lei n. 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União em 11 de julho de 2001.

BRASIL, Lei n. 11.481, de 31 de maio de 2007. Dá nova redação a dispositivos das Leis n. 9.363, de 15 de maio de 1998, 8.666, de 21 de junho de 1993, 11.124, de 16 de junho de 2005, 10.406 de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, 9.514, de 20 de novembro de 1997, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973, e dos Decretos-Leis n. 9.760, de 5 de setembro de 1946, 271, de 28 de fevereiro de 1967, 1.876, de 15 de julho de 1981, e 2.398, de 21 de dezembro de 1987; prevê medidas voltadas à regularização fundiária de interesse social em imóveis da União; e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União em 31 de maio de 2007.

BURGOS, Marcelo Baumann. Cidade, Territórios e Cidadania. In: **DADOS – Revista de Ciências Sociais**. Rio de Janeiro. Vol. 48. n. 1. 2005. p. 189-222.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. 3. ed. São Paulo: Edusp, 2003. 400 p.

CASTELLS, Emanuel. **Movimientos sociales urbanos**. Siglo Veintiuno Editores. Traducción de Ignacio Romero de Solís. 1980.

CASTELLS, Manuel. (1983). **A questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2000.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer**. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

COSTA, A. D.; HELENE, D.; TERRA, U. A ocupação como luta pelo direito à cidade. **Seminário Política e Planejamento: economia, sociedade e território**. Ago. 2008. Anais. Curitiba, PR. CD-ROM.

COSTA, Rogério Haesbaert da. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 400 p.

CHAFFUN, Nelson. Dinâmica global e desafio urbano. In: BONDUKI, Nabil (Org.). **Habitat: as práticas bem sucedidas em habitação, meio-ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras**. 2. ed. São Paulo. Studio Nobel. 1997.

DORNELLES, João Ricardo W. **O que é crime**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988. 83 p.

FERNANDES, Cintia Estefânia. O desenvolvimento dos municípios através da tributação imobiliária e do Estatuto da Cidade. In: CUNHA, Eglísa M. P.; CESARE, Claudia M. de (Orgs.). **Financiamento das Cidades: instrumentos fiscais e de política urbana**. Brasília. Ministério das Cidades, 2007.

FERNANDES, Edésio. Del Código Civil al Estatuto de la Ciudad: algunas notas sobre la trayectoria del Derecho Urbanístico en Brasil. **Revista Eure**. Vol. XXIX. Santiago de Chile. setembro 2003. p. 63-78.

_____. A palestra. In: VALENÇA, Márcio Moraes (Org.). **Cidade (i)legal**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008a.

_____. Do Código Civil ao Estatuto da Cidade: algumas notas sobre a trajetória do Direito Urbanístico no Brasil. In: VALENÇA, Márcio Moraes (Org.). **Cidade (i)legal**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008b.

_____. Reformando a ordem jurídico-urbanística no Brasil. In: VALENÇA, Márcio Moraes (Org.). **Cidade (i)legal**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008c.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

_____. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes. 1986. 277 p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Déficit habitacional no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte, 2005. 111p.

FURTADO, Fernanda. Instrumentos para a gestão social da valorização da terra: fundamentação, caracterização e desafios. In: CUNHA, Eglísa M. P.; CESARE, Claudia M. de (Orgs.). **Financiamento das Cidades: instrumentos fiscais e de política urbana**. Brasília. Ministério das Cidades, 2007.

GONÇALVES, Maurício. Moradores da Cidade de Lona fecham BR. **Gazeta de Alagoas**. Maceió, 26 nov. 2008.

GUATTARI, Félix & ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. 5. ed. Editora Vozes. Petrópolis. 1999.

JACOBI, Pedro. **Movimentos sociais e políticas públicas: demandas por saneamento básico e saúde**. São Paulo. 2 ed. Cortez. 1993.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. 230 p.

LINS, Regina D. B. A regularização fundiária como reconhecimento de direitos: os empreendimentos residenciais *Vila Emater II e Vista Atlântica*. In: VALENÇA, Márcio Moraes (Org.). **Cidade (i)legal**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2008.

LOJKINE, J. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1981. 337 p.

LOPES, Alberto Costa; JUNQUEIRA, Eliana. **Habitação de Interesse Social em Maceió**. Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2005. 152 p.

MACEIÓ. Lei n. 5.486, de 30 de dezembro de 2005. Institui o Plano Diretor do Município de Maceió, estabelece diretrizes gerais de política de desenvolvimento urbano e dá outras providências.

MELGAÇO, Lucas de Melo. **A Geografia do Atrito: Dialética espacial e a violência em Campinas**. São Paulo, 2005. 128p. Dissertação. (Mestrado em Geografia Humana). Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.

MIRANDA, Ana L. **O Uso do Território pelos Homens Lentos: a experiência dos Camelôs no Centro de Ribeirão Preto**. Dissertação (Mestrado). Instituto de Geociências. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP. 2005.

MOREIRA, Ruy. As categorias espaciais da construção geográfica das sociedades. In: **GEOgraphia: Revista da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense**. Rio de Janeiro. Ano III. n. 5. Setembro de 2001.

NOBRE, Carlos Eduardo. O uso do território como tática de luta para conquista de moradia: a experiência do Movimento Terra Trabalho Liberdade em Maceió, Alagoas. **Colóquio Internacional Ano da França no Brasil: novos padrões de acumulação urbana na produção do habitat: olhares cruzados Brasil/França**. Set 2009. Anais. Recife, PE. CD-ROM.

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. 96 p.

PALLAMIN, Vera M. Espaço público e as lutas por reconhecimento. In: **Espaço e Debates**. São Paulo. v. 25. n. 46. jan/jul 2005. p. 55-61.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECEÑA, E.; SADER, E. (Orgs.). **La guerra infinita: hegemonia y terror mundial**. Buenos Aires: Clacso, 2002. p. 217-256.

_____. A Geograficidade do Social: uma contribuição para o debate metodológico para os estudos de conflitos e movimentos sociais na América Latina. In: **Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas-MS**. v. 1 – n. 3 – ano 3, Maio de 2006. p. 5-26. Disponível em < <http://www.cptl.ufms.br/revista-geo/carloswalter.pdf>> Acesso em 07 de outubro de 2009.

RANCIÈRE, Jacques. O dissenso. In: NOVAES, Adauto. **A Crise da Razão**. Tradução de Paulo Neves. Companhia das Letras, 1996.

RIBEIRO, Ana C. T. Faces ativas do urbano: mutações num contexto de imobilismo. In: _____. (Comp.) **Repensando a experiência urbana da América Latina: questões, conceitos e valores**. Buenos Aires: Clacso, 2000. p. 235-250. Disponível em: < <http://168.96.200.17/ar/libros/urbano/urbano.html>> Acesso em: 07 de setembro de 2009.

_____. **Seminário de Planejamento e Política**. Disponível em: < http://www.coopere.net/ppla/downloads/Anexo-Entrevista_Ana_Clara_Ribeiro.pdf>. Acesso em: 16 ago. 2008.

_____. Cartografia da ação social: região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. In: POGGIESE, Héctor; EGLER, Tamara Tania Cohen (Orgs.). **Otro desarrollo urbano: ciudad incluyente, justicia social e gestión democrática**. 1. ed. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales - CLACSO, 2009.

_____. Presentificação, impulsos globais e espaço urbano: o novo economicismo. s/d. p. 25-34 In: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/campus/poggiese/05torres.pdf> Acesso em 14 janeiro 2010

RIBEIRO Ana C. T.; BARRETO, A. R. S., *et al.* Por uma Cartografia da Ação: pequeno ensaio de método. **Planejamento e Território: ensaios sobre a desigualdade. Cadernos IPPUR**. Ano XV, n. 2. ago-dez 2001. p. 33-52.

RIBEIRO, Ana C. T.; da SILVA, Cátia Antonia da. **Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo**. *En publicacion: El rostro urbano de América Latina. O rostro urbano da América Latina*. RIBEIRO, Ana. C. T. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2004.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz. Cidade, nação e mercado: gênese e evolução da questão urbana no Brasil. In: SACHS, Ignacy; *et al.* (Orgs.). **Brasil: um século de transformações**. Cia. das Letras. São Paulo, 2001. p. 132-161.

RODRIGUES, Arlete Moyses. Cidade e movimentos sociais: algumas reflexões sobre questões conceituais. In: **Boletim de Geografia Teórica**. vol. 21 (42), 1991. p. 27-32.

SANTANA, Lucycleide Santos. **Os vazios urbanos nos centros de cidades como lugar para a habitação de interesse social: o caso de Maceió/AL**. Dissertação. (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Alagoas. Maceió, 2006.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática**. 6. ed. São Paulo: Cortez. 2007.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**. São Paulo: Hucitec, 3. ed., 1997. 190 p.

_____. O retorno do território. In: _____. *et al.* (Orgs.). **Território: Globalização e Fragmentação**. 4. ed. São Paulo: Hucitec; Anpur, 1998. p. 15-20.

_____. *et al.* **O Papel Ativo da Geografia: um manifesto**. XII Encontro Nacional de Geógrafos. Florianópolis, Julho de 2000.

_____. A Totalidade do Diabo: Como as Formas Geográficas Difundem o Capital e Mudam as Estruturas Sociais. In: _____. **Economia Espacial: críticas e alternativas**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. p. 187-202.

_____. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos**. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004. 440 p.

_____. **A urbanização brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005a. 176 p.

_____. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: Edusp. 2005b. 176 p.

_____. **A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008a. 384 p.

_____. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2008b. 174 p.

SANTOS, M. & SILVEIRA, M. L. (2005). **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. Editora Record. Rio de Janeiro. São Paulo.

SCHERER-WARREN, Ilse (1993). **Redes de movimentos sociais**. São Paulo. Edições Loyola. 2. ed. 1996.

SOUZA, Marcelo Lopes de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da Costa; CÔRREA, Roberto L. (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 1995.

_____. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. 4. Ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2006. 560 p.

SOUZA, Maria Adélia Aparecida de. Cidade: Lugar e Geografia da Existência. **Texto elaborado para a Conferência proferida no 5º Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Salvador, BA. 21-24. outubro 1997.

VASONCELOS, Ruth. **O poder e a cultura de violência em Alagoas**. Maceió. Editora da Universidade Federal de Alagoas: Edufal. 2005. 187 p.

_____. **O “reverso da moeda”**: a rede de movimentos sociais contra a violência em Alagoas. Maceió: Edufal, 2006. 117 p.

VILLAÇA, Flávio. (2001). **Espaço intra-urbano no Brasil**. Studio Nobel / FAPESP / Lincoln Institute. São Paulo, 2001. 376p.

Documentos digitais

BEZERRA, Janylle. Sem-teto realizam protesto em frente à prefeitura de Maceió. **Primeira Edição**. 22 abr. 2008. Disponível em: <http://www.primeiraedicao.com.br/>> Acesso em 11 out. 2009.

GALVÃO, Claudia. Sem-teto ocupam Agência de Habitação. **Alagoas 24 Horas**. 07 jan. 2008. Disponível em: <http://www.alagoas24horas.com.br>. Acesso em 11 out. 2009.

GALVÃO, Claudia; VILAR, Luis. Sem-teto ocupam prédio do INSS em Maceió. **Alagoas 24 horas**. 22 abr. 2008. Disponível em: <http://www.alagoas24horas.com.br>. Acesso em 23 out. 2009.

INSTITUTO PÓLIS. Relatório da Missão à Maceió, Alagoas, Brasil. 20 dez. 2003. Disponível em: <http://www.polis.org.br/> Acesso em 23 out. 2009.

LINS, Ana Paula. Estado vai intervir por famílias do MTL. **Agência Alagoas: Secretaria de Estado da Comunicação**. 28 ago. 2009. Disponível em: <http://www.agenciaalagoas.al.gov.br/noticia.kmf?cod=8838846> Acesso em 06 nov. 2009.

OSÓRIO, Leíticia. Despejos forçados no Brasil. Disponível em: www.fna.org.br/.../DIREITO_A_MORADIA_NO_BRASIL.doc. Acesso em 21 jan. 2010.

PAIVA, Natália. Pacote de Lula ignora aspectos urbanísticos. **FolhaOnline**. 22 mar. 2009. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u538693.shtml> Acesso em 25 mar. 2009

Entrevistas

MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE. **Sobre o MTL e suas respectivas ocupações em Maceió**. Maceió. 07 jan. 2009. Acesso restrito.

_____. **Sobre o MTL e suas respectivas ocupações em Maceió**. Maceió. 12 fev. 2009. Acesso restrito.

_____. **Sobre o MTL e suas respectivas ocupações em Maceió. Esclarecimento de dúvidas relacionadas às entrevistas dos dias 07 jan. 2009 e 12 fev. 2009**. Maceió. 22 out. 2009. Acesso restrito.

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO DE ALAGOAS. **Sobre a Ocupação Chico Mendes (2006-2008) no Prédio do INSS, Praça Zumbi do Palmares no Centro de Maceió. Sobre habitação de interesse social no Centro de Maceió**. Maceió. 16 mai. 2008. Acesso restrito.

_____. **Sobre habitação de interesse social para baixa renda. Sobre os conjuntos habitacionais construídos entre os anos 2000-2009 para população de baixa renda de Maceió.** Maceió. 02 out. 2009. Acesso restrito.

_____. **Sobre habitação de interesse social para baixa renda. Sobre os conjuntos habitacionais construídos entre os anos 2000-2009 para população de baixa renda de Maceió. Complemento da entrevista realizada em 02 out. 2009.** Maceió. 08 out. 2009. Acesso restrito.

SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR E SANEAMENTO. **Sobre habitação de interesse social.** Maceió. 08 jan. 2009. Acesso restrito.

_____. **Sobre habitação de interesse social. Sobre conjuntos habitacionais construídos pela Secretaria entre os anos 2000-2009.** Maceió. *set* 2009. Acesso restrito.

UNIÃO DE MOVIMENTO DE MORADIA DE ALAGOAS. **Sobre a Ocupação Chico Mendes (2006-2008) no Prédio do INSS, Praça Zumbi dos Palmares no Centro de Maceió. Sobre a organização do Movimento.** Maceió. 23 abr. 2008. Acesso restrito.

_____. **Sobre as Ocupações do Movimento em Maceió.** Maceió. 26 jan. 2009. Acesso restrito.

_____. **Sobre as Ocupações do Movimento em Maceió.** Maceió. 09 fev. 2009. Acesso restrito.

_____. **Sobre as Ocupações do Movimento em Maceió. Sobre as ações políticas do Movimento em Maceió.** Maceió. 11 fev. 2009. Acesso restrito.

_____. **Sobre a Ocupação Nilda Ferreira.** Maceió. 19 fev. 2009 [a]. Acesso restrito.

_____. **Sobre a Ocupação Chico Mendes.** Maceió. 19 fev. 2009 [b]. Acesso restrito.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

BIGNOTTO, Newton. As fronteiras da ética: Maquiavel. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

BONDUKI, Nabil. Crise de habitação e luta pela moradia no pós-guerra. In: KOWARICK, Lúcio (Org.). **As lutas sociais e a cidade: São Paulo, passado e presente**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.

BORNHEIM, Gerd. O sujeito e a norma. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

BRASIL. Lei n. 11.124, de junho de 2005. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Publicada no Diário Oficial da União em 17 de junho de 2005.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. Espaço Urbano e Movimentos Sociais. In: **Boletim de Geografia Teorética**. 1992. p. 147-153.

CHAUÍ, Marilena. Público, Privado, Despotismo. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

CORREIA, Andrea Veloso. Estrutura legal dos instrumentos previstos no Estatuto da Cidade. In: CUNHA, Eglisa M. P.; CESARE, Claudia M. de (Orgs.). **Financiamento das Cidades: instrumentos fiscais e de política urbana**. Brasília. Ministério das Cidades, 2007.

COSTA, Rogério Haesbaert da. Desterritorialização: entre as redes e os aglomerados de exclusão. In: CASTRO, Iná Elias *et al.* (Orgs.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 7 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DAVIDOVICH, Fany. Movimentos sociais e cidade: uma introdução ao tema. In: **Boletim de Geografia Teorética**. 1991. p. 21-26.

FERNANDES, Bernardo Mançano. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra e a Territorialização da luta pela terra no Brasil. In: **Boletim de Geografia Teorética**. 1992. p. 34-39.

_____. Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária. In: **Boletim Paulista de Geografia**. n. 75. São Paulo. Dez/1998. p. 84-129.

GUATTARI, Félix. Espaço e Poder: a criação de territórios na cidade. In: **Espaço e Debates: Revista de Estudos Regionais**. Ano V. n. 16. 1985.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. São Paulo. MACEIÓ. Lei n. 5.477 de 06 de dezembro de 2005. Estabelece as normas para instituição das Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS no Município de Maceió e dá outras providências.

MARICATO, Ermínia. O Ministério das Cidades e a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano. In: **IPEA – políticas sociais, acompanhamento e análise**. 12. fev. 2006.

MARTIN, Jean-Yves. A geograficidade dos movimentos socioespaciais. In: **Caderno Prudentino de Geografia**. Presidente Prudente (SP). n. 19/20. p. 26-41. nov. 1997.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2 ed. São Paulo: Nova Cultura. 1985-1986. (Seção VI) p. 121-163.

MOREIRA, Ruy. Marxismo e Geografia: A Geograficidade e o diálogo das Ontologias. In: **GEOgraphia. Revista da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense**. Rio de Janeiro. Ano VI. n. 11. Dezembro de 2004.

PIQUET, Rosélia; RIBEIRO, Ana C. T. (Orgs.). **Brasil: território da desigualdade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. Fundação José Bonifácio, 1991. (Alguns capítulos)

RIBEIRO, Renato Janine. O retorno do bom governo. In: NOVAES, Adauto (Org.). **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras: Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

SAULE JÚNIOR, Nelson. Estatuto da Cidade - Instrumento de Reforma Urbana. **Caderno Pólis 4** - Estatuto da Cidade Novas Perspectivas para a Reforma Urbana, 2001, São Paulo, 2001.

SILVEIRA, Maria Laura. O Espaço Geográfico: da perspectiva geométrica à perspectiva existencial. In: **GEOUSP – Espaço e Tempo**. São Paulo. n. 19. p. 81-91. 2006.

SOJA, Edward W. **Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social**. Tradução [da 2ª ed. Inglesa] por Vera Ribeiro. Revisão Técnica por Bertha Becker e Lia Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1993. (Capítulo 4: debates urbanos e regionais: a primeira rodada).

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. In: Hochman, Gilberto *et al.* (Org.). **Políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

SUERTEGARAY, Dirce M. Antunes. Pesquisa de Campo em Geografia. In: **GEOgraphia. Revista da Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense**. Rio de Janeiro. Ano 4. n. 7. Junho de 2002.

VAINER, Carlos. Pátria, empresa e mercadoria: notas sobre a estratégia discursiva do Planejamento Estratégico Urbano. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 75-103.

VILLAÇA, Flávio. **As ilusões do Plano Diretor**. São Paulo. 07 de agosto de 2005.

ANEXOS

Nestes anexos constam os roteiros utilizados para realização das entrevistas. Aqui cabem duas considerações:

1. Apesar de eu ter buscado seguir estes roteiros, as entrevistas na maioria das vezes tomavam outro rumo e novas questões eram abertas, de modo que não trabalhei rigidamente em cima das questões que preparei. A flexibilidade foi necessária diante de colocações relevantes pelos participantes entrevistados. Nesse sentido, os roteiros serviram mais como um norteador para desvendar processos referentes aos agentes, às ações e as redes de relações conformadas; sendo readaptado durante as entrevistas.

2. Cabe notar, ainda, que os roteiros aqui anexados correspondem aqueles que foram formulados primeiramente para compreensão da organização dos movimentos de sem-teto; de suas ações no espaço urbano de Maceió; das ações da SMHPS e da Seinfra; e das articulações dos gestores públicos com os movimentos de sem-teto. Assim, não constam neste anexo os roteiros secundários utilizados para tirar dúvidas relacionadas aos roteiros primários. Por isso, os roteiros aplicados ao MTL no dia 22 de outubro de 2009 e 19 de fevereiro de 2009; e o roteiro aplicado à UMMAL em 19 de fevereiro de 2009 não estão aqui anexados por esta razão. Com relação ao roteiro que se pretendeu aplicar a SMHPS em 08 de janeiro de 2009, este também não consta aqui, pois a entrevista não o seguiu em nenhum momento.

Os relatos dos entrevistados serviram para traçar a história e a geografia dos movimentos de sem-teto em Maceió, de modo que busquei extrair das entrevistas as instituições, os agentes e as ações territorialmente localizadas a fim de descrever e explicar os processos constituintes dos espaços afetos pelos interesses dos sem-teto, dos agentes públicos e de agentes privados. Nesse sentido, os roteiros aqui anexados correspondem à ordem cronológica em que foram aplicados e que me permitiu amadurecer e avançar com as explicações expostas no trabalho.

ROTEIROS DAS ENTREVISTAS

ANEXO 1: ROTEIRO A

UNIÃO DE MOVIMENTO DE MORADIA DE ALAGOAS. Sobre a Ocupação Chico Mendes (2006-2008) no Prédio do INSS, Praça Zumbi dos Palmares no Centro de Maceió. Sobre a organização do Movimento. Maceió. 23 abr. 2008.

1. Por que se ocupou o prédio do INSS? Qual o objetivo da ocupação?
2. De onde vem as famílias ocupantes e quem são elas?
3. Como a UMMAL se articulou com os ocupantes?
4. Como se deu o planejamento da ocupação do prédio do INSS e por que se escolheu aquele prédio?
5. Qual o discurso para legitimar a ocupação?
6. Há assessoria jurídica?
7. A União em algum momento interferiu no processo de ocupação?
8. Qual seria a diferença entre a ocupação de um terreno vazio e de um prédio?
9. Quais os avanços e retrocessos na experiência de ocupação do prédio do INSS?
10. Como seria o cotidiano daquelas famílias no Benedito Bentes em relação a trabalho e a locomoção, já que no Centro da cidade há um maior acesso a algum tipo de trabalho?

ANEXO 2: ROTEIRO B

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO DE ALAGOAS. Sobre a Ocupação Chico Mendes (2006-2008) no Prédio do INSS, Praça Zumbi dos Palmares no Centro de Maceió. Sobre habitação de interesse social no Centro de Maceió. Maceió. 16 mai. 2008.

1. Qual o posicionamento da Agência de Urbanismo (atual Seinfra) diante da ocupação do prédio do INSS? Como estão lidando com a ocupação?
2. Há possibilidade de transformar o prédio do INSS ocupado atualmente em habitação de interesse social ou outros vazios localizados no Centro?
3. Com relação aos movimentos que lutam para habitação de interesse social nos centros das cidades, haveria uma resistência da gestão do estado de Alagoas em refuncionalizar os vazios urbanos do centro de Maceió para habitação de interesse social?
4. Qual seria a área ideal para os ocupantes do INSS morarem?
5. Há projeto de reassentamento dos ocupantes? Para onde?
6. Há algum outro interesse, além dos interesses dos sem-teto ocupantes, com relação ao prédio do INSS?
7. Há participação dos movimentos de sem-teto na elaboração de projetos que prevêm reassentamento e habitação?
8. Qual o posicionamento da atual gestão estadual diante do déficit habitacional maceioense?
9. Há algum programa habitacional formulado pelo estado de Alagoas?
10. Como o estado se articula com outras esferas (municipal e federal) no que toca a questão da habitação de interesse social?
11. Qual o diagnóstico que vocês fazem dos sem-teto de Alagoas? E o que vocês pensam da luta pelo direito à moradia engendrada por esses movimentos?

ANEXO 3: ROTEIRO C

MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE. Sobre o MTL e suas respectivas ocupações em Maceió. Maceió. 07 jan. 2009.

1. Quando surge o MTL?
2. Como e por que surge o MTL?
3. Como se dá a organização interna do Movimento?
4. Em Maceió, quais as ocupações do MTL? Como se chamam? E onde se localizam?
5. Quem são os participantes do movimento MTL? (Perfil socioeconômico geral).
6. Qual o objetivo do movimento MTL? O que vocês reivindicam?
7. Quais os discursos e argumentos utilizados para essas reivindicações? Apóiam-se em que para justificar os argumentos?
8. Como vocês incorporam o solo urbano nos discursos?
9. Quantas famílias fazem parte das ocupações do MTL?
10. Como vocês planejam a ocupação? Como escolhem o lugar para ocupar?
11. Quais critérios vocês utilizam para escolher um lugar para ocupar?
12. Quais os lugares em Maceió preferíveis para ocupar? Por que?
13. Preferem ocupar prédio vazio ou terreno? Por que?
14. Já pensaram em ocupar prédio vazio?
15. Há alguma ocupação de prédio em alguma cidade pelo MTL?
16. Por que escolheram esse terreno para ocupar?
17. Quais os outros lugares pensados para ocupar antes de ocuparem aqui?
18. A quem pertence o terreno? (privado, município, estado, União)?
19. Como vocês diferenciam acampamento e favela?
20. Quais as instituições que apóiam o movimento MTL? (administrativo, ONG, assessoria jurídica?).
21. Como vocês fazem para organizar a base?

ANEXO 4: ROTEIRO D**UNIÃO DE MOVIMENTO DE MORADIA DE ALAGOAS. Sobre as ocupações do Movimento em Maceió. Maceió. 26 jan. 2009.**

1. Quando surge a UMMAL?
2. Como e por que surge a UMMAL?
3. Como se dá a organização interna do Movimento?
4. Em Maceió, quais as ocupações da UMMAL? Como se chamam? E onde se localizam?
5. Quem são os participantes do movimento? (perfil socioeconômico geral).
6. Qual o objetivo do movimento? O que vocês reivindicam?
7. Quais os discursos e argumentos utilizados para essas reivindicações? Apóiam-se em que para justificar os argumentos?
8. Como vocês incorporam o solo urbano nos discursos?
9. Quantas famílias fazem parte das ocupações da UMMAL?
10. Quais as datas das ocupações?
11. Como vocês planejam a ocupação? Como escolhem o lugar para ocupar?
12. Quais critérios vocês utilizam para escolher um lugar para ocupar?
13. Quais os lugares em Maceió preferíveis para ocupar? Por que?
14. Preferem ocupar prédio vazio ou terreno? Por que?
15. Por que escolheram aquele terreno ou prédio para ocupar?

ANEXO 5: ROTEIRO E**UNIÃO DE MOVIMENTO DE MORADIA DE ALAGOAS. Sobre as ocupações do Movimento em Maceió. Maceió. 09 fev. 2009.**

1. Os terrenos que vocês ocupam são propriedade privada ou do poder público (municipal, estadual, União)?
2. Quais as instituições que apóiam o movimento?
3. Como vocês fazem para organizar a base do movimento?
4. Quais ocupações conseguiram casa? Onde?

ANEXO 6: ROTEIRO F**UNIÃO DE MOVIMENTO DE MORADIA DE ALAGOAS. Sobre as ocupações do Movimento em Maceió. Maceió. 11 fev. 2009.**

1. Como se faz a escolha do terreno para construção do conjunto habitacional para reassentamento das ocupações? Houve resistência dos ocupantes para serem relocados onde a AGAHU [atual Seinfra] propôs?
2. A UMMAL é filiada a algum partido político?
3. Quais as atividades realizadas pelos ocupantes?
4. Qual a renda média dos ocupantes?
5. De onde vem os recursos para construção do conjunto no Benedito Bentes que abrigará os ocupantes da Cidade de Lona?
6. O terreno onde está sendo construído o conjunto habitacional para os ocupantes da Cidade de Lona pertence ao município, estado, União ou é privado?
7. Houve processo de desapropriação e regularização para fins de moradia de interesse social?
8. Quem decidiu a escolha do terreno pra construção no conjunto Benedito Bentes? Os ocupantes ou a gestão pública?
9. Os ocupantes gostariam de morar em outro lugar? Onde? Por que?
10. Quais os terrenos mais disputados em Maceió pelos movimentos sociais? Onde se localizam? Por que são disputados?
11. A ocupação do terreno consiste na reivindicação do terreno onde se ocupa ou vocês só usam o terreno para reivindicação não importando o lugar onde a gestão pública decida onde vocês devem morar?
12. Utilizam algum argumento do Estatuto da Cidade para reivindicação de moradia? Qual?
13. Participaram das audiências públicas e dos espaços para discussão e elaboração do Plano Diretor de Maceió? Se sim, quais foram as exigências do movimento no que toca à habitação? As exigências estão contempladas no Plano Diretor de Maceió?
14. Qual a sua relação, enquanto liderança do movimento, com os gestores públicos municipais, estaduais e federais? Com quem você se articula? O que vocês discutem?
15. Quais os conflitos territoriais que existiram e existem? Quais os acordos territoriais que existiram e existem?

16. Quem estava envolvido nos conflitos? Como? Por que?
17. Quais os despejos sofridos pela UMMAL?
18. Quais são as normas (leis) que vocês questionam e quais as normas que vocês, enquanto movimento, criam no que se refere a apropriação do solo urbano?
19. Como se deu a participação da UMMAL na escolha do local onde será construído o conjunto habitacional que irá abrigar as famílias que estão no prédio do INSS?
20. Por que vazios urbanos do estado e do município é mais fácil de ocupar do que da União?

ANEXO 7: ROTEIRO G

MOVIMENTO TERRA TRABALHO E LIBERDADE. Sobre o MTL e suas respectivas ocupações em Maceió. Maceió. 12 fev. 2009.

1. Por que escolheram os moradores da ocupação Coca-Cola e da Grota Santa Helena para compor o movimento?
2. Qual a situação atual frente à luta?
3. Quais os conflitos enfrentados desde a ocupação?
4. Quem está envolvido no conflito, como e por que?
5. Houve participação dos acampados na elaboração do projeto do Conjunto Habitacional Paulo Bandeira?
6. Como se faz a escolha do terreno para construção do conjunto habitacional?
7. Houve resistência dos ocupantes para ir onde a AGAHU [atual Seinfra] propôs?
8. Quais os estados onde o MTL atua?
9. Falou-se numa rede produtiva de comercialização. O que o MTL produz e comercializa? Qual a natureza dessa produção (cooperativas)? Como conseguem financiamento?
10. Sobre as questões partidárias: são filiados a algum partido político?
11. Quais as atividades realizadas pelos ocupantes?
12. Qual a renda média dos ocupantes?
13. De onde vem os recursos para construção do Conjunto Habitacional Paulo Bandeira que abrigará os ocupantes?
14. O terreno onde está sendo construído o Conjunto pertence a proprietário privado ou ao poder público municipal, estadual ou da União?
15. Houve processo de desapropriação e regularização para fins de moradia de interesse social?
16. Quem decidiu a escolha do terreno para construção do conjunto Paulo Bandeira? Os ocupantes ou a gestão pública?
17. Gostariam de morar em outro lugar? Onde? Por que?
18. Quais os terrenos mais disputados em Maceió pelos movimentos sociais? Onde se localizam? Por que são disputados?

19. A ocupação do terreno consiste na reivindicação do terreno onde se ocupa ou vocês só o usam para reivindicar habitação não importando o lugar onde a gestão pública decida onde vocês devem morar?
20. Utilizam algum argumento do Estatuto da Cidade para reivindicação de moradia? Qual?
21. Utilizam algum instrumento do Estatuto da Cidade para reivindicação de moradia? Qual(is)?
22. Participaram das conferências e dos espaços para discussão e elaboração do Plano Diretor de Maceió? Se sim, quais foram as exigências do movimento MTL no que toca à habitação? As exigências estão contempladas no Plano Diretor de Maceió?
23. Qual a sua relação, enquanto líder, com os gestores públicos municipais, estaduais e federais? Com quem você se articula? O que vocês discutem?
24. Quais os conflitos territoriais que existiram e existem? Quais os acordos territoriais existiram e existem?
25. Quais são as normas (leis) que vocês questionam e quais as normas que vocês, enquanto movimento, criam no que se refere a apropriação do solo urbano?
26. Ocupações do MTL em Maceió:

Local	Nome da ocupação	Data da ocupação	N. de famílias	Situação atual

ANEXO 8: ROTEIRO H**SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO POPULAR E SANEAMENTO. Sobre habitação de interesse social. Sobre conjuntos habitacionais construídos pela Secretaria entre os anos 2000-2009. Maceió. set 2009.**

1. Quais são as dificuldades de implementação de uma política habitacional de interesse social em Maceió?
2. Existe algum plano/programa de HIS em Maceió?
3. Existe alguma política oficial do Município para combate do déficit habitacional local?
4. Há aplicação de algum instrumento urbanístico contido no Estatuto da Cidade para coibição de especulação imobiliária?
5. Quais são as ZEIS criadas por Lei em Maceió? (Se houver estas ZEIS, apresentá-las em mapa).
6. Quais as dificuldades em se criar ZEIS em Maceió?
7. Qual a dificuldade em se adquirir terra pelo Município para HIS?
8. Quais são os principais fundos que financiam HIS em Maceió entre 2000-2009?
9. Há um banco de terras em Maceió para HIS? Por que não há?
10. Há projetos de HIS em vazios urbanos de propriedade do Município? Onde se localizam estes vazios?
11. Quais as dificuldades desta Secretaria em atender a demanda habitacional de populações de baixa renda?
 - a. Técnico-operacionais.
 - b. Recursos humanos.
 - c. Financeiros.
12. Quais os projetos habitacionais de interesse social implementados entre 2000-2009 e os que estão em fase de implementação?
13. Quais das ocupações abaixo são assistidas por esta Secretaria? Marcar um x.

OCUPAÇÃO	MOVIMENTO SOCIAL QUE COORDENA	LOCAL	MARCAR X
Cidade de Lona	UMMAL	Eustáquio Gomes	
Chico Mendes	UMMAL	Prédio do INSS	
Nilda Ferreira	UMMAL	Eustáquio Gomes	
River Plate	UMMAL	Benedito Bentes	
Paulo Bandeira	MTL	Benedito Bentes	

Dandara	MTL	Benedito Bentes	
Zumbi dos Palmares	MTL	Benedito Bentes	
Grota Santa Helena	UMMAL/MTL	Por trás do Macro	

UMMAL: União de Movimento de Moradia de Alagoas

MTL: Movimento Terra Trabalho Liberdade

14. Esta Secretaria recebeu algum ofício de uma destas ocupações para atendimento de suas demandas habitacionais?
15. Se sim, qual foi a resolução da Secretaria?
16. Houve algum encontro dos gestores desta Secretaria com os Movimentos UMMAL e MTL? O que se discutiu? O que se resolveu?
17. Quais são as dificuldades de participação popular na elaboração de projetos habitacionais?
18. É verdade que uma parte da Cidade de Lona vai ser contemplada com o projeto habitacional e outra não? Por que?
19. Preencher os quadros abaixo:

OCUPAÇÕES UMMAL							
Ocupação	Órgão Assistente	Conj. Hab.	Local	Programa de Governo	Data início e conclusão	Recursos	n. de famílias beneficiadas
Cidade de Lona							
Chico Mendes							
Nilda Ferreira							
River Plate							

OCUPAÇÕES MTL							
Ocupação	Órgão Assistente	Conj. Hab.	Local	Programa de Governo	Data início e conclusão	Recursos	n. de famílias beneficiadas
Paulo Bandeira							
Dandara							
Zumbi dos Palmares							

PROJETOS HABITACIONAIS DE BAIXA RENDA IMPLEMENTADOS E EM FASE DE IMPLEMENTAÇÃO			
Conjunto	Localização	Ano de Implementação	n. de famílias beneficiadas
Cidade de Lona			
Santa Helena			
Selma Bandeira			
Rosane Collor			
Sônia Sampaio			
Carminha/Freitas Neto			
Denisson Menezes			
River Plate			

ANEXO 9: ROTEIRO I

SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO ESTADO DE ALAGOAS. **Sobre habitação de interesse social para baixa renda. Sobre os conjuntos habitacionais construídos entre os anos 2000-2009 para população de baixa renda de Maceió.** Maceió. 02 out. 2009 e 08 out. 2009.

2. Qual o déficit habitacional em Maceió e quais as razões deste déficit?
3. Existe alguma política oficial do Estado para combate do déficit habitacional em Maceió?
4. Existe algum Programa/Plano de Habitação de Interesse Social em Maceió?
5. Quais as dificuldades da Seinfra em implementar uma política habitacional de interesse social em Maceió?
6. Quais as dificuldades da Seinfra em construir conjunto habitacional para população de baixa renda em Maceió?
7. Qual o valor do m² nas áreas onde estão sendo construídos os conjuntos habitacionais para baixa renda em Maceió?
8. Há dificuldade em se conseguir área/terreno pra HIS? Quais são as dificuldades?
9. Há algum levantamento de vazios urbanos do estado localizados em Maceió para destinação de HIS?
10. Em Maceió, houve algum caso (entre 2001 e 2009) de imóvel vazio que foi desapropriado para fim de habitação de interesse social? Qual e onde?
11. O município de Maceió aplica o instrumento urbanístico de IPTU Progressivo ou Desapropriação Compulsória para aqueles imóveis vazios ou subutilizados que não cumprem função social?
12. Há projetos de HIS em vazios localizados em áreas centrais de Maceió? Onde?
13. Existe um bando de terras no Município para HIS?
14. Trabalha-se com as ZEIS indicadas no Plano Diretor? Quais?
15. Qual a dificuldade da Seinfra em promover HIS?
 - a. Técnico-operacionais.
 - b. Recursos Humanos.
 - c. Financeiros.
16. Qual a relação da gestão estadual com o MTL e UMMAL?

17. Por que a Comunidade Sururu de Capote [no complexo de favelas da Orla Lagunar] vai para o Conjunto Santa Maria [no Eustáquio Gomes] e a Cidade de Lona [onde está sendo construído o Conjunto Santa Maria] vai para o Benedito Bentes?
18. Quais os projetos habitacionais de interesse social implementados entre 2000 e 2009 e os que estão em fase de implementação?
19. É verdade que uma parte da Cidade de Lona vai ser contemplada com o projeto habitacional e outra não? Por que?
20. Preencher os quadros abaixo:

OCUPAÇÕES UMMAL							
Ocupação	Órgão Assistente	Conj. Hab.	Local	Programa de Governo	Data início e conclusão	Recursos	n. de famílias beneficiadas
Cidade de Lona							
Chico Mendes							
Nilda Ferreira							
River Plate							

OCUPAÇÕES MTL							
Ocupação	Órgão Assistente	Conj. Hab.	Local	Programa de Governo	Data início e conclusão	Recursos	n. de famílias beneficiadas
Paulo Bandeira							
Dandara							
Zumbi dos Palmares							

PROJETOS HABITACIONAIS DE BAIXA RENDA IMPLEMENTADOS E EM FASE DE IMPLEMENTAÇÃO			
Conjunto	Localização	Ano de Implementação	n. de famílias beneficiadas
Cidade de Lona			
Santa Helena			
Selma Bandeira			
Rosane Collor			
Sônia Sampaio			
Carminha/Freitas Neto			
Denisson Menezes			
River Plate			